

Universidade Federal da Paraíba
PRAI - Campus II
Centro de Humanidades
Mestrado em Sociologia Rural

**A IRRACIONALIDADE DA RACIONALIZAÇÃO: ESTUDO CRÍTICO DOS
CONTEÚDOS, PRÁTICAS E RESULTADOS DO "GAT" NA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Rural para obter o tí-
tulo de Mestre em Sociologia Rural

Maria Aldano de França Fernandes

Orientador: Deolinda de Sousa Ramalho

Co - Orientador: Severino José de Lima

Campina Grande, Dezembro de 1995



F363i

Fernandes, Maria Aldano de Franca

A irracionalidade da racionalizacao : estudo critico dos
conteudos, praticas e resultados do "GAT" na Paraiba /
Maria Aldano de Franca Fernandes. - Campina Grande, 1995.
156 f.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia Rural) -
Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Sociologia Rural 2. Modernizacao - 3. Estado - 4. GAT
(Geracao e Adaptacao de Tecnologia) - 5. PDCT - NE
(Programa de Desenvolvimento Cientifico e Tecnologico para
o Nordeste) 6. Dissertacao I. Ramalho, Deolinda de Sousa,
Dra. II. Lima, Severino Jose de, Prof. III. Universidade
Federal da Paraiba - Campina Grande (PB)

CDU 316.334.55(813.3)(043)

A Irrracionalidade da Racionalização: Estudo Crítico Dos Conteúdos, Práticas e Resultados do "GAT" na Paraíba

Maria Aldano de França Fernandes

Dissertação Aprovada em 18 de dezembro de 1995

**Prof^a - PhD - Deolinda de Sousa Ramalho
Orientadora**

**Prof. - Jurandir Antonio Xavier - Dr.
Componente da Banca**

**Prof. - Severino José de Lima - Doutorando
Co - Orientador**

**Prof^a - Margot Barbosa Schulze - Dra.
Componente da Banca**

Campina Grande, Dezembro de 1995

A memória do meu pai, José Aldano, por todos os exemplos de ética, justiça e coragem que nortearam minha vida profissional.

A memória de minha mãe, Elza de França, por toda a compreensão, apoio e amor desvelados por tudo

Ao meu esposo, George Fernandes, por seu incentivo pioneiro e apoio constantes para a realização deste trabalho.

Aos nossos filhos, Alexander e Gregoriev pela compreensão nas minhas ausências, durante este trabalho.

Dedicatória

Ao **Pequeno Agricultor** do nosso País, verdadeiro Herói Nacional, por seu amor ao "chão" para sobreviver, demonstrando a sintonia profunda com as leis da natureza, nos dando a vida com seu árduo, abnegado e corajoso trabalho na sagrada produção dos alimentos, consumidos por grandes e pequenos, que só a "Mãe Terra" pode gerar.

A autora



JOSUÉ DE CASTRO dizia, há quase 50 anos, em seu livro pioneiro - *Geografia da Fome* - que no Polígono das Secas havia a melhor situação alimentar de todo o país. Hoje, infelizmente, esta região é o epicentro epidemiológico da fome, e das carências alimentares do Brasil.

E afirmou ainda: " A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região" (J. de CASTRO, 1987)

Agradecimentos.

- Ao Poder Cósmico, por sua inspiração permanente;

- À Professora Deolinda, por sua paciência, empenho e amizade, fundamentais para a conclusão deste trabalho;

- Ao Professor Severino (Shangai), por seu entusiasmo e apoio, como co-orientador, até o momento de seu afastamento para o curso de Doutorado, e pelos excelentes textos indicados para fundamentar esta dissertação;

Sem o apoio desses abnegados Professores orientadores deste trabalho, o qual contém muito de suas interpretações científicas, do mundo e da vida, seria impossível chegar a um final eficiente;

- A toda a equipe que faz o curso de Mestrado em Administração Rural da UFRPE - Recife - Pe, Professores e colegas, Instituição onde iniciei esta Pós-Graduação, porém frustrando ambas as partes pela impossibilidade de continuar, naquelas circunstâncias. Entretanto, graças à Matemática Divina, essa experiência foi de fundamental importância para conseguir ingressar, via transferência, (processo que durou nove meses) no Mestrado em Sociologia Rural, cujos conhecimentos sempre almejei aprofundar;

- À Professora Maria Salete Cavalcanti, Coordenadora do Mestrado em Sociologia, naquela época, pelo incentivo e reconhecimento posterior, quando constatou minha plena integração neste Mestrado;

- À Professora Cristina Marin pela espontaneidade de atitude, ao responder afirmativamente ao primeiro contato, na busca para participar deste Mestrado;

- Aos Professores e colegas do DAC - Departamento de Administração e Contabilidade, José Roberto Braga, Rosália Barros Pereira, Severino Santiago da Silva, e Geralda Felix Coutinho, pelo apoio institucional, moral e amigo, o que muito ajudou no percurso desta tarefa;

- A todos os demais colegas que fazem o - DAC / UFPB, por todo apoio que me proporcionaram, direta ou indiretamente, durante este trabalho;

- Aos Professores João Rodrigues, Maria da Saete Patriota e Jurandir Antonio Xavier pela ajuda e compreensão nos percursos desta tarefa;

- A memória do amigo, Professor Antonio Carlos Maranhão, por sua sensibilidade, incentivo e amizade;

- A Professora Norma Soler, por sua contribuição e incentivo;

- Às amigas, Jovelina Dantas, Eliane Ramalho, Marise Mota, Luizete Amorin, Lindaiva da Silva, Themira Brito, Maria José Moreira de Assis, Socorro Paz, Noêmia Leitão e todas as demais, pelo apoio e incentivo permanentes;

- À Professora Ana Lígia da Cruz Barbosa Araújo, por sua amizade e colaboração valiosa em vários momentos deste trabalho;

- À memória da inesquecível amiga Aurealuz Maciel, por sua solidariedade e compreensão constante, sofrendo junto comigo, a demora da conclusão deste trabalho, partindo para a outra vida, antes da conclusão deste.

- Ao Professor Hamilton Medeiros de Azevedo, pela boa receptividade e colaboração nas diversas fases deste trabalho;

- Ao Técnico Adilson David de Barros, por seu espírito de colaboração, nos acompanhando espontaneamente às propriedades rurais para pesquisa de campo;

- À Antropóloga Regina Brito, pelo fornecimento dos dados relativos a SUEP/UFPB/CNPq;

- À Professora Ghislaine Duqué que, ao seu estilo, também contribuiu para a qualidade deste trabalho, com textos e desafios;

- À EMBRAPA, especialmente à todos aqueles que me ajudaram na localização dos dados fundamentais especialmente às Bibliotecárias;

- Às Bibliotecárias da UFPB por todo o apoio e carinho recebido;

- À todas as companheiras Acefistas que sempre me apoiaram e compreenderam;

- À todos os companheiros do Rotary Club Leste, pelo apoio e vibração para a mais breve conclusão deste trabalho;

- À toda a equipe do Mestrado em Sociologia Rural, Professores, Alunos e Funcionários, por tudo o quanto me fizeram aprender nesta etapa da vida;

- À 47ª Reunião Anual da SBPC, em São Luiz - Ma, Julho de 1995, pela boa receptividade, supreendendo-nos o destaque, pelo público e coordenação, quando da apresentação desta pesquisa na seção de Comunicação "B.5", Coordenada pelo Professor Mauro Lemuel Alexandre, referendando assim, os resultados a que chegamos, além das valiosas sugestões do público ouvinte e participante, que ajudaram a aprofundar este trabalho;

- À Maria Salete M. Viana, por sua disponibilidade e paciência ao digitar esse trabalho;

- Aos meus irmãos, sobrinhos e demais familiares, pelo apoio recebido e compreensão diante do nosso convívio sempre adiado em função desta tarefa;

- A todos os Técnicos e Agricultores entrevistados, que enriqueceram com suas experiências, os dados que referendam os resultados desta pesquisa.

Dados biográficos sobre a autora e sua visão sobre: Sociologia versus Administração

María Aldano de França Fernandes é Bacharel em Administração pela Universidade Regional do Nordeste, atual UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) (1970), Especialista em Museologia, pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba) (1978) e em Administração Geral, pela UEPB (1979).

Trabalhou em algumas empresas privadas fora do Estado, nas cidades de Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), e São Paulo (SP), atuando sempre nas áreas de Administração Geral e Organização e Métodos.

No presente, a autora é professora do Departamento de Administração da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) - Campus II.

O motivo de sua opção pelo Mestrado em Sociologia, foi, mais precisamente, para aprofundar os subsídios desta para a Administração, por reconhecer a profunda importância da análise sociológica, como uma das áreas de suporte aplicada, na formação e atuação de administradores, ampliando os horizontes das perspectivas organizacionais, tendo o homem como o elemento fundamental, buscando assim os meios para superar a fase mecanicista instrumental, do trabalho humano, para inserir-se no contexto da subjetividade, promovendo a criatividade e ação, voltadas também, para o âmbito das questões sociais, e não apenas para a acumulação do capital.

A carência quanto a interdisciplinaridade, tão evidenciada atualmente, confirma a necessidade de estudos interativos, aprofundados entre as mais diversas áreas do conhecimento, que interpenetram-se na realidade, e procuram soluções que sejam fruto de reflexões integradas, visando o bem-estar coletivo, em uma visão holística da evolução.

Resumo

Tendo como referencial teórico a Escola de Frankfurt, notadamente as contribuições de Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas, este trabalho realiza uma análise crítica do modelo modernizante do GAT, (Geração e Adaptação de Tecnologia) componente do PDCT - NE (Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste).

A análise realizada se delimitou ao GAT na Paraíba, especialmente ao Município de Boqueirão. Revela a racionalidade cognitivo - instrumental, subjacente ao referido Sub-Programa. O agir instrumental, ao impor como única forma de racionalidade possível, nega a própria dimensão crítica, indagadora, criadora, interativa, dialógica da Razão. Assim, o GAT se fundamentou em suas experiências junto aos agricultores, por uma visão tecnicista, unidimensional, formal, acrítica, redundando numa espécie de manipulação técnica dos homens e de sua realidade como coisas, contrariando, pelos resultados alcançados, os objetivos explícitos que propalava perseguir: gerar e adaptar, em pequenas propriedades, tecnologias apropriadas à melhoria das condições de reprodução social, do pequeno produtor do Semi-árido nordestino.

ABSTRACT

This research analyses critically the modernizing model of the GAT (Geração e Adaptação de Tecnologia - generation and adaptation of technology) which is a component of the PDCT - NE (programa de desenvolvimento científico e tecnológico para o nordeste - scientific and technological development program for the northeast) , it is theoretical based on the Eschool of Frankfurt, notably on the contributions of Horkheimer, Adorno, Marcuse and Habermas.

The analysis that was made was restricted to "GAT" in the state of Paraíba and more specifically to the town of Boqueirão. It reveals the cognitive-instrumental rationality, underlying the relevant subprogram. as the instrumental way of acting. Imposes itself as the only possible form of rationality, it denies its own critical inquiring, creative, interactive, dialogical dimension of reason. thus, the "GAT" built a basis founded on its experiments with farmers of a technicist, unidimension formal, and acritical vision which ended up in a kind of technical manipulation of man and his reality as mere things which contradicts, as shown by the results obtained, the explicit objectives which aimed at generating and adapting technologies that would provide better conditions for the social reproduction small farmer the Semi-arid region of the Northeast.

RESUMO (en Esperanto)

Establigante kiel teoria referenco la Frankfurtan skolon, cefe la kontribuoj de Horkheimer, Adorno, Marcuse kaj Habermas, ci tiu disertacio prezentas kritikan analizon pri la moderniga modelo de GAT (produktado kaj adaptado je la teknologio), Subtenata de PDCT-NE (Programo por Scienca kaj Teknologia Disvolvigo al Brazil Nordoriento).

La farita analizo sin limigis pri GAT en Paraiba, specife en la urbo Boqueirão. Gi montras la koninstrumentan raciecon, subkusanta al citita Subprogramo. La instrumenta agado, sin imponante kiel la sola maniero je racieco ebla, neas la propran kritikan, exploreman, kream, rilatdialogan sintenon de la Racio. Tiele, GAT surbazigis je siaj eksperimentoj ce la agrokulturistoj, per kompreno teknikista, unudimensia, formala, nekritika, rezultante al certa tipo da teknika kontrolo de la homo kaj siaj vivkondicoj kiel objektoj, kontraudirante, per la atingitaj rezultoj, la ekplicitajn celojn anoncitaj, tiel estas, produktigi kaj adaptigi en bienetoj teknologiojn por la plibonigo je la kondicoj koncerne al socia reprodukto de la malgrandaj agroproduktistoj en la Semiseka Nordoriento de Brazilo.

SUMÁRIO

Resumo	10
Introdução	15
Capítulo 1 - Estado, Pequena Produção, Modernização e Interesses: o que busca os programas de desenvolvimento rural?	
1.1 - Pequeno Produtor Rural: Uma crítica ao "olhar Positivista".....	21
1.2 - A Ação do Estado: Ilusão de Interesses	25
1.3 - Estado, Pequena Produção e Reforma Agrária.....	32
1.4 - Avaliação de Programas de Desenvolvimento Rural: Uma Problemática em Questão.....	37
1.5 - Resumo do Capítulo.....	50
Capítulo 2 - Marco Teórico: A Irracionalidade da Racionalidade	
2.1 - Considerações Iniciais.....	53
2.2 - Ciência, Técnica e Dominação	55
2.3 - Cultura, Indústria Cultural e a Razão Decalda.....	56
2.4 - Estado e Dominação Tecnocrática.....	61
2.5 - Resumo do Capítulo.....	65
Capítulo 3 - GAT, Modernização e Interesses	
3.1 - O Programa PDCT/NE-GAT: Concepção e Interesses.....	68
3.2 - O GAT e a Difusão de Tecnologia.....	73

	14
3.3 - Módulos: A Contradição entre Planejamento e Ação.....	80
3.4 - A Avaliação Institucional do GAT: A Ausência da Crítica.....	85
3.5 - As Avaliações Institucionais do GAT: Uma Visão Crítica.....	90
3.6 - Resumo do Capítulo.....	94
Capítulo 4 - As Des-razões do GAT: A Fala dos Atores e Outras Falas	
4.1 - Considerações Preliminares.....	97
4.2 - PDCT/NE-GAT: Quando os Fins se Tornam os Meios.....	100
4.3 - O PDCT/NE-GAT: Projeto Inconcluso.....	105
4.4 - O Problema é a Falta de Educação.....	108
4.5 - As Satisfações e Insatisfações de Pesquisadores e Técnicos.....	113
4.6 - A Fala dos "Pequenos Produtores" Sorteados.....	115
4.7 - A Pedagogia da Imposição.....	121
4.8 - Por Uma Pedagogia Emancipatória.....	126
4.9 - Resumo do Capítulo.....	128
Considerações Finais.....	132
Bibliografia.....	138
Anexos: Questionários e Mapas	148

Introdução

Os constantes insucessos dos programas dirigidos à agricultura têm suscitado uma série de questionamentos e incompreensões, até hoje, não superados pelos trabalhos empenhados em fazer uma avaliação das políticas públicas dirigidas ao campo, para que melhores soluções sejam encontradas.

Com frequência, mostra-se nas análises de programas e projetos de desenvolvimento, características de racionalidade e de intencionalidade que são desconhecidas na realidade. Geralmente, não são os objetivos e justificativas explicitados os realmente dominantes, detectando-se que os verdadeiros interesses não são revelados. Identifica-se, de forma generalizada, avanço tecnológico e progresso sem questionar sua natureza.

Isso vale sobretudo em certos casos, como discurso e ação de legitimação, que em "nome da racionalidade modernizante, tem, de fato, implementado a irracionalidade da razão do poder"... (PORTO, 1992 : 6).

Dentro desta perspectiva, entende-se que análises superficiais destes projetos devam ser superadas em benefício de um enfoque sociológico que incorpore sua natureza histórica de objeto socialmente produzido, o que se remeterá, neste estudo, a uma análise ampliada da racionalidade.

Dentro deste prisma é essencial que a tecnologia deixe de ser considerada neutra, servindo disfarçadamente à dominação política e passe a ser vista ligada a determinados interesses.

Este trabalho empreende um estudo crítico ao Sub-Programa GAT - Geração e Adaptação de Tecnologia - a partir de uma análise de seus conteúdos, práticas e resultados, procurando revelar seu verdadeiro interesse e o que o referido Sub-Programa implantou de "novo" com relação a outros programas de desenvolvimento rural.

A preocupação desta pesquisa emerge de observação, estudos e avaliações já efetuadas sobre Programas Governamentais, destinados ao desenvolvimento rural no Nordeste, cujas análises, apenas superficiais, não identificam as verdadeiras causas dos repetidos insucessos desses programas*.

Sabe-se que uma das principais metas do próprio Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste (PDCT/NE) era realizar uma avaliação do mesmo. Entretanto, o cumprimento desta meta parece ter sido realizado, só parcialmente, uma vez, que problemas de várias ordens, distorções administrativas, atrasos e deficiências de canais de comunicação, entre os diversos órgãos envolvidos, entre outros, são apresentados como responsáveis pelo insucesso dos referidos programas.

Inicialmente, efetuou-se uma análise crítica da filosofia do programa como um todo. Ou seja, de suas concepções, estratégias, objetivos e metas gerais, já que ele parte de pressupostos que orientam a superação de distorções de tantos outros Programas Governamentais. Esses programas propunham, pelo viés da Geração e Adaptação de Tecnologia, reduzir, entre outros fatores, a vulnerabilidade da pequena produção do Semi - Árido aos fenômenos materiais da seca e de uma economia de mercado.

A nível da "demarragem", o estudo se limita às ações do Programa no Estado da Paraíba, onde foram realizadas entrevistas com os produtores participantes do projeto e alguns agricultores vizinhos, além de visitas às suas respectivas propriedades. Neste prisma, procura-se analisar suas práticas e resultados, de forma a se verificar a pertinência de seus pressupostos teóricos, metodológicos e teleológicos. Realizou-se entrevistas, também, com técnicos de campo, coordenadores e supervisores regionais e locais, bem como com agentes hierarquicamente situados no topo da tecnoburocracia do Sub-Programa.

(*) CHALOULT (1984, 1985, 1988)MIRANDA (1990), NOVAES (1994), e outros tem dado especial atenção a avaliação de programas e projetos governamentais de desenvolvimento rural integrado, sobretudo no contexto nordestino, superando em muitos aspectos outros analistas.

O GAT foi concebido como Sub-Programa do PDCT/NE envolvendo (cinco) Universidades da Região: Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAN); Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI); Universidade Federal do Ceará (UFCE).

O objetivo central do Sub-Programa GAT era testar e adaptar tecnologias para o agricultor de baixa renda, no Trópico Semi-Árido. Essas tecnologias, após testadas e comprovadas, seriam difundidas via estratégia de efeito demonstração.

A pertinência de se avaliar o Sub-Programa GAT se justifica pelo caráter de experimento científico e tecnológico que ele encerra. Sendo assim, as Universidades Nordesteiras como principal implementadora de suas ações, buscavam respostas à problemática da pequena produção no Semi-Árido, já que a superação de sua vulnerabilidade socio-econômica e ambiental, entre outros aspectos, estaria ancorada no desafio tecnológico. Tais políticas de desenvolvimento rural, até então executadas na Região, não puderam dar respostas a esse desiderato.

Muitas avaliações já efetuadas, anteriormente, sobre o desempenho dos programas para o desenvolvimento do Nordeste Rural em geral, privilegiam as análises técnico-econômicas medindo os elementos constituintes do sistema de produção agrícola em termos físicos (produção, rendimento), em termos monetários (preços, custos, renda), ou ainda, em termos de vantagens para o Estado (aumento da receita, etc) - em detrimento de avaliações mais profundas que realcem as verdadeiras contradições e distorções responsáveis pela não obtenção dos resultados previstos. Essas avaliações não levam em consideração o fator humano inerente ao pequeno produtor. Entretanto, esse tem sido evidenciado como um dos principais responsáveis, senão o principal, pelo insucesso das políticas públicas que lhe são dirigidas.

Visando levar a efeito uma análise mais profunda dessa situação - problema, este trabalho se propõe a uma discussão teórica, com a finalidade de detectar as contradições de interesses entre o mundo dos agricultores tradicionais e a tecnocracia da modernização. Problematisa o projeto GAT face a produção de um conhecimento, em que verdadeiros interesses do pequeno produtor são considerados.

Assim, os objetivos que nortearam este trabalho foram divididos em: geral e específicos. O objetivo geral é analisar os conteúdos, as práticas e resultados do GAT, tendo em vista uma possível contribuição com novas alternativas para os programas de desenvolvimento rural futuros.

Quanto aos objetivos específicos, faz-se uma análise do projeto propriamente dito e de sua operacionalização, em duas dimensões;

A nível do projeto, efetua-se uma análise crítica da concepção, estratégias, objetivos e metas do GAT procurando desvendar a estrutura de interesses implícitas no mesmo. Avalia-se o que o GAT incorpora de "novo", em relação a outros projetos que lhe antecederam, incluindo-se a participação direta da Universidade.

A nível de operacionalização, analisa-se a "demarragem" do projeto, levando em consideração a sua inter-institucionalidade e a sua multidisciplinaridade, em termos de processo de aproximação do saber (técnico-instrumental)

Analisa-se os interesses implícitos e explícitos subjacentes às tecnologias testadas e procura-se verificar, até que ponto, essas tecnologias realmente se adequam às necessidades cotidianas dos pequenos produtores.

Quanto à metodologia utilizada neste trabalho, a principal técnica de pesquisa foi a análise documental, identificando e classificando determinados elementos contidos no Programa em temas preestabelecidas, com a finalidade de garantir uma descrição objetiva e sistemática dos enunciados. Para realizar esta análise tomou-se como referencial a Teoria Crítica frankfurtiana cujas categorias básicas utilizadas foram designadas como agir racional com respeito a fins e do agir comunicativo.

Quanto à relação dos documentos analisados, este trabalho foi dividido em duas etapas:

Primeira Etapa:

a) Levantamento bibliográfico do projeto PDCT/NE-GAT, versão inicial do CNPq, com objetivo de analisar a filosofia do projeto como um todo, ou seja, suas concepções, estratégias, objetivos e metas gerais.

b) Levantamento bibliográfico das avaliações efetuadas ao Programa PDCT/NE - GAT, através dos relatórios elaborados por técnicos do CNPq, da SUEP/UFPB e de trabalhos realizados por professores diversos em caráter independente, incluindo algumas dissertações de Mestrado sobre o tema, elaboradas na UFPB, na UFPE e UFRPE.

c) Levantamento bibliográfico das avaliações efetuadas aos Programas Governamentais para o Nordeste Rural, período 1974 - 1994, com a finalidade de verificar a trajetória histórica destes, suas atuações e resultados econômico-sociais, até o Programa PDCT/NE-GAT.

Segunda Etapa: Pesquisa de Campo

A Pesquisa de campo foi trabalhada com pequenos produtores, (sendo cinco pequenos proprietários entrevistados nas propriedades visitadas) usuários do Sub-Programa GAT, proprietários vizinhos às áreas selecionadas, diretores, administradores e pesquisadores da SUEP/UFPB. O número total dos técnicos entrevistados foi 10 (dez). Além destes, também foi efetuada entrevista com o Ex-Presidente do CNPq, na época da criação do referido Programa.

A Técnica utilizada foi de amostragem, sendo a amostra constituída de forma não probabilística, por acessibilidade, pois é a que melhor se adequa à situação em pauta. Na coleta de dados, foi usada a técnica da entrevista semi-estruturada, cujos roteiros foram elaborados previamente e diferenciados para cada categoria acima citada.

Considerou-se como pequenos produtores os usuários do núcleo de Boqueirão selecionados pelo Sub-Programa GAT: sítio Campo Redondo, sítio Forquilha do Rio, sítio Curtume, sítio Serraria e sítio Serra do Pitassú. Este grupo corresponde a 25% do total das propriedades beneficiadas pelo Sub-Programa na Paraíba.

Simultaneamente, ao levantamento desses dados, foram pesquisados dados secundários para verificar o nível de relação existente entre políticas científicas e tecnológicas do Governo e o Programa PDCT/NE. Assim, foi consultado o III PBDCT (1980-1985) - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - que corresponde ao período em que é lançado o PDCT/NE-GAT.

Quanto à amostra para a pesquisa de campo, a escolha recaiu sobre o Núcleo de Boqueirão, por ser esta, representativa da maior probabilidade de sucesso, diante de sua privilegiada localização, às margens do grande manancial, conhecido por Açude de Boqueirão.

O trabalho está organizado em quatro capítulos;

O primeiro aborda a problemática da "pequena produção rural", efetuando-se uma crítica ao "olhar positivista", por parte das diversas políticas públicas dirigidas a esse segmento. Aborda, ainda, as limitações das avaliações efetuadas por diversos autores sobre os Programas Governamentais anteriores ao "GAT".

No segundo capítulo, "Marco Teórico: A Irrracionalidade da Racionalidade", discute-se o quadro teórico que dá suporte ao estudo, tomando como base os três eixos temáticos frankfurtianos, através do pensamento dos seus mais destacados pensadores: HORKHEIMER, ADORNO, MARCUSE e HABERMAS.

O terceiro capítulo efetua uma análise crítica ao Programa PDCT/NE-GAT, com base no documento - projeto inicial - elaborado pelo CNPq/BID, 1983, com o objetivo de desvendar a estrutura de interesses subjacentes a este Programa Governamental.

O quarto capítulo analisa a fala dos atores envolvidos no "GAT", apreendidas nas entrevistas, obtendo-se, aí, a confirmação do suporte teórico, referente ao positivismo-autoritarismo inserido no âmbito do referido Programa.

Finalmente, elabora-se as considerações finais, tentando se tirar lições e não conclusões. Com base na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas se propõe uma pedagogia emancipatória, em alternativa a uma pedagogia da imposição subjacente ao PDCT/NE - GAT. Tal pedagogia da emancipação aponta lineamentos e horizontes mais participativos, partindo desde, a concepção dos próprios programas até a implantação destes no meio rural, através de diálogos criativos de saber visando a transformação da realidade.

**Capítulo 1 - Estado, pequena produção, modernização e Interesses:
O que busca os programas de desenvolvimento rural ?**

1.1) Pequeno Produtor Rural: Uma crítica ao " Olhar Positivista".

A modernização agrícola, longe de qualquer estratégia de reduzir os problemas no campo, embora formalmente propale isto, na forma que operou nos últimos 30 anos no País, teve como estratégia mobilizar meios de desagregação do mundo camponês em favor do capitalismo, e não, em favor de uma realidade social nova, mais igualitária.

"... a lógica tradicional da produção da segurança da vida a nível local não pode se casar com aquela da produção de um excedente mobilizável com vistas à acumulação a nível nacional. O pão cotidiano contra a grandeza da nação, aí está resumido ao máximo o dilema que oferece aos trabalhadores de campo tradicionais o jogo da modernização agrícola" (SCHWARZ, 1990 : 75)

A contradição principal deste procedimento está na inovação do objetivismo positivista como sendo a perspectiva científica " adequada " à avaliação da realidade social, nos quais a agricultura familiar é considerada um " atraso " secular que impede a expansão do mercado interno e a própria " penetração " do capitalismo no campo. Este "olhar " positivista disfarça, com a noção de " pequeno produtor ", a neutralização das lutas camponesas emergentes, no final já dos anos 50 e início dos anos 70.

O sentido político da noção " camponês ", nestas lutas, tinha assumido um significado político-ideológico muito forte, que era preciso ser neutralizado ao ser substituído pela noção economicista de " pequeno produtor ", já que naqueles anos " camponês " significava a emergência de uma identidade coletiva de uma classe.

Nos processos políticos daqueles anos, a novidade maior tinha sido a mobilização política do campesinato que refutava séculos de exclusão social. Conforme PALMEIRA, (1985) a mobilização política do campesinato, ao tirá-lo do isolamento político, do anonimato, e fazê-lo entrar no cenário político, num certo sentido, " cria o

campesinato". Uma das exigências para que este processo se cumpra, para que a eficácia política se implemente é que os agentes assumam uma identidade política.

Esta identidade política é a afirmação de um " nós " em relação aos outros. De um " nós " que herda a terra e é herdado por ela contra os não camponeses, os outros que querem torná-los capitalistas pela inovação técnica a eles estranhas e que pode levá-los a endividar-se e a perder seu próprio patrimônio (a terra , um modo de vida, um saber), ao invés de ajudá-los na luta pela reforma agrária. Esta seria o fator principal de mudança.

É a partir daí que o campesinato se torna não só um " perigo ", mas também, objeto de muitas disputas ideológicas. Nestas disputas as forças vencedoras do golpe de 64 impõem ao campesinato uma identidade postíça que remete à ideologia da modernização conservadora, uma identidade produtivista : a de pequeno produtor.

Neste sentido, os programas de assistência técnica e de extensão rural do Estado impõem sua lógica de neutralidade. O produtor passa agora à condição de classe objeto, enquanto indivíduo consumidor das " receitas milagrosas " de combate à fome e à pobreza rural. Devido à força ideológica do Estado e de suas promessas redentoras, tal noção, se populariza. A própria oposição à ditadura, dos grupos sociais de esquerda, terminam adotando em suas análises, tais noções de pequeno produtor , já que, também, estes viam o campo e seus atores sociais como sobrevivência do atraso, obstaculizando o desenvolvimento das forças produtivas, reforçando-se assim, paradoxalmente, novas bases de dominação e sujeição do campesinato como classe objeto: camponês agora era coisa do passado, símbolo do " atraso ", uma "coisa " senão pejorativa, já que " proletariado rural " e "pequeno produtor " representavam a chave de abertura do campo, à expansão do capital.

Em geral, as visões internalizadas de camponês são de inferioridade: o camponês tem que lutar contra si mesmo adotando visões que o anula como tal. GRIGNON (1975) sugere que a visão de inferioridade é transmitida e assimilada através de um discurso de

exclusão: predomina dizer o que o camponês não é. Discurso este que predomina e é reproduzido, na maioria das propostas de trabalho sobre campesinato, além dos programas que se dizem voltados para eles.

Por sua vez, tais programas ao afirmarem "o pequeno produtor rural" como aquele que se nega como "camponês" e os estereótipos que lhe são atribuídos (ingênuo, preguiçoso, caipira, rude, desnutrido, desambicioso, atrasado) conduzem para reforçar valores modernos urbanos e para manipular tais valores, para facilitar a intervenção da assistência técnica estatal na vida rural, para dominá-la e propiciar a transformação do camponês, do caipira, no cidadão das concepções urbanas. O camponês deve se transformar em produtor rural, símbolo da agricultura empresarial, quer seja pequeno, médio ou grande produtor.

Segundo SOUZA MARTINS (1975) os diagnósticos e concepções estereotipadas do homem e do mundo rural em programas de extensão rural, exprimem que "ignorância e baixa produtividade" são variáveis dependentes do quadro de carências, no qual o médico seria o engenheiro agrônomo ou o agente de crédito, e os remédios seriam as máquinas, os fertilizantes, empréstimos etc. Segundo o autor, a tônica desses programas de assistência técnica ao homem do campo - o produtor rural - é a produtividade (maior produto por unidade de área). Raramente fala-se em rentabilidade do capital (lucro por unidade de capital). Tudo se passa e se opera como se produtividade e rentabilidade fossem faces da mesma moeda, quando não há indicação de que de fato, assim seja, em relação ao campo. Há indicação ao contrário.

Essa associação é apenas indício de uma ideologia urbana (não necessariamente capitalista) na orientação dos técnicos de extensão rural. Tais procedimentos podem ser constatados, também, com relação ao destino comercial da produção agrícola. É subtraído ao produtor o conhecimento do preço final que o produto obterá. É o caso dos preços mínimos, cuja fixação não respeita o ciclo agrícola e a necessidade de previsão (do que, quanto, como plantar e quanto se pode ganhar) típica do capitalismo. O produtor rural, assim, não pode valer-se de um conhecimento prévio do que vai receber, para fixar custos e, assim, associar produtividade e rentabilidade constantes na tão propalada "

melhoria das condições de vida ". Por isso, segundo o autor citado anteriormente, o expansionismo baseado na produtividade pode ter um caráter anti-empresarial. Tem-se assim, uma sociedade capitalista que formula soluções anti-capitalistas para o setor agrário.

Tudo ocorre como se a produção e a produtividade resolvesse tudo. A técnica pela técnica. Nestes termos, cabe ao "pequeno produtor" correr os riscos, e esta atitude de "correr riscos" é considerada um padrão de conduta moderna. O risco de modernizar-se é o preço pago pelo "atraso".

Tais programas ao incorporarem o poder da ciência e da técnica que incidem numa concepção prática, subtraem a autocompreensão dos camponeses e da própria sociedade, substituindo-lhe por um "modelo científico" que estabeleça uma separação entre o processo de conhecimento e o contexto de viver que impõe um agir instrumental sobre um agir comunicativo próprio das sociedades agrárias.

Neste quadro, o desenvolvimento científico e tecnológico, em geral, e na agricultura, em particular, leva sempre a uma dominação, cada vez mais eficaz da natureza, proporcionando, em seguida, os conceitos puros (como de pequeno produtor rural desprovido de valores, de ideologia) e os instrumentos para uma dominação, cada vez mais eficiente, do homem sobre os homens, através da dominação da natureza. Hoje a dominação, segundo MARCUSE e HABERMAS, mantém-se e amplia-se não só mediante tecnologia, mas como tecnologia, e esta proporciona legitimação ao poder político que assuma em si todas as esferas da cultura. A racionalidade produz a irracionalidade.

Dal, a necessidade de se pensar o pensamento científico e tecnológico criticamente, como se tentará fazer ao longo deste trabalho, onde se buscará repensar a modernização agrícola como se operou no Brasil, tendente à homogeneização das diferenças campo/cidade, destruindo modos de vida que não se enquadram na extensão do processo de racionalização na agricultura, segundo os interesses dos poderosos.

1.2) A Ação do Estado: Ilusão de Interesses.

Ao analisar-se a trajetória da pequena produção agrícola no Brasil, constata-se a evidência de sua importância política, econômica e social, ao mesmo tempo, em que, contraditoriamente, este segmento não tem recebido as atenções necessárias para a sua emancipação, fundada nos direitos de cidadania.

A pequena produção na área agrícola tem sido, ao longo dos anos, vítima de muitas ingerências governamentais, diretas ou indiretas, sabiamente alimentadas pelas elites modernizantes. Mesmo assim, a agricultura familiar tem sobrevivido, embora precariamente, e à custa do sacrifício da massa de pequenos produtores rurais. Tal permanência se dá por razões que parecem mais ser fruto da interferência dos organismos que preferem mantê-la segundo a ordem estabelecida, a fim de usá-la para atender seus próprios interesses, proporcionando, assim, a manutenção e reprodução do sistema vigente. Para isso, ocorreram mudanças nas relações com o capital, como descreve GRAZIANO DA SILVA:

" embora até as denominações de trabalho tenham sido preservadas (parcerias, rendeiros, agregados, colonos, etc) é preciso reconhecer que houve profundas transformações nas suas relações com o capital: do latifúndio que se transforma em empresa; do empregador usuário que se institucionaliza nos bancos e no sistema financeiro em geral; do comerciante que se transforma em redes oficiais de intermediação, como os CEASAS e as Cooperativas; enfim das transformações provocadas pelo próprio desenvolvimento capitalista na economia em geral. Essas modificações operam no sentido de tornar a unidade camponesa cada vez mais dependente dos mecanismos estruturais do mercado" (SILVA, 1982 : 136)

Assim é que, ao contrário dos que supunham um possível desaparecimento desta categoria, a pequena produção transforma-se numa das formas de produção dominante no capitalismo moderno (OLIVEIRA, 1993). Observa-se, assim, como a pequena produção é alvo de profundos interesses do grande capital, usando-a para se apropriar

de sua produção com baixos custos e preços para negociá-la no mercado nacional e internacional.

Vários autores têm feito referência a importância da pequena produção no Nordeste. DUQUÉ (1985: 181) constata que :

“ A importância da pequena propriedade se expressa em primeiro lugar pelo grande número de produtores que esta categoria agrega (. . .) Além do mais, a pequena propriedade se torna notável pelo volume de mão-de-obra que ela absorve e pela importância de sua produção. (. . .) Consta-se de início que a pequena propriedade é aproveitada de forma muito mais intensiva que a média e a grande para a agricultura. Este fato se relaciona evidentemente com a maior absorção de mão-de-obra ”

Esta realidade ajuda a se apreender o significado profundo da pequena produção em seus aspectos econômicos e sociais, respectivamente. É inadmissível à luz de uma racionalidade abrangente, no sentido habermaziano do termo, o tratamento que tem sido dado a este segmento que tem provado constantemente sua capacidade de superar, mesmo precariamente, os fortes obstáculos, tanto de natureza econômica e ambiental, quanto referente a uma política de interesses dominantes.

Todas as abordagens sobre política agrária e agrícola fazem referência às formas de inserção da pequena produção na dinâmica do desenvolvimento capitalista. No entanto constata-se um paradoxo; a pequena produção não recebe o apoio devido por parte da ação governamental. A exemplo disto, basta lembrar, que durante o período em que a política agrícola e agrária procura renovar-se, não se verifica ações coordenadas voltadas para a realidade, mesmo da pequena produção.

“ ... parece-me, estamos longe da resolução de um paradoxo imposto por um modelo de desenvolvimento econômico brasileiro que quotidianamente expropria e exclui os pequenos produtores agrícolas e, ao mesmo tempo os faz personagens presentes em seus planejamentos e planos governamentais de erradicação da miséria como “ salvadores da lavoura ” “ salvadores da pátria ”. (NOVAES, 1994; 10)

O que se tem verificado, ao longo dos anos, é uma incipiente intervenção da política estatal sobre os rumos da pequena produção. Quando algum apoio lhe é proporcionado, ao nível das políticas públicas, através dos projetos de desenvolvimento rural, este reveste-se apenas de um carácter débil, a ponto de quase nada representar na solução de suas necessidades. Todo esse processo tem sido repleto de contradições, uma vez, que a exploração da pequena produção provoca conflitos de interesses entre todas as partes envolvidas.

" O Estado não é neutro e, conseqüentemente, o seu planejamento e as suas políticas estão relacionadas a interesses específicos. Sabendo-se que o bloco de poder não é monolítico, mas situa-se num palco onde interesses muito diferentes se enfrentam e se chocam, o aparelho do Estado está sujeito a diversos tipos de pressões. Neste contexto o Estado desempenha dois papéis básicos e, com freqüência mutuamente contraditórias; acumulação e legitimação (CHALOUT, 1988: 84)

Este fato marcante tem contribuído para diversas tentativas de alternativas políticas, de acordo com várias visões e contextos, já que é o grau de poder de vários grupos de interesses que vai definir o papel de atuação do Estado. Assim é que, se por um lado, o Estado precisa garantir sua sobrevivência no sentido de preservar os interesses das classes dominantes, por outro lado, na busca de sua legitimação tem que aparecer como um Estado de todos, acima de interesses específicos fundado na noção de equilíbrio de poder (GALVÃO, 1991).

Verifica-se que no Brasil, o Estado tem sempre atuado ao longo do tempo, de forma a privilegiar determinadas classes e regiões, gerando, dessa maneira, um desenvolvimento distorcido e tendencioso. O pequeno produtor, principalmente no Nordeste, tem sido usado pelas políticas públicas - forma mais freqüente de legitimar o papel do Estado no setor rural - que contraditoriamente os expropria, ao mesmo tempo em que os faz presentes em seus planejamentos governamentais de erradicação da pobreza e da miséria (NOVAES, 1994). É tanto, que a nível do discurso, a intervenção do Estado sempre " aparece " como oportuna e adequada e não como resposta às reivindicações da maioria das comunidades rurais e seus grupos organizados.

Também WILKINSON (1986: 35) refere-se a esse problema, observando ainda que:

" a pequena produção se mantém através dos órgãos oficiais, com objetivo de explorá-la visando à acumulação do capital, via submissão aos latifundiários que são os intermediadores dessa exploração".

Observa-se assim, que além das estratégias para exploração desse segmento, também constatam-se as articulações efetuadas para melhor concretizar os planos e isso partindo das próprias políticas, já que as intenções não são de ajudar a resolver a pobreza, mas sim, de utilizá-la para atender a interesses alheios dos chamados pequenos produtores rurais.

No Brasil, nunca houve uma intervenção estatal dirigida especificamente à pequena produção.

" Os modelos de intervenção do Estado sempre se pautaram em políticas macro-econômicas - preços, câmbio e juros- que só indiretamente atingiam este segmento. (. . .) As experiências de colonização ou ocupação de fronteiras, ainda que contemplando a realidade do pequeno produtor, não passaram de ajustes diante das circunstâncias marcadas por conflitos que ameaçavam determinada correlação de forças hegemônica. Elas não se seriam, pois, como integrante de uma estratégia de intervenção que, partindo do pequeno produtor, envolvesse os interesses nacionais " (OLIVEIRA, 1993: 41)

Observa-se, que somente em casos considerados extremos, quando os interesses dos dominantes estava ameaçados, havia intervenções, mas não de caráter realmente transformador da realidade, porém apenas paliativos e meramente circunstanciais.

Somente por volta dos anos 70, surgem no país as primeiras experiências voltadas para a pequena produção, através da implantação dos PDRIs (Programas de

Desenvolvimento Rural Integrado). Esta foi uma tentativa da ditadura militar interessada em implantar ações que, de algum modo, amortecesse as consequências de uma crise econômica que crescia aceleradamente.

De um modo geral, os PDRIS foram montados através de confronto de ações dirigidas ao pequeno produtor rural, selecionando-os, visando melhorar seu padrão de vida, já que se encontrava em extrema pobreza.

Foi diante desses momentos agudos de crise que o regime autoritário resolveu implementar formas de amenizar a miséria e assim manter sua hegemonia.

Assim é, que admitia-se a intervenção improrrogável do Estado, mas afastava-se qualquer ação que se aproximasse de um modelo de política que fosse pautado em reformas estruturais.

Dessa forma, pode-se entender os verdadeiros interesses na elaboração dos programas governamentais para o meio rural e, especificamente, para a região do Semi-árido, identificado como os bolsões de pobreza mais amplos do país e considerados os maiores da América Latina.

Portanto, para atender aos interesses hegemônicos, diversos programas foram criados visando melhorar o padrão de vida no campo. Pode-se destacar o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, o Projeto Nordeste, entre outros.

Através desses programas, o Estado atua efetuando a intervenção no meio rural, pois é este que determina as diretrizes, que promove o suporte estrutural e financeiro, a fim de que a intervenção possa concretizar-se. Dessa maneira, o Estado articula-se com as instituições creditícias, (como os bancos, por exemplo), de pesquisa (como a

EMBRAPA e as universidades), de extensão rural (como a EMATER) e com todas as demais que possam conjugar meios para implantar as políticas públicas no campo.

Portanto,

** A opção efetuada pelos modelos de desenvolvimento rural integrado, já em vigor em outros países da América Latina, atendia a essa exigência governamental; com uma vantagem a mais: contava com o apoio financeiro do Banco Nacional no exercício de um papel que vinha desempenhando desde o pós-guerra, de regulação política de países potencialmente geradores de crises desarteculadoras. Foi deste modo que extensas faixas do semi-árido nordestino se transformaram em móvel de uma ação coordenada envolvendo interesses bem mais amplos do que aqueles situados no interior de seu espaço geográfico". (Id. 42)*

Desse modo, pode se entender, mais profundamente, como o nível das articulações se processa, através de ligações nacionais e internacionais, no sentido de atender interesses de dominação, porém disfarçados em " melhorar o padrão de vida" dos pobres pequenos produtores dessa região.

Nesse sentido, fica claro, ainda, o interesse do Banco Mundial em emprestar dinheiro para financiar esses programas fundamentais para o Nordeste rural: ajudar os governos hegemônicos a manter o " status-quo" e assim a Nação continuar subjugada ao poder dos países centrais. Enquanto isto, os cofres públicos são apropriados privadamente por diversos grupos internos de interesse que para isto se utilizam dos tradicionais mecanismos de clientelismo, troca de favores e fisiologismos.

Diante desses aspectos, que evidenciam e confirmam a importância da pequena produção rural, nos mais amplos e diversos sentidos, sendo esta útil para atender desde sua própria sobrevivência (quando as condições permitem) passando por alimentar a população do país, proporcionando maior emprego de mão-de-obra, e ainda produzindo excedente para o mercado, urge providências, no sentido das políticas públicas

dedicarem mais atenção e respeito quanto à produção e reprodução social da agricultura familiar .

A prova concreta do paradoxo imposto por este modelo de desenvolvimento econômico brasileiro está no aumento da miséria no campo, coincidentemente verificada, após implantados os programas governamentais, a partir dos anos 70.*

Neste sentido, sugerem-se opções, livres de interesses políticos e econômicos que são denominadas de agriculturas alternativas, em que seja considerado o respeito à cultura tradicional dos chamados pequenos produtores, adotando a participação efetiva deste segmento no estudo e planejamento das melhorias para a produção no campo, com ênfase na educação, na cooperação e no associativismo independente, portanto sem interferência do poder dominante. Essas agriculturas utilizam tecnologia simples de baixo custo, de uma vez, que a natureza ambiental é observada, trabalhada com os próprios recursos locais, mas não agredida com os produtos artificiais- os agrotóxicos-tão nocivos à saúde das espécies e equilíbrio do solo.

Diante dessa realidade, entende-se, ainda, que o pequeno produtor necessita de espaço autônomo para desenvolver sua produção, fato que se conduz à responsabilidade do Estado para promover essa solução, através da reforma agrária, conforme análise, a seguir.

(*) Estatística da Pobreza no Brasil

1970 - 17 Milhões de Miseráveis

1993 - 32 Milhões de Miseráveis

1994 - 41,9 (42) Milhões de Miseráveis

Números da Pobreza - A população da América Latina aumenta à razão de 1 milhão de pessoas por ano, ou duas pessoas por minuto. O cálculo foi realizado pelo Departamento Técnico da América Latina do Banco Mundial (BIRD). FONTE: Jornal da Ciência Hoje - Rio de Janeiro - 25.08.95 - nº 327.

1.3) Estado, Pequena Produção e Reforma Agrária.

Diante das inúmeras dificuldades vivenciadas pelo pequeno produtor por falta de terra e recursos para produzir alimentos, interessa a este trabalho verificar as principais causas que impedem o acionamento de políticas agrícolas e agrárias, voltadas para atender aos interesses legítimos das populações subalternos do campo.

É evidente que o processo de concentração monopolista da terra em poder dos latifundiários (que no Nordeste tem 400 anos e ainda não foi consolidado) tem conseqüências perversas em toda a economia agrícola regional e, mais especificamente ainda, sobre a pequena produção, diante da agricultura especulativa de mercado, imposta aos pequenos pelos tipos de agricultura condicionada por aquele monopólio. Esta argumentação defendida, por Medeiros de AGUIAR (1985 : 127) deve-se ao fato de que a " agricultura especulativa de mercado e pastoril-dominial-patriarcalista ter fechado o caminho à reforma agrária de forma a beneficiar a população pobre e excluída do campo.

A partir de tais interferências, os pequenos produtores permanecem sem espaço para produzir, partindo para submeterem-se aos mais variados tipos de condições alternativas, na tentativa de manter sua sobrevivência no campo. Entre as alternativas citadas, encontram-se os tipos de relação de produção, parceiro, o meeiro, arrendatário, algumas das quais são formas de produzir em terras alheias, mas dividindo com o proprietário esta produção. Mesmo nestas condições, a situação do pequeno produtor torna-se muito complexa e dependente, pois nunca atinge a possibilidade de adquirir sua própria terra. Além do mais sendo ainda proletarizado, em grande parte, enquanto que o restante é ajudado pelas políticas públicas, apenas o suficiente para resistirem à fome, porém satisfeitos, " por via de uma forte ideologia paternalista de caráter altamente reacionário ", conforme afirma M. AGUIAR.

Entretanto, mesmo diante das evidências que canalizam as atenções gerais para a realização da reforma agrária, ainda AGUIAR (1985) alerta para a possibilidade de grande risco nesta decisão, em que estas mesmas forças reacionárias podem articular mecanismos de procedê-la de modo a legitimar a miséria no campo, através da perpetuação da " produção semimercantil ou ainda chamada de "pequena produção" que seria concretizada via reforma agrária " massiva e distributiva ".

Assim, ele afirma (Id. 129):

" Deve-se temer e evitar que as conquistas de um processo reformista sejam manipuladas pelos detentores do poder para consolidar formas de dominação e interdependência Internacional mais reacionárias que atuais, nas quais os latifundiários, incertos na agricultura especulativa de mercado e pastoril dominial-patriarcalista, possam cabrestrear o campesinato (pequeno produtor) e os semiproletários como classes supostas de sua dominação, e fazer da reforma agrária um baluarte "progressista" de um regime que fomenta e constitui o Brasil em uma "nação para outras ".

Desde que o Estado foi se formando no país, até atingir sua maturidade política nos anos 50, a "pequena produção" não recebeu atenção por parte das políticas públicas. "Setorial ou globalmente, as políticas do governo apenas tangenciaram a grande massa de pequenos produtores rurais ". Nelson OLIVEIRA, 1993: 33)

Para superar esse quadro, surgem os movimentos organizados de pequenos produtores, buscando mudanças e pedindo terras para trabalhar. Assim, a reforma agrária passa a ser uma questão - chave que ganhou espaço na luta social, no início dos anos 60.

Porém, tais lutas são consideradas ameaçadoras pelo poder dominante. Assim, quando se instala os novos detentores do poder, através do golpe militar em abril de 64, uma das mais rápidas providências foi criar estratégias para superar as lutas pela Reforma

Agrária. Foi assim, que surgiu o Estatuto da Terra, editado em novembro de 64, criado no "sentido de obstacularizar a via da democratização das relações no campo, tal como defendida pelos pequenos produtores". (Id. 35)

O Estatuto da Terra, no entanto traz em seu plano, os objetivos de promover a Reforma Agrária, visando melhorar a distribuição de terras, atendendo aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. Entretanto, não foram colocadas em prática ações que viessem atender às necessidades dos pequenos produtores rurais. O que aconteceu, porém, é que:

" O Estatuto foi instrumento das principais tendências em curso, com destaque para aquelas mais vinculadas à industrialização de seu processos produtivos. E contribuiu para legitimar um processo em estágio avançado de articulação agro industrial, tal como vinha se desenhando desde os anos 50. (...) O instinto, nem sempre explícito, era o de integrar em bases tecnológicas avançadas os processos produtivos em seu conjunto, sem qualquer definição de prioridades por segmento social". (Id. 37)

Observa-se que os pequenos produtores são sempre marginalizados dos processos de desenvolvimento, mesmo contraditoriamente, quando os planos governamentais são elaborados para resolver suas questões, e quando estes são objetos na elaboração dos referidos planos, mas que na prática, quase nada se concretiza em seu benefício. Tais planos e políticas, são na verdade, instrumentos de legitimação da ordem vigente, como observa AGUIAR (Id. 127)

" Por intermédio de um apoio seletivo por parte dos programas especiais do governo (particularmente pelo programa de emergência, pelo sistema da EMBRAPA, pelo cooperativismo, pelo sistema de crédito e pelos programas especiais tipo POLONORDESTE e Projeto Sertanejo), transformaram pequena parcela da agricultura semimercantil em uma base de apoio social e político ao regime vigente que aumenta e expande a mísera situação de uma "nação para outras".

Percebe-se, portanto, que as contradições praticadas em torno desses programas dirigidos ao pequeno produtor rural têm início, a partir da própria fonte geradora das políticas públicas quando sequer os objetivos traçados são operacionalizados nos níveis planejados, onde os interesses em jogo é que determinam a ação, cujos interesses não são "melhorar os padrões de vida no campo" (conforme anunciado em todos estes programas), mas sim, principalmente, de manter a dominação e expropriar os excedentes produzidos pelo campesinato.

A questão agrária tem sido, portanto, o palco para demonstração de jogo de interesses, envolvendo muitos atores ao longo da História do país.

E mesmo quando alguma iniciativa especial parece, realmente, canalizada para atender às necessidades do "pequeno produtor", conforme pode-se citar o Programa de Apoio ao Pequeno produtor (PAPP), gerando grande expectativa de mudança na década de 80, pressões diversas ocorreram para, mais uma vez, obstacular o apoio a esse segmento. Assim, afirmam os seguintes autores:

" Desde sua elaboração, o PAPP tem sido objeto de pressões em vários sentidos que se consubstanciam na mudança de ênfase na necessidade de uma ampla reestruturação fundiária no Nordeste " (CASTELO, 1985 : 141)

" Assim como o PAPP, a reforma agrária foi sendo redimencionada e restringida diversas vezes tendo seu espaço gradativamente reduzido"

(CARVALHO FILHO, 1989: 141)

Constatando que o mais forte grupo de pressão que se constitui mais recentemente contra a Reforma Agrária, foi o conjunto dos latifundiários, organizados através da UDR (União Democrática Ruralista), cujas pressões já conseguiram obstacular a reforma, até na elaboração da Constituição Federal de 1988 TAVARES (1989:) afirma que a democracia no Brasil está comprometida e não completada, pela exclusão dos pequenos produtores no sistema político.

Entretanto, em que pese os bloqueios ao acesso à terra penalizando o pequeno produtor, é possível constatar experiências positivas, resultantes de um (embora restrito) espaço democrático, aberto para um desafio, mas o suficiente para comprovar a sua eficiência produtiva, quando a situação lhe permite trabalho.

Essa experiência foi constatada pela Organização da Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), conforme relato à seguir:

Mais recentemente, em 1991, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) realizou, por solicitação do governo brasileiro, extenso levantamento da situação dos trabalhadores rurais que haviam recebido terras do governo desde 1985, dentro de um programa preliminar da reforma agrária. O objetivo foi verificar se a situação financeira dos pequenos produtores havia melhorado em suas novas terras - latifúndios improdutivos, desapropriados pelo governo - e que fatores poderiam prejudicar, ou favorecer seu desempenho. O resultado desse trabalho constando de 550 páginas, agora passa a constituir, provavelmente, uma orientação para futuras ações governamentais de reforma agrária. A principal conclusão é que os pequenos produtores se saíram melhor do que a expectativa. De acordo com as constatações de GUANZIROLI (1994 : 71), ocorre o seguinte:

** A renda mensal de uma família é de 3,70 salários mínimos, valor bem superior à média obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais. É verdade que os assentamentos tendem a reproduzir o padrão do País: os mais deficientes encontram-se no Nordeste, os mais bem-sucedidos no Sul. Entretanto, o resultado surpreendeu os pesquisadores, diante do descrédito em relação à viabilidade da reforma agrária, manifestado no início do trabalho por diversos setores, sob alegações as mais variadas. (...) Os dados, entretanto sugerem que o aumento de renda , embora diferenciado, dentro da categoria dos pobres, tem um efeito positivo na distribuição geral da renda".*

Observa-se que o fundamental nessa constatação, é que houve melhoria nas condições de vida de uma população, em relação à situação anterior, podendo-se extrair

dessa experiência uma concreta perspectiva que incentive a luta dos que estão conscientes dessa questão.

Em que pese, esses problemas que afetam os pequenos produtores serem agravados, ora por omissão, ora por interesse dos dominantes, conforme se vê, há outro fato que se soma à essa questão: a seca - cujo efeito contribui, também, para acentuar o desequilíbrio econômico da agricultura familiar. Porém, observa-se que este fato não é a causa principal, já que seria possível conviver com a seca, sem causar maiores danos, conforme ocorre em outros países com características semelhantes - Israel, por exemplo - onde foram dedicadas soluções oficiais de caráter estrutural, de tal forma que, essas regiões foram transformadas em importantes celeiros de alta produtividade.

1.4) Avaliação de Programas de Desenvolvimento Rural : Uma Problemática em Questão

Diante do quadro de pobreza permanente da Região Nordeste, ainda agravado pelas secas periódicas, com amplas conseqüências sobre a população e atividades econômicas, muitas tentativas já foram efetuadas pelo poder público, desde a época do Império, com o objetivo de solucionar esse grave problema. Porém, essa questão torna-se complexa, pois envolve dimensões políticas, econômicas, culturais, históricas, geográficas, ecológicas, além de outras uma vez, que estão envolvidos grupos sociais com interesses diversos.

Diante deste contexto se faz necessário estudos minuciosos das causas e problemas que têm impedido o sucesso dos Planos Governamentais para o Nordeste Rural, a fim de se organizar meios e superar obstáculos para resolver essa situação que tem trazido conseqüências desastrosas, não só ao Nordeste, mas para todo o país.

Os principais programas implantados foram: POLONORDESTE (implantado em 1974, o primeiro, após a moderna fase de irrigação pública do Nordeste) o Projeto Sertanejo (1976), o Projeto Nordeste (1985) .

Dentre outros programas agrícolas para o Nordeste, criados pelo Governo Federal, podem ser citados o PDAN (1974) ; o PROÁLCOOL (1975); o PROHIDRO (1979), entre outros,* cujos resultados também não conseguiram contribuir para amenizar os problemas sócio-econômicos do Nordeste.

O mais importante fator que contribuiu para a criação do POLONORDESTE, foi o reconhecimento de que as ações governamentais para a agricultura no Nordeste, até então não estavam surtindo os efeitos esperados. Assim é, que os objetivos do POLONORDESTE foram:

" promover a melhoria das condições de vida e bem estar da população rural nordestina. De modo específico o programa visava produzir e difundir tecnologias adequadas às condições dos produtores, utilizando como instrumento e apoio à produção, melhorias na infra-estrutura econômica e social, garantia aos pequenos produtores de acesso ao crédito, racionalização dos processos de planejamento, coordenação execução do programa" (LEITE, 1985 : 218)

(*) POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste.

- Projeto Sertanejo - Especial de Apoio ao Desenvolvimento de Região Semi-Árida do Nordeste.
- Projeto Nordeste - Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste,
- PDAN - Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste
- PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool
- PROHIDRO - Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste

Entretanto as avaliações efetuadas posteriormente, constataram que há uma acentuada preocupação, registrada no programa, com relação ao desenvolvimento econômico do Nordeste, sem contudo uma demonstração de intenções com as atividades de subsistência no meio rural.

Vários estudos têm sido feitos sobre os resultados destes programas governamentais para o Nordeste Rural. As análises sobre estes, têm demonstrado que apesar dos objetivos gerais traçados, sempre semelhantes, visando solucionar a questão da seca e erradicar a pobreza do Nordeste, mesmo assim, os problemas permanecem, embora muitos bilhões de dólares tenham sido aplicados através desses programas.

As avaliações já realizadas por vários pesquisadores, entre estes CHALOULT (1985) e (1988); LEITE (1994), entre outros, têm comprovado essa frustrante realidade: o fracasso dos programas governamentais para o público meta; os pequenos produtores rurais.

Quanto à operacionalização destes programas, um dos principais problemas detectados é referente ao crédito rural.

O acesso dos pequenos produtores ao crédito rural, previsto nas diretrizes do POLONORDESTE e dos demais programas que se seguiram, poucas vezes têm sido praticado, numa demonstração de que este segmento não tem recebido o apoio dos Programas Governamentais, mesmo quando este é determinado nos contratos. A citação de um dos avaliadores (MIRANDA, 1990: 122), fundamenta essa séria questão:

“ A escassez de recursos para o crédito rural gerou um descontentamento permanente quanto ao desempenho do Programa. Enquanto os recursos para aplicação em infra-estrutura, sempre chegavam, ainda que com atraso, os recursos para crédito rural, além do atraso, chegavam apenas parcialmente. Esta escassez de recursos para crédito, junto com outros fatores, refletiu-se na constatação de que o POLONORDESTE

registrou maior êxito na área de infra-estrutura que no apoio ao pequeno produtor”.

Observa-se que quanto ao crédito rural, o desempenho de todos os demais programas foi similar: sempre administrados com verbas incompletas ou atrasadas.

Pergunta-se, por que o descaso em relação ao crédito rural, em detrimento de maior atenção às obras de infra-estrutura (construção de estradas vicinais, postos de saúde, eletrificação rural, por exemplo, entre outros), sabendo-se que estes, por si só, não resolvem os problemas e as necessidades do pequeno produtor? Por que o desinteresse em apoiar as atividades de subsistência, assim como, os problemas fundiários e de comercialização, que são vitais ao pequeno produtor?

Consideram-se essas questões como pontos básicos para reflexão.

Por outro lado, várias pesquisas indicam que os excedentes produzidos pelo pequeno produtor rural são responsáveis pela alimentação da população urbana do País. Por que, então, não se concretizam os incentivos para incrementar esses excedentes?

Apesar das diretrizes dos Programas Governamentais evidenciarem a prioridade para os pequenos produtores, os dados têm comprovado que quem mais se beneficia com os Programas, são os donos dos meios de produção, com a produção de mais excedente para o mercado, efetuados pelo pequeno produtor. Diante dessas constatações, percebe-se ainda, uma contradição entre a própria filosofia dos programas, com a prática dirigida aos pequenos produtores. Referente ao número de beneficiados, quase todos os extratos sociais foram beneficiados pelo POLONORDESTE, embora dentro de cada extrato, só um pequeno percentual foi atingido; de fato, as necessidades da população sempre foram muito maiores do que as conquistas auferidas. Por outro lado, constata-se que alguns segmentos foram mais beneficiados do que outros. Percebe-se que os proprietários terão

os preços de sua terra valorizados com a abertura de estradas vicinais ou a inauguração de uma linha de eletrificação. Semelhantes resultados se repetem no desempenho dos demais Programas Governamentais para o Nordeste.

Quanto à participação dos pequenos produtores nas decisões dos Projetos, mais especificamente pelo público-meta, as diretrizes destacam esta parte, enfatizando sua importância. Porém, na prática, ocorrem profundas contradições, pois os beneficiários não são consultados, normalmente, e nem têm a oportunidade de se manifestar antes que uma decisão a respeito deles seja tomada. E mesmo quando são consultados, suas sugestões não são aplicadas. Isto significa que o Estado através de seus agentes sociais centraliza em demasia o poder e que o planejamento e a programação se tornaram extremamente verticalizados. Assim, há um enorme hiato entre o "discurso" e a "praxis".

Outra constatação dos avaliadores destes programas, diz respeito à influência do Poder Federal Executivo Nacional, base das origens, sendo dividido, por escala, entre a SUDENE e os Estados, pois a tendência, a nível do Poder Central, é de reforçar progressivamente os Estados, no momento em que os interesses locais estão sendo negociados e defendidos e onde os grupos dominantes influenciam decisivamente em certos subprojetos, preservando e reforçando os seus interesses. Constata-se, por outro lado, que o poder local, a nível de Municípios, interfere muito pouco nas decisões e orientações dos Programas.

Mesmo com essa descentralização, há uma tendência crescente na burocratização dos Programas, fato que causou atraso na liberação dos recursos, de uma maneira sistemática, algumas vezes atrasando por mais de seis meses, trazendo como consequência a insegurança e instabilidade dos Programas. Este fato tem se repetido em todos os Programas Governamentais para o Nordeste rural, inclusive no programa "GAT".

Analisando as avaliações, não se encontra nenhuma decisão, a nível dos Programas, para solucionar essa questão. As constatações se repetem, os insucessos

dos programas ocorrem, quase sempre pelas mesmas causas; os Programas são suspensos (às vezes, até prematuramente), mas depois criam-se outros, com objetivos semelhantes, mas, implantados repetem-se as mesmas falhas, inviabilizando assim, os resultados. Portanto, esse círculo improdutivo tem se repetido. Um Programa após outro, enquanto o Nordeste continua com os mesmos problemas, que aliás vêm até se agravando nos últimos anos, conforme estatísticas divulgadas.

Além desses aspectos, a grande soma de recursos aplicados, através de vários Programas Governamentais para o Nordeste, mas liberados de forma improdutivo, como se vê, tem elevado os custos operacionais e prejudicado o pessoal técnico envolvido e a população rural .

Diante da falta de continuidade da liberação dos recursos, muitas vezes, o pessoal contratado foi obrigado à ociosidade e ficou prejudicado com a interferência política na seleção dos Projetos que seriam beneficiados com financiamentos.

A população rural desacredita na ação governamental, pois apesar de ver muitos investimentos, com instalação de escritórios, pessoal técnico, aquisição de equipamentos, treinamento de pessoal, no final, observa sempre, que há apenas um pequeno percentual de agricultores inscrito e realmente beneficiado. Além disso, sabe-se que, o modo assistencialista desses benefícios, não soluciona definitivamente a pobreza rural. Semelhante situação ocorreu, por exemplo, quando dos primeiros Programas criados: no final da implantação do Projeto Sertanejo, a população viu apenas 6.851 dos 52 mil agricultores inscritos, ou seja 0,7% dos agricultores serem beneficiados com o Programa. Este fato tem se repetido no desenvolvimento dos demais programas, embora se continue prometendo, demagogicamente, solucionar a pobreza no Nordeste, através destes.

Assim, não houve recursos para cumprir a assistência proposta pelo Projeto Sertanejo, frustrando as expectativas da população meta, sendo extinto em 1984, com a criação do Projeto Nordeste (MIRANDA: 1990). Por que então criar novo Programa, se o anterior foi extinto por falta de recursos ? Assim, os caros investimentos, aplicados na

estrutura técnica dos programas, ficam obsoletos. Onde detectar a racionalização desses Programas ?

Em análise efetuada por CHALOULT (1985) referente aos diversos Programas, ele considera que tem havido muitas políticas públicas de legitimação, tentando amenizar os problemas do Nordeste, porém estas não apresentaram os resultados esperados.

"Através de suas políticas de acumulação, que são as mais importantes, o Estado defende as demandas sócio-econômicas e políticas de classes dominantes: utilizando as suas políticas de legitimação, defende algumas demandas das classes dominadas através de intervenções de programas de cunho social e de recompensas simbólicas que permitem que as normas e crenças do bloco do poder sejam "aceitas" e toleradas pela maior parte do povo, propiciando assim a manutenção e reprodução do sistema social". (CHALOULT, 1988: 84)

Em síntese, o interesse dos dominantes é aumentar o capital, os anseios da população são " premiados " por alguns paliativos, apenas para "manter a ordem " e assim preservar o ambiente propício à continuidade da expropriação.

Observa-se, entretanto, que o Estado constitui o elemento que articula a economia dos países subdesenvolvidos ao sistema produtivo mundial. Portanto, nesses países, a ênfase da intervenção estatal nos setores produtivos, infra-estrutural e de serviços, tem o objetivo de adaptar o país à divisão internacional do trabalho, através do controle de atividades de pouco lucro, porém necessárias à reprodução ampliada do capital. Dessa forma, é efetuada a intervenção direta, conforme afirma RONALDO AGUIAR (1986: 119), ao que ele identifica o Estado como "capitalista coletivo ideal ", justificando que:

" o Estado age, também no sentido de garantir espaços de valorização ao capital. A forma de intervenção que assume, nesses casos é indireta. Manifesta-se, sobretudo, através de um vasto elenco de instrumentos de política econômica (subsídios, créditos, incentivos fiscais, programas especiais, etc), mediante os quais busca orientar o sentido e o ritmo da acumulação. O Estado com efeito, constitui uma instância que favorece e

organiza um modo particular de desenvolvimento capitalista. Direta ou indireta, intervenção estatal é portanto, indissociável do processo de acumulação. Ela é parte integrante desse processo, mas ao mesmo tempo, influencia sua cadência.

Portanto, observa-se que os Programas Governamentais (especiais) estão inseridos no contexto da acumulação de capital, tendo neste seu objetivo maior; embora seus planos sempre sejam justificados pela necessidade de levar " ajuda aos pequenos produtores, visando melhorar o padrão de vida do campo. "

Assim é, que mesmo durante o período autoritário, instalado com o golpe de 64, o Estado continuou a intervir para promover o desenvolvimento do Nordeste. Contou para isto com recursos internos e externos. Vários projetos foram implantados contemplando os pequenos produtores rurais (NOVAES, 1994 : 35).

Entretanto, verifica-se que o quadro de pobreza na região permaneceu inalterado, e ao contrário do esperado, as disparidades Nordeste/Sudeste aumentaram e a miséria se agrava a cada dia na região nordestina paripasso a concentração de terra e capital, renda e lucro monopolizados por uma minoria privilegiada.

Os projetos especiais que contemplavam os pequenos produtores rurais, foram considerados então, ineficazes, tanto pelo movimento sindical de trabalhadores rurais (MSTR), quanto pelos grupos de igreja. Esses grupos criticaram a falta de participação das legítimas instâncias de representação dos trabalhadores (NOVAES, Id.)

Observa-se que neste ponto, foi constatado um fator de profunda relevância na implantação dos projetos rurais; a questão da participação, porém só denunciada por parte do segmento usuário - o pequeno produtor.

Diante desses aspectos, CHALOULT (1985: 273) sintetizou as principais conseqüências desses programas para o Nordeste rural:

"Essas intervenções do Estado contribuíram para reforçar as relações de produção já existentes na região e beneficiam pouco os trabalhadores rurais, notadamente os sem terras, por diversos motivos, entre os quais: a) o público-meta destes programas e os pequenos produtores não participaram efetivamente do planejamento, elaboração e execução destas intervenções; b) dois grandes problemas estruturais - a posse e uso da terra e o acesso aos recursos hídricos - nunca foram profundamente atacados; e c) faltou uma verdadeira articulação e integração entre os múltiplos programas e ações do Estado e entre as instituições executoras. Alguns programas foram até danosos aos trabalhadores rurais, pois contribuíram para o agravamento da tensão social, aumentando a concentração de terras e de renda e elevando os índices de pobreza, de assalariamento sazonal, de proletarianização e de êxodo rural forçado".

Tais constatações repercutem nas instâncias governamentais, fazendo surgir inquietações que conduzem a novas reformulações dos planos para as atividades agrícolas dos pequenos produtores.

Posteriormente, observa o mesmo autor:

"No final de 1981, o Banco Mundial, percebendo as contradições de diversas intervenções que ele próprio financiava e assessorava, manteve contatos com diversos Ministérios a nível federal e com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), questionando a superposição das ações do Estado na região e surtindo que fosse discutida a possibilidade de implantar um único programa de desenvolvimento rural que o banco teria interesse em financiar". (CHALOULT, 1985 : 274)

De acordo com essa perspectiva, foram promovidos muitos debates e elaborados diversos documentos decorrentes desses debates, envolvendo vários segmentos que participaram das discussões, componentes da sociedade civil e dos pequenos produtores.

Esses documentos traziam a insistente recomendação sobre a necessidade da participação dos pequenos produtores, desde às atividades de planejamento dos programas para o campo, das consultas às comunidades de base, representando os

interesses desse segmento, incluindo também a participação da classe política e de todos os segmentos da sociedade civil envolvidos com o programa. (NOVAES, 1994)

Entretanto, a autora afirma ainda que o projeto Nordeste, criado em 1º de abril de 1985 como consequência dessa nova perspectiva, constou de uma profunda contradição : foi assinado no início da Nova República sem constar da prometida participação.

Portanto, nem mesmo o principal programa desse novo projeto - o PAPP - (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) criado na mesma data, conseguiu implantar seu objetivo que, como os demais programas, visava promover a melhoria do nível de vida no campo, " compreendendo sete segmentos: ação fundiária, recursos hídricos, crédito rural, pesquisa adaptada, assistência técnica e extensão rural, comercialização e apoio às pequenas comunidades rurais, sendo, conseqüentemente, um programa essencialmente produtivo e não social " (CHALOULT: 1985 : 276)

É evidente, portanto, que sem a implantação dos objetivos, conforme foram propostos, mais contradições surgem no desenvolvimento dos programas, causando descrédito nas ações governamentais, pois não atende às necessidade do público-meta, os pequenos produtores.

Assim constata CHALOULT (Id. 276) :

"... na opinião dos trabalhadores rurais e da maioria da Sociedade Civil, o PAPP está desacreditado porque representa o continuísmo, tendo apenas mudado o nome das intervenções do Estado, sem um real redirecionamento qualitativo do seu conteúdo. O que é pior, o PAPP estaria enganando e manipulando os trabalhadores porque fala constantemente em planejamento participativo desde 1982, sem entretanto isto ocorrer."

Mesmo assim, permanecem as dúvidas diante das contradições das elites: querem produtos para mercado, mas não apoiam o pequeno produtor, na prática. Por quê ?

CHALOULT (1985) afirma, ainda, que o próprio PAPP defende que " não se pode fazer nada duradouro para o pequeno produtor sem atacar os problemas da terra ressaltando que a concentração fundiária impede o aumento da produção e produtividade, uma maior geração de empregos e o avanço da modernização e do desenvolvimento sócio-cultural ". (CHALOULT, 1985: 276)

Em que pese a análise de CHALOULT, REGINA NOVAES, MIRANDA, LEITE, WILKINSON tomando como base, também, alguns indicadores sociais, as demais avaliações sobre o desempenho dos Programas Governamentais para o Nordeste , em geral, privilegiam as análises técnico-economicistas, em detrimento das avaliações e distorções responsáveis pela não obtenção dos resultados que se espera. Avaliações essas que não levam em consideração o fator humano do "pequeno produtor", entretanto, estes sempre aparecem como o principal responsável pelo insucesso das políticas públicas dirigidas para esse segmento. Se os acusam de limitados, por que não priorizam a educação para melhorar o nível desse segmento ?

Em seu estudo sobre a pobreza no Nordeste, RAMALHO (1992) propõe o abandono da concepção tecnicista, em favor de uma visão ampla do problema, a qual incluiria não só os indicadores econômicos, mas também, uma discussão das condições socio-políticas e ideológicas vigentes. Essas premissas dariam suporte às propostas para superação da pobreza, particularmente, no que diz respeito à concepção e rendimento das políticas sociais que deveriam superar o seu caráter assistencialista, de dependência unilateral, e abrir caminhos para a conquista da cidadania pelos pobres do campo.

Entre as contradições praticadas pelos programas governamentais cita-se as obras de infra-estrutura (conforme citadas anteriormente) que valorizam a terra, favorecendo ao grande capital. Essas práticas excluem o pequeno produtor que se sente expulso para outras terras ainda desabitadas e, muitas vezes, claro, improdutivas, quando não

desterrados para as cidades, povoando as periferias urbanas e sujeitos à exclusões sociais muito mais profundas.

Avaliando-se os referidos programas, procura-se ainda identificar os aspectos positivos que estes tenham implantado, junto aos pequenos produtores. Observa-se, entretanto, que durante a vigência dos programas, alguns poucos grupos de pequenos produtores são beneficiados. Ao término de cada programa, os benefícios-sempre aplicados a fundo perdido-desaparecem, voltando o pequeno produtor, quase sempre, ao seu estágio anterior, conforme dados constatados por diversos autores avaliadores destes programas, já citados anteriormente.

Entretanto, em que pese a observação de vários autores, no sentido de identificar esses programas como sem sucesso junto ao público-meta - "pequeno produtor" sugere-se que do ponto de vista dos interesses dominantes, esses programas têm alcançado o êxito esperado. Tal afirmativa diz respeito aos objetivos implícitos dos programas que apenas visam amenizar o quadro de pobreza implantando alguns meios paliativos, a fim de evitar conseqüências que venham ameaçar o poder hegemônico.

Observa-se, portanto, que de acordo com as várias experiências já efetuadas, através dos programas, a partir de 1974, cujos objetivos não foram atingidos, enquanto, contraditoriamente o quadro da seca e da pobreza só tem se agravado e quase duplicado nos últimos 20 anos (Censo de 1970 de 1990), urge repensar as políticas públicas dirigidas à população do campo.

Para resolver a pobreza no campo, recomenda-se entre outros fatores, que sejam removidos os entraves que impedem a expansão do cooperativismo. Mas, que este tenha estrutura livre, independente, sem ingerência política, e que seja dotado de suporte educativo informal preparando o produtor, para um trabalho interativo, com ênfase na produção e na cooperação.

Sem considerar estes requisitos, o cooperativismo continuará desacreditado, junto ao pequeno produtor rural, que, atualmente, o reconhece como mais um mecanismo de expropriação.

Para erradicar a fome, deve-se, inicialmente, combater as causas que agravam e perpetuam essas condições sociais, inaceitáveis para os padrões de riqueza que o Brasil insiste em ostentar. " Uma legião de 32 milhões de miseráveis é a consequência mais dramática de um modelo de desenvolvimento excludente, aético e concentrador de renda " (FIOCRUZ : 1993: 03).

O fator determinante para esse processo já é conhecido por muitos: a vontade política para resolvê-los, para implantar soluções livres dos interesses pessoais e dos grupos dominantes.

Enquanto prevalecer a mentalidade exclusivista selvagem dos grupos econômicos dominantes, ver-se-á a fome aumentar e todas as demais consequências sociais que esta acarreta.

Neste sentido, esses programas oficiais, que nada resolveram, são, portanto, desacreditados. Nem se quer há benefícios para os Estados que os abrigam, de um modo geral, porque estes só beneficiam alguns pequenos grupos que têm acesso a esse grande capital.

As secas são temporárias, mas a fome, vergonhosamente, tem sido permanente, causando problemas, não só para as vítimas diretas, mas também, para a região e todo o país. Por que não se constróem os açudes, os poços ? e a educação rural, por que não é providenciada ? As estatísticas provam que os pequenos querem trabalhar. Durante a seca, o número de pedintes aumenta nas metrópoles, enquanto logo às primeiras chuvas, este número sofre significativa redução, pois eles já partem para trabalhar a terra, visando à plantação.

1.5 - Resumo do Capítulo

Neste capítulo, procurou-se demonstrar como o processo de modernização agrícola no País tem, ao longo dos anos, sacrificado o "pequeno produtor", sempre no sentido de explorá-lo, visando à acumulação de capital. Mesmo assim, a agricultura familiar tem sobrevivido, embora precariamente.

Neste sentido, todos os planejamentos inovadores para o campo, trazem a marca do objetivismo positivista, procedendo como sendo a perspectiva científica "adequada" a avaliação da realidade social, onde a agricultura familiar é considerada "atrasada" e portanto, impedindo a penetração do capitalismo no campo. Tais precedimentos visam, ainda, neutralizar as lutas camponesas emergentes.

Assim, a medida que se pesquisa e se apreende os fatos, fica cada vez mais notório que as políticas de desenvolvimento rural traçadas via modernização da agricultura, agem sempre no sentido de expropriar o trabalhador do campo, embora usando argumentos da técnica e da ciência, visando atingir seus interesses implícitos, disfarçadamente, cujos objetivos subjacentes é aumentar o poder dos dominantes e assegurar a continuidade do sistema capitalista vigente e excludente.

Observa-se que as intenções de tais programas explicitados nos discursos que lhes servem de justificativas, são negados pelos resultados obtidos. Há, contudo, êxito na implantação da infra - estrutura necessária à expansão do capital em geral, em detrimento das necessidades básicas de reprodução social das unidades de exploração familiar.

Entretanto, ao analisar-se a trajetória da pequena produção agrícola no Brasil, constata-se a evidência de sua importância econômica e social, ao mesmo tempo, em que, contraditoriamente, este segmento não tem recebido as atenções necessárias para melhoria de suas condições de produção e reprodução social como direito de cidadania.

Assim é, que ao contrário dos que supunham um possível desaparecimento desta categoria, a pequena produção transforma-se em uma das formas de produção dominantes no capitalismo moderno. (OLIVEIRA, 1993) Observa-se, no entanto, que a pequena produção é alvo de profundos interesses do grande capital, usando-a para extrair sua produção com baixos custos e preços, para negociá-la no mercado nacional e internacional.

Por outro lado, o processo de concentração monopolista da terra em poder dos latifundiários, tem tido consequências danosas sobre a economia agrícola regional e, mais especificamente ainda, sobre a pequena produção, diante da economia especulativa de mercado imposta aos pequenos, pelos tipos de agricultura condicionadas por aquele monopólio. Tal argumentação defendida por Medeiros AGUIAR, (1985) deve-se ao fato de que tal tipo de agricultura impediu o caminho à reforma agrária e a evolução do pequeno produtor, sendo este segmento, no entanto, mesmo diante destas profundas contradições, responsável pela produção da grande maioria dos alimentos consumidos no Nordeste.

O pequeno produtor, principalmente no Nordeste, tem sido usado pelas políticas públicas - forma mais abrangente de legitimar o papel do Estado no setor rural - que, contraditoriamente, os expropria e evolui, ao mesmo tempo em que os faz presentes em seus planejamentos governamentais de erradicação da pobreza e da miséria. (NOVAES, 1994)

Portanto, para atender aos interesses hegemônicos, diversos programas foram criados, visando melhorar o padrão de vida no campo. Cita-se o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, o Projeto Nordeste, entre outros que têm comprovado essa frustrante realidade: o fracasso dos programas governamentais para o público meta, os pequenos produtores rurais.

Entende-se que tal fracasso deve-se ao modelo autoritário, especulativo desses programas que visam atender a interesses contrários à realidade da pequena produção no

campo, embora as justificativas contidas nos mesmos, estejam centradas em um discurso assistencialista, paternalista sobre as "carências" desse segmento.

Neste sentido, observa-se que o grande número de programas governamentais implantados no campo, envolvendo vários órgãos oficiais, bilhões de dólares, custeando grande quantidade de recursos humanos e infra - estrutura, tiveram efeitos nefastos sobre a agricultura regional, pois o homem do campo permanece pobre, aliás, acentuando os padrões de pobreza e exclusão social no campo.

Não há participação dos produtores rurais subalternos do campo nas decisões dos projetos, embora as políticas enfatizem a sua importância. Há a influência dos grupos dominantes nos programas, preservando e reforçando os seus interesses. São, na verdade, políticas de legitimação de tais grupos e seus interesses, tendo como resultante principal a privatização dos investimentos públicos pelas elites que detêm o poder.

2 - *Márco Teórico: A Irrracionalidade da Racionalidade*

“Se quisermos verdadeiramente emancipar o homem do medo e da dor, então a denúncia do que hoje se chama razão e ciência é o melhor serviço que a razão pode prestar”

HORKHEIMER

2.1) *Considerações Iniciais*

Este capítulo tem como referência básica os três grandes eixos temáticos da Escola de Frankfurt, como passou a ser designado o grupo de pensadores oriundos do Instituto de Pesquisa Social, fundado em 1923, em Frankfurt, Alemanha. Os eixos temáticos são: crítica da razão iluminista e da ciência, questão da dupla face da cultura e crítica da Indústria Cultural e discussão do Estado e suas formas de legitimação no capitalismo tardio. Esta corrente do pensamento tem como seus mais destacados expoentes os seguintes pensadores: HORKHEIMER, ADORNO, MARCUSE e HABERMAS.

A aproximação teórica das contribuições dos pensadores da Escola de Frankfurt com a realidade estudada, tendo em vista a sua compreensão crítica, terá como eixo principal a irracionalidade da racionalidade técnica e instrumental, conforme explicita a Teoria Crítica. Ou seja, no que se refere àqueles três grandes eixos temáticos dessa escola de pensamento, isso significa dizer que: a razão emancipatória do pensamento iluminista se transformou em razão instrumental, do positivismo, no qual o saber, a ciência e a técnica se transformaram em instrumentos de dominação da natureza e dos homens, em instrumentos de manipulação e degenerescência cultural, em fontes de repressão irracional contrários a não autodeterminação e libertação do homem. A

instrumentalização da ciência e da técnica pelo capital, transformou-se em mecanismo de dominação de classe e de alienação humana, em uma sociedade industrial e massificada.

Assim, na sociedade capitalista moderna, a ciência e a técnica se manifestam como razão instrumental repressiva, contrariando as suas, promessas originárias de libertação e emancipação humana; por sua vez, sob a Indústria Cultural há uma padronização da cultura uniformizando e deformando as consciências, suprimindo a razão crítica, atrofiando a imaginação e a espontaneidade, reduzindo as possibilidades de mudança social sob o império da des-razão, da semi-cultura, da semi-informação como forma de consciência na sociedade capitalista moderna.

Para conseguir a continuidade disso tudo, a indústria cultural manipula também o prazer utilizando-o de forma estratégica, no sentido de anestesiar as consciências diante da padronização do trabalho. Isto leva à fadiga, reproduzindo esse mesmo estilo no lazer procurado pela classe subordinada (como o cinema, o rádio, a televisão) onde também essa padronização e massificação é encontrada, homogeneizando, portanto, trabalho e lazer, fabricando a alienação cultural do trabalhador e assim fazendo com que este continue submisso e útil ao sistema dominante.

" Fora isso, mesmo pelo critério da ordem existente essa aparelhagem infiltrada do prazer não torna a vida mais humana para os homens. A idéia de "esgotar " as possibilidades técnicas dadas, a idéia da plena utilização de capacidade em vista do consumo estético massificado, é própria do sistema econômico que recusa a utilização de capacidades quando se trata da eliminação da fome. " (ADORNO E HORKHEIMER, 1985: 130)

Portanto, não há preocupação nem atenção com os problemas da fome, partindo do poder econômico, embora tal justificativa tenha sido usada para proceder a implantação dos programas governamentais no campo, tipo GAT e semelhantes, conforme esse estudo constata, tendo, sempre como objetivos implícitos promover o controle social, aliados ao interesse de provocar o consumo através da difusão de novas tecnologias industriais.

Finalmente, é conveniente acrescentar que a questão de geração e adaptação de tecnologia remete à temática da modernização do campo, da vida rural, significando a extensão do agir instrumental (HABERMAS) como mecanismo de expansão do Capital, dominando todas as esferas da vida, que sob a promessa de reduzir a barbárie da fome, da ignorância e do atraso, institui uma outra barbárie: os irracionalismos da semi-educação e da semi-cultura técnico-burocrática que ampliam a fome pela concentração dos meios de produção, doméstica às consciências, tenta homogeneizar as diferenças campo-cidade, negando outras formas de conhecimento e outros modos de viver e transformar a realidade. Neste quadro, a modernização é processo de dominação e controle social, que se efetiva como ideologia onipresente e tem seu ponto de partida na exploração do homem do campo.

2.2) Ciência, Técnica e Dominação

Sobre o tema do Iluminismo ou Esclarecimento em " A Dialética do Esclarecimento" ADORNO e HORKHEIMER, (1985) descreveram uma dialética da razão que em sua trajetória, a princípio concebida como processo emancipatório que conduziria à autonomia, ao auto-esclarecimento, a auto-emancipação, capacitando os indivíduos para conhecerem quais os seus verdadeiros interesses, libertando-os de um tipo de coerção; pelo menos parcialmente auto-imposto, transforma-se no seu contrário: em um crescente processo de instrumentalização para dominação e repressão humana.

"No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem prosseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. (...) Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. (...) A superioridade do homem está no saber, disso não há dúvida. Nele muitas coisas estão guardadas que os reis, com todos os seus tesouros, não pode comprar." (...) ADORNO e HORKHEIMER (1985:19)

Entretanto, os estudos sobre essa questão, conforme os autores informam, constataram que o saber produzido pelo Iluminismo, ao invés de conduzir à emancipação,

conduziu para dominação através do uso da técnica e da ciência moderna que se manifesta como razão instrumental, repressiva. Essa razão instrumental que no início era parte integrante da razão iluminista, no decorrer do tempo se autonomizou, voltando-se contra as suas tendências originárias emancipatórias. A denúncia do caráter alienado da ciência e da técnica positivista, feita pelos frankfurtianos, se baseia assim, na sua razão instrumental, que se expressa pelo controle totalitário da natureza e a dominação dos homens. Daí o irracionalismo da razão instrumental, que a Teoria Crítica denuncia, propondo o esclarecimento, a auto-reflexão, um tipo de conhecimento produtor de emancipação humana.

HABERMAS, (1987) em face a razão instrumental, que naturaliza os fenômenos sociais como puros fatos calculáveis e fechados em si mesmos, com o interesse implícito de expulsar os " fantasmas " dos conflitos sociais e da contradição social. Diante de tal constatação HABERMAS elabora a sua teoria da Ação Comunicativa. O novo conceito de racionalidade comunicativa desta teoria combina o conceito de mundo vivido com o de concepção sistêmica que implica numa razão subjetiva, autônoma, capaz de conhecer o mundo e de dirigir o seu destino emancipatório. A razão comunicativa passa a ser, assim, ao contrário da razão instrumental, um processo de interação dialógica, dos atores sociais, vivendo no quadro de uma mesma situação. Nesta interação dialógica, o sujeito do ato de conhecer e transformar o mundo como mundo vivido, se põe de acordo com as questões relacionadas com a emancipação, isto é, a verdade, a justiça, a autenticidade, a autoridade. Isto levaria, portanto, ao questionamento - tanto no diálogo da vida cotidiana (senso comum) como no discurso pretensamente científico - de todas as verdades consideradas sagradas e inabaláveis de todas as normas e valores vigentes justificadas, confrontando através do pensamento crítico as relações sociais de dominação que elas encobrem.

2.3) *Cultura Indústria Cultural e a Razão Decadida*

A Teoria Crítica, entretanto, se faz notável pela crítica à cultura de massa, a semi-formação. A racionalidade técnica se torna racionalidade da dominação, ao invés de libertar o homem da barbárie. Saber e conhecimento se tornam poder universal e

onipresente, totalitário. Neste sentido a indústria cultural é a manifestação exemplar da Razão Instrumental. Para HORKHEMER e ADORNO (1986: 119)

" A violência da Sociedade Industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da Indústria Cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los abertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinária econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que se assemelha ao trabalho."

Assim, os homens são forçados pela Razão Instrumental a se submeter à Indústria Cultural. A cultura transformada em mercadoria passa a ser meramente um valor de troca, se reproduzindo massivamente conforme as necessidades de acumulação. A Indústria Cultural seria, portanto, a forma pela qual a produção artística e cultural, a produção social do mundo cultural que postula a liberdade, a justiça, a felicidade, a realização espiritual, é organizada no quadro das relações capitalistas de produção, apropriadas pelo capital para ser lançada no mercado e consumida. A sociedade passa a ser, em todas as suas relações sociais, mediatizada pela mercadoria, também pelos bens culturais: as obras de arte, as idéias, valores espirituais, manifestações culturais populares e eruditas que se transformam em mercadorias. A mercadoria mediatiza, também, as relações entre artistas, pensadores, intelectuais, cientistas, escritores, cantores e teólogos. Suas obras deixam de ter a marca do seu criador, o seu caráter único, singular e genial para se tornarem, pelo mercado, um bem coletivo, avaliado segundo critérios de lucratividade e não pelo seu valor estético, criativo, intrínseco.

Nestes termos, como se viu na citação anterior de ADORNO e HORKHEIMER, a nova produção cultural, a indústria cultural (produção em série conforme as regras do mercado) não é simplesmente, mais um ramo de produção na diversificação produtiva capitalista, ela é concebida para preencher as funções sociais. A Indústria Cultural tem a função de dominação, à medida em que ocupa os mínimos espaços de lazer que restavam aos trabalhadores depois de longas e exaustivas jornadas de trabalho, sem lhes dar trégua para refletirem sobre a realidade miserável e dura em que vivem. Cria, ainda, a

ilusão de que a felicidade não precisa ser adiada para um futuro sonhado, por estar concretizado no presente na forma de mercadoria, a qual todos têm acesso: igrejas eletrônicas, telenovelas, loterias, "portas da esperança" etc. Ao consumirem tais produtos como a felicidade ao seu alcance e diante das promessas da Indústria Cultural, as massas esquecem-se de sua realidade. Daí sua função alienante, anulando as possibilidades de emancipação e favorecendo a autoperpetuação da produção capitalista, e os mecanismos de dominação e exploração que encerra (FREITAG, 1988)

Desta forma, a Indústria Cultural difunde por todos os meios nos espaços e esferas da vida cotidiana uma pseudo democracia de vendedor, do acesso fácil a todos os bens simbólicos enquanto mercadorias. Todos os homens são transformados em clientes e empregados preferenciais. A vida é modelada até as últimas consequências pelo princípio da racionalidade técnica que se esgota na reprodução de si mesmo (HORKHEIMER e ADORNO, 1985) (PUCCI, 1994).

A eliminação das diferenças, a homogeneização cultural e a padronização, implicam, portanto em uma "comodidade": o homem já não pensa, alguém se dá ao trabalho de pensar por ele: o especialista. O atrofiamento da imaginação, da espontaneidade, do poder de crítica e de opção implica na domesticação, na coisificação, na adaptação, na acomodação sob as interferências da Indústria Cultural. Estar sob o predomínio avassalador da Razão Instrumental, é a expressão do irracionalismo, do totalitarismo, que impõe a barbárie moderna, que tolhe a crítica, o espírito de resistência, o ofuscamento do poder da consciência, impedindo a afirmação da individualidade.

Diante do progresso da barbárie, a temática do irracionalismo moderno como expressão da Indústria Cultural seria uma semi-cultura, uma pseudo-formação, uma forma dominante da consciência do homem contemporâneo. A semi-formação adúltera o seu espírito, impõe-lhe o retrocesso de sua consciência, despojando a razão de seu potencial crítico. Ante tais situações, a Teoria Crítica se propõe como forma de resistência. Resistência aos irracionalismos da barbárie, do autoritarismo, da semi -cultura capitalista. (PUCCI, 1994).

Neste sentido, a Teoria Crítica luta para que os homens não aceitem resignadamente a ordem totalitária, e que a razão humana como razão crítica, polêmica, despertada pela educação / formação, se oponha com afinco à razão instrumental positivista, se expressando em auto - reflexão, em autodeterminação do homem, e portanto, a serviço de uma sociedade livre e autodeterminante.

"... a teoria crítica não almeja de forma alguma apenas mera ampliação do saber. Ela intenciona emancipar o homem" (HORKHEIMER, 1991:76).

Para ADORNO em "Educação após Auschwitz" a educação só teria sentido como educação contra a barbárie, como auto-reflexão crítica sobre a semi-cultura. Neste sentido, a educação seria antes de tudo, um esclarecimento, para que Auschwitz não se repita, barbárie contra a qual deve ser dirigida toda a educação. Por quê? Porque a barbárie continuará existindo enquanto persistirem as condições que geram esta regressão. Os irracionalismos para ADORNO estão presentes como princípio civilizatório. A educação contra Auschwitz é combater a coisificação da consciência da razão humana:

"na relação atual com a técnica existe algo de exagerado, irracional, patogênico. Os homens inclinam-se a considerar a técnica como algo em si mesma, uma força própria esquecendo-se de que ela é a extensão do braço dos homens. Os meios e a técnica é um conceito de meios dirigidos à autoconservação da espécie humana - são fetichizados, porque os fins-uma vida humana digna-encontram-se encobertos e desconectados da consciência das pessoas(...) No caso do tipo com tendências a fetichização da técnica, trata-se simplesmente de pessoas incapazes de amar. (...) Elas são inteiramente frias e precisam negar também em seu íntimo a possibilidade do amor recusando de antemão nas outras pessoas o seu amor antes que o mesmo se instale. (...) Seu amor era absorvido por coisas, máquinas enquanto tais. O perturbador - porque desesperançoso atua contrariamente a isso - é que esta tendência de desenvolvimento encontra-se vinculada ao conjunto da civilização. (...) A deficiência de amar, repito, é uma deficiência de todas as pessoas, sem exceção, nos termos em que existe hoje. (...) Por isto o primeiro passo seria ajudar a frieza a adquirir consciência de si própria, das razões pelas quais foi gerada. (ADORNO, 1995: 119 - 139)

Assim, o conhecimento desses mecanismos opressores é uma necessidade. E aí, a educação terá que ser emancipadora, terá que ser política. O centro de toda educação política para ADORNO (1995) deveria ser para que Auschwitz não se repita. E isto só será possível se, a educação, se ocupar de uma das mais importantes das questões, sem recuo de contrariar quaisquer potências, informando o jogo de forças localizado por trás da superfície das formas políticas: tratar criticamente um conceito tão suspeitável como o da razão do Estado, para citar, segundo o autor, apenas um modelo, o terror já passa a estar potencialmente presente.

Assim estas formas sutis de violência, de dominação, de barbarização, de irracionalidade totalitária são permanentes, mas podem regredir da barbárie. A desbarbarização da humanidade é para ADORNO (1995) a condição e pressuposto imediato da sobrevivência humana.

Para HORKHEIMER (1991) caberia aos intelectuais, por excelência, o seu comprometimento por uma educação emancipadora não só através da educação escolar (incluindo a Universidade), mas também, através de outras experiências e processos formativos.

Quanto ao campo, o processo de modernização após os anos 50, no Brasil em particular, sob o pressuposto de acabar com o atraso, com a barbárie, criou outra barbárie como produto ou resultado do agir racional estendido às esferas crescentes da vida rural (HABERMAS) ou de Razão Instrumental, com a extensão do poder de dominação técnica - científica (HORKHEIMER e ADORNO) sobre o homem do campo.

No Brasil, ONG'S (Organização Não-Governamentais) movimentos sociais e outras organizações populares têm produzido alternativas dialógicas de educação que HABERMAS chamou de agir comunicativo. Esse trabalho das ONG'S tem dimensões emancipatórias. Nele, intelectuais e agricultores, técnicos e produtores rurais confrontam testam experiências a saberes, práticas e conhecimentos, interesses e vontades

reciprocamente mediados por visões de mundo diferentes no processo de viver e transformar a realidade, como sujeitos que se reconhecem como tais.

2.4) Estado e Dominação Tecnocrática

Conhecida como de tradição hegelianomarxista, a Escola de Frankfurt, principalmente em termos das contribuições de HABERMAS e MARCUSE, vê o Estado como uma mistificação, uma instituição que serve aos interesses da classe dominante, porém que tenta retratar-se como servindo ao conjunto da nação, encobrindo o antagonismo de classe. Assim, o Estado representa uma universalidade, porém uma universalidade falsa, uma comunidade ilusória (GOLD e LO, 1985).

Nesta ótica, a principal tarefa dos estudiosos de Frankfurt seria examinar como se produz a mistificação. Daí a sua ênfase na sociologia, na consciência, na questão da legitimidade e do papel mediador que desempenham as instituições e as idéias na manutenção e sustentação da ordem social, contribuindo significativamente como pensamento político e social.

Os pensadores MARCUSE e HABERMAS se ativeram, precisamente, na questão do Estado e sua dominação técnica, cujo instrumento principal de manipulação das crises econômicas e de controle social é o planejamento econômico e social.

O Estado tecnicoburocrático interfere diretamente na economia; controla crises, protege os mercados nacionais, controla a importação e exportação de produtos; fomenta, incentiva e investe na infra-estrutura econômica necessária à acumulação do capital, faz o saneamento de empresas e incentiva o surgimento de outras. O Estado moderno do capitalismo tardio investe, sobretudo, no controle social; interfere no mercado de trabalho estabelecendo políticas de controle do desemprego e suas sequelas sociais, reforça políticas compensatórias e sociais de saúde, educação, lazer, etc. que de certa forma,

desativa ou enfraquece as lutas sociais, reduzindo os conflitos entre capital e trabalho em nome do bem estar de todos (FREITAG, 1988).

Segundo MARCUSE, o Estado através do seu intervencionismo, ao reforçar a mecanização e a automação do trabalho, à tendência da equiparação entre trabalhadores das fábricas e os funcionários do setor terciário e ao servir de principal esteio à mudança do caráter do trabalho e dos instrumentos produtivos, estaria enfraquecendo o poder da crítica e capacidade de luta das classes trabalhadoras através da segregação e da manipulação. O Estado moderno se expressa assim, como razão instrumental (ver FREITAG, 1988).

MARCUSE, segundo HABERMAS (1987) considera WEBER o pioneiro na aplicação do conceito de racionalidade instrumental à análise do moderno Estado capitalista, dando um passo decisivo da razão teórica à razão prática. WEBER postula como racional toda a ação baseada no cálculo, na adequação de meios a fins, obtendo com um mínimo de dispêndio, o máximo de efeitos esperados, eliminando efeitos ou fatores indesejáveis. Assim, a racionalidade instrumental permeando as sociedades modernas, encontra-se institucionalizada na vida cotidiana, de forma que se traduz no plano da economia na ação calculadora dos agentes econômicos (empresários) na atuação competente da administração estatal (burocratas). Neste quadro, a razão instrumental, transformando-se em dominação calculada e calculável sobre a natureza e os homens, traduz a própria razão capitalista: a racionalidade do lucro e da expropriação da mais-valia.

Entretanto, para MARCUSE (citado por FREITAG, 1988) por razões ideológicas, ao mesmo tempo que WEBER defende a neutralidade da ciência, isto é, uma "razão neutra" ou "meramente técnica" estaria fazendo, na verdade, a apologia da razão capitalista. Isto para MARCUSE não reduziria entretanto, o mérito de WEBER em ter mostrado que a razão econômica penetrou em outras esferas para além da produção e do mercado, permeando a esfera política e impondo-se como a "razão do Estado" (tecnoburocracia). Além disto, WEBER teria mostrado a dialética inerente do processo de

modernização ou racionalização das concepções religiosas do mundo que se tornaram práticas econômicas alienadas dos valores religiosos que governam a conduta cotidiana. Assim, a racionalidade instrumental do plano da economia, principalmente considerada a expressão da liberdade do homem em competir numa economia de mercado, transforma-se em sua camisa-de-força que o aprisiona, revelando-se como irracionalidade do sistema como um todo.

Observa-se, ainda, que o processo de racionalidade tecnológica é um processo político.

" Originalmente concebida e acionada para emancipar os homens, a moderna ciência está hoje a serviço do capital contribuindo para a manutenção das relações de classe. A ciência a técnica na mão dos poderosos (que controlam o Estado) controlam a vida dos homens, subjuga-os ao interesse do capital, escravizando-os às máquinas. (...) A sua dimensão emancipadora, crítica, negadora, foi sufocada, abafada, desviada. (...) se tornam a base legitimadora do sistema capitalista, desativando o conflito de classes (...) Desta forma, a ciência e a técnica se transformaram em uma ideologia tecnocrática " (FREITAG, 1986: 94)

Como processo político sob a racionalidade tecnológica, o homem e a natureza são submetidos à organização, inclusive do Estado que no capitalismo moderno investe e incentiva o desenvolvimento deste processo de racionalidade técnica.

"vê os interesses particulares que organizam o aparato. Em outras palavras, a tecnologia se tornou o grande núcleo de espoliação - espoliação em sua forma mais madura e eficaz. (...) O mundo tende a tornar-se o material da administração total, que absorve até os administradores. A teia da dominação tornou-se a teia da própria Razão e esta sociedade está fatalmente emaranhada nela " (MARCUSE, 1982: 162).

Eis a irracionalidade da racionalidade. O barbarismo da sociedade capitalista moderna, a racionalidade totalitária da sociedade unidimensional. HABERMAS em "Técnica e Ciência Enquanto Ideologia " (1983) de certa forma relativiza a posição de MARCUSE. Considera a crescente intervenção do Estado e a transformação da ciência e da tecnologia como forças produtivas e ideologia, alterando, substancialmente, as formas de legitimação

necessárias a reprodução social do sistema como um todo. Para ele, a ciência e a tecnologia passaram a ser a base de legitimação do Estado moderno.

HABERMAS em *Técnica e Ciência enquanto "Ideologia"* (1983) de certa forma relativiza a posição de MARCUSE. Considera a crescente intervenção do Estado e a transformação da ciência e da tecnologia como forças produtivas e ideologia, alterando substancialmente as formas de legitimação necessária a reprodução social do sistema como um todo. Para ele a ciência e a tecnologia passaram a ser a base de legitimação do Estado moderno.

Entretanto essa relativização está apoiada no fato de que, embora a razão instrumental represente um modo de conhecer que se apropria dos objetos de conhecimento (o homem e a natureza) unicamente com a finalidade de dominá-los e utilizá-los para fins instrumentais, não pode ser absolutizada no sentido de, criticamente, abdicar da razão não pode ser assimilada imediatamente à dominação como conceberam outros frankfurtianos como MARCUSE. Ele considera que a razão do tipo "instrumental" é apenas uma das formas possíveis de ação, mas não a única. Isto significa dizer que existe outra forma de razão crítica, libertadora, dialógica, emancipatória. Se a razão no sentido lato pode ser utilizada, tanto para subjugar, dominar e explorar a natureza e os homens, pode também servir para criticar, aproximá-los, se colocar a serviço da libertação. Assim para HABERMAS esta razão crítica a serviço da emancipação é a razão do tipo "comunicativa", se contrapondo àquela domesticadora, dominante.

" Enquanto na razão instrumental, a relação de conhecimento e ação se faz nos moldes da filosofia da consciência, entre um sujeito que conhece e um objeto apreendido, mesmo que esse objeto seja um sujeito, isto é, numa relação monológica, solitária, e autoritária na razão comunicativa ela é intermediada pela linguagem, o que significa que será realizada entre sujeitos, todos igualmente capacitados, atribuindo-lhe um caráter dialógico, que lhe permite escapar da lógica da subjetivização reificante da filosofia da consciência". (ARAGÃO, 1992:60)

A Teoria do Agir Comunicativo de HABERMAS é de máxima importância para introduzir-se no estudo de suas contribuições sobre o Estado e seu papel na sociedade de capitalismo tardio, principalmente a partir da noção por ele introduzida e concebida de mundo - da - vida, para escapar a recusa da razão assimilada como razão = dominação e pensar numa razão emancipatória - razão (também) = libertação, já que existem formas de vida que não se sujeitam ao autoritarismo da razão " instrumental ". Estas formas de vida sugerem para ele uma estrutura de racionalidade imanente à prática comunicativa solidária , heterogênea, dialógica. Uma racionalidade comunicativa em oposição ou antagônica à razão instrumental.

2.5 - Resumo do Capítulo

Neste capítulo, procurou-se traçar o quadro teórico do presente trabalho, convergindo para a problemática da irracionalidade da racionalidade da moderna sociedade capitalista. Subjacente à Teoria Crítica exposta em seus traços mais gerais e mais polêmicos, procurou-se detectar a sua posição na contribuição dos vários autores (Horkheimer, Adorno, Marcuse, Habermas) como guia para uma ação humana emancipatória, já que esta corrente do pensamento social visa: a) produzir esclarecimento entre os agentes que as defendem, capacitando-os a estipular quais são seus verdadeiros interesses; b) libertar os agentes de um tipo de coerção que é, pelo menos parcialmente auto-imposta, a autofrustração da ação humana consciente. A Teoria Crítica para realizar tais tarefas emancipatórias tem conteúdo cognitivo, que são formas de conhecimento "reflexivas" colocando à disposição dos agentes um tipo de conhecimento produtor de esclarecimento e emancipação.

De forma geral, na primeira parte do capítulo, abordou-se a problemática da autodestruição da razão. A Dialética do Esclarecimento (Horkheimer e Adorno) afirma que a razão suscitava conhecer o mito, o fetiche e terminou, no decorrer do percurso, ela própria um mito. Em vez de promover a emancipação, ela assume o caráter de controle técnico da natureza e dos homens, negando assim, a sua dimensão crítica e emancipatória de seu início.

Por sua vez, em um num segundo momento, a crítica da ciência e da razão feitas pelos autores frankfurtianos já assinalados, é seguida pela crítica da cultura, inferindo a indústria cultural o papel de manipulação das consciências, gerando a irracionalidade contemporânea do capitalismo, podendo em certas circunstâncias regredir - como já aconteceu - à barbarie totalitária do tipo facista. Assim, a des-razão é provocada pelo controle técnico da natureza e do homem que desemboca com a Indústria Cultural nos irracionalismos da semi-educação, da semi-cultura que restringe a crítica, embota as consciências, homogeneiza as diferenças culturais, padroniza as consciências pela padronização da cultura, etc, traduzindo-se no capitalismo moderno.

Em um terceiro momento, principalmente através das contribuições de MARCUSE e HABERMAS, trabalhou-se a questão do Estado Tecnocrático e suas formas de legitimação no capitalismo tardio, que ao institucionalizar os conflitos sociais e ao enfraquecer as lutas antagônicas entre as classes sociais, via mecanismo de legitimação tais como ampliação das comodidades da vida, como políticas de bem-estar social, não consegue, em momento de crises mais profundas, impedir processos de "deslegitimação," revelando a sua natureza de classe.

Em tais circunstâncias, surgem os conflitos não institucionais, fora dos parâmetros e formas políticas neocorporativas de organização e intermediação de interesses. Estas crises revelam, sobretudo, o mundo-da-vida de forma diretamente associada à problematização de alternativas e formas de organização da vida cotidiana cada vez mais vastas, "fora" da ordem institucionalizada de controle e legitimação social, ou seja, fora do domínio do Estado. Expressão cada vez mais ampla de grupos sociais que resgatam do antigo quadro institucional, a ação comunicativa, dialógica ou libertadora em novas bases. Estes grupos sociais "autônomos" se colocam como membros de uma coletividade e se consideram pertencendo ao mundo-da-vida na primeira pessoa do plural e essa comunhão se baseia no conhecimento consensual, em um estoque de conhecimento cultural que os membros partilham. Tais sujeitos coletivos agem progressivamente na ampliação do sentido da crise de legitimação e de motivação, juntando, cada vez mais, adeptos e suscitando o surgimento de novos grupos autônomos pela ampliação de seu raio de ação, convencendo-os da irracionalidade do sistema vigente, cuja trajetória tendência a auto destruição da vida na terra.

Capítulo 3 - GAT, Modernização e Interesses

3.1) O Programa PDCT / NE - GAT : Concepção e Interesses

A finalidade deste capítulo é efetuar uma análise crítica ao Programa PDCT / NE - GAT, com base no documento - projeto inicial - elaborado pelo CNPq / BID, 1983, usando como suporte teórico para sustentar a discussão a teoria crítica frankfurtiana, já devidamente analisada no capítulo 2.

O objetivo principal aqui é desvendar a estrutura de interesses subjacentes a este Programa Governamental, sendo este um dos instrumentos de implantação da racionalização no campo, utilizando-se da ciência e da tecnologia como forma de legitimação e, por essa via, atingir os objetivos finais, que tratam de inserir os pequenos produtores rurais na economia de mercado, mais do que mesmo melhorar suas condições de vida.

Nesta análise considera-se também as avaliações que vários outros pesquisadores realizaram anteriormente, entre estes, alguns participantes do Sub-Programa GAT como: MADEIRA (1986), LIMA (1988), RAMALHO (1988) RAMALHO e SHULZE (1991), SCHULZE e RAMALHO (1991), MACHADO (1982), JORDÃO (1993) e SOUZA (1993).

O Programa PDCT / NE - GAT (início, 1983 - término: 1988) está dentro da política de intervenção governamental voltada especificamente para o pequeno produtor o que só ocorre no Brasil, como já ressaltado anteriormente, a partir da década de 1970, com o POLONORDESTE, o precursor dos programas governamentais voltados para o atendimento ao pequeno produtor rural e do discurso participativo, em empreendimento

dessa natureza. Este programa surge visando se enquadrar na perspectiva de modernizar o meio rural, utilizando práticas e técnicas, justificando-se no sentido de solucionar problemas do Trópico Semi-Árido (TSA), aumentando a capacidade produtiva do pequeno produtor, a renda e conseqüentemente, suas condições de vida, mesmo em situações climáticas desfavoráveis de seca.

O PDCT / NE - GAT, elaborado pelo CNPq com o apoio do BID, registrou uma das principais características e problemas da região Nordeste, e mais especificamente da Região Semi-Árida, com o objetivo de situar o espaço do Programa e justificar sua atuação, sobre definições as quais efetuamos algumas considerações críticas.

Quanto à análise sobre a questão da pobreza no Nordeste foi citado o seguinte:

** O Nordeste Brasileiro é considerado uma das regiões de maior concentração de pobreza na América Latina. Em 1979 o PIB per capita foi de Cr\$ 18.444 (US\$ 434) que representavam 45,5% do produto nacional estimado em Cr\$ 40.510 (US\$ 953). Recente estudo do BIRF indica que do total de 5,7 milhões de famílias localizadas no Nordeste, cerca de 52% estão abaixo do nível de pobreza Índice que sobe para 62% tomando só o setor rural. A economia regional está diretamente influenciada pelos efeitos climatológicos e as flutuações que estas acarretam na produção agrícola. (. . .) No transcurso dos quatro últimos anos agrícolas (1979 / 80, 1980 / 81, 1981 / 82, 1982 / 83) a situação econômica do Nordeste acusou um mercado em baixa devido a uma seca prolongada, cujo impacto foi particularmente negativo para essa região que depende do setor agrícola. Conseqüentemente, a produção agrícola do Nordeste vem declinando desde 1978 * (*) PDCT/NE-1983:04)*

Entretanto, mesmo considerando a precisão desses dados entende-se que a seca tem sido apenas uma parte do problema, pois existem várias soluções para contornar a falta de chuvas regulares, porém não são adotadas, preferindo-se optar por decisões paliativas, temporárias e assistencialistas que não solucionam os problemas definitivamente, mas ao contrário, só os tem agravado.

(*) FONTE: Programa Desarrollo Científico Y Tecnológico Para El Trópico Semi-Árido Del Nordeste - Brasil 1983

Não se tem promovido o apoio básico e duradouro ao pequeno produtor, através da construção de açudes públicos, educação integral, entre outros meios coerentes para dotá-los das condições sociais de desenvolvimento, conforme indicações defendidas por estudiosos da questão rural no Brasil, entre estes SORJ (1980). Medidas básicas e fundamentais como essas não se encontram nos referidos programas.

Discorda-se também da chamada " falta de tecnologias adequadas ", pois o pequeno produtor já tem provado que realiza boa produção, quando a natureza lhe é favorável, conforme as estatísticas de sua produção, identificadas no próprio programa em análise. Entretanto, os aspectos desfavoráveis que o impede de apresentar uma performance à altura do mercado, como almejam seus investidores, é justamente a falta de água e outros recursos e insumos produtivos.

E para referendar soberbamente toda essa problemática, vem o motivo mais contundente justificando os vultosos investimentos: a seca. Conforme diz o programa:

" O principal problema da região é a suscetibilidade das contínuas secas, conforme mostra o Mapa anexo nº 2 (probabilidade de incidência de secas) (. . .) . A concentração e irregularidade de precipitações constituem maior problema que a própria quantidade de chuva. Ademais cerca de 95% da precipitação é consumida pelo fenômeno da evapotranspiração. (. . .) Apesar dos esforços feitos até agora, não se conseguiu criar na economia do semi-árido condições de efetiva resistência a seca e a suscetibilidade da população a seus efeitos está diretamente relacionada com sua forma de inserção no sistema produtivo. Com a ocorrência das secas os pequenos produtores vêem frustrada total ou significativamente sua produção, basicamente orientada para a subsistência. " (PDCT /NE - 1983 : 08)

Sabe-se que na presença de uma política bem dirigida, a seca poderia ser aceita como uma parte normal do clima e não como um evento extremo; é um grande erro atribuir as causas de "desastre político" ao evento natural seca. A questão é muito mais política do que climática. Conforme afirmam diversos autores, entre estes GELFA AGUIAR (1985).

Porém, estes planejamentos não lograram êxito em suas ações para o pequeno produtor, porque só foram implantadas soluções assistencialistas, portanto efêmeras, não atingindo as reais necessidades da região. Outrossim, quando se afirma que a produção do pequeno produtor é "apenas" de subsistência, os planejadores lançam o anátema para destruí-la impondo seus conceitos inquestionáveis em nome da tecnologia e racionalização, destruindo a cultura tradicional do agricultor com os ilusórios resultados passageiros. Mais uma prova dessa contradição está no insucesso do próprio Sub-Programa GAT também, pois não conseguiu fixar resultados significativos para o desenvolvimento da região.

HABERMAS (1983: 313) esclareceu essa questão com a seguinte afirmativa:

"Na medida em que a técnica e a ciência penetram os setores institucionais da sociedade, transformando por este meio as próprias instituições, as antigas legitimações se desmontam". (...) A superioridade do modo de produção capitalista sobre os modos de produção do passado têm um duplo fundamento: a instalação de um mecanismo econômico que assegure a longo prazo a propagação dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins e a criação de uma legitimação econômica, em nome da qual o sistema de dominação pode ser adaptado a novas exigências da racionalização desses subsistemas em progresso. Esse processo que Max Weber concebe como " racionalização " .

É neste aspecto que reside o fundamental prejuízo, (a longo prazo), para o pequeno produtor. Quando selecionado pelos programas governamentais, toda ênfase é dada a agricultura para o mercado sem a participação decisória do agricultor, muito embora a incorporação no GAT do discurso de participação de produtores rurais na sua gestão, esteja definida como parte de seus objetivos. Impedido de optar por produzir culturas que venham satisfazer suas necessidades básicas, ao mesmo tempo, se vê obrigado a aceitar os pacotes tecnológicos, acompanhados dos insumos cujos adubos químicos são forçados a comprar em grande quantidade: Isto vem criar a dependência externa, ao mesmo tempo induzindo a inviabilidade das culturas tradicionais.

Observa-se, pois, que a necessidade de participação do pequeno produtor é conhecida pelos responsáveis na elaboração do SubPrograma GAT, vez que a plena participação do pequeno produtor vai sendo tecida ao longo do documento, abrindo espaço para uma nova postulação de papéis.

Assim, parece que o SubPrograma GAT, apesar de querer inovar apresenta continuidade em relação aos projetos anteriores, pois ele repete o velho modelo difusionista de efeito demonstração e assistencialismo, cuja concepção parece contraditória com a estratégia participativista que sua retórica diz incorporar.

Essa ambiguidade vai marcar todo o desenvolvimento do discurso do projeto.

Na alocação dos recursos envolvidos, novas contradições que incidem negativamente sobre o pequeno produtor, estão presentes.

O programa de Desenvolvimento Científico e tecnológico para o Nordeste (PDCT / Nordeste) foi concebido de forma que os seus objetivos seriam alcançados através de dois Sub-programas:

- a) O Sub-Programa de Desenvolvimento de Pesquisas Relativas ao Semi-Árido, em Universidades do Nordeste (Sub-Programa Pesquisas); e
- b) O Sub-Programa de Geração e Adaptação de Tecnologia para o Produtor de Baixa Renda (Sub-Programa GAT)

Embora estes dois Sub-programas tratem de problemas do produtor rural do Semi-Árido nordestino, eles se diferenciavam nas formas de atuação.

Inicialmente, identifica-se um ponto contraditório no planejamento de ambos os Sub-programas; é referente ao volume de investimento financeiro destinado a cada um dos Sub-programas. Enquanto ao Sub-Programa Pesquisa foi destinado 49,6% do

montante (US\$ 22.300 dólares) ao Sub-Programa GAT coube apenas 18,2% (US\$ 8.200 dólares) evidenciando, portanto, que a ênfase do Programa PDCT / Nordeste não foi o pequeno produtor em si, mas sim, as pesquisas realizadas que tinham o objetivo implícito de fortalecer a infra-estrutura física das Universidades envolvidas, através da construção de laboratórios e aquisição de novos equipamentos. Mais uma vez, o pequeno produtor parece ter sido "usado " para justificar tais investimentos, ainda que, para este caso, houvesse um motivo relevante: fortalecer as pesquisas científicas na Universidade.

O custo total do Programa foi de US\$ 45,0 milhões. O BID deveria financiar US\$22,5 milhões, através de dois empréstimos: um de US\$ 18,0 milhões em divisas (40%) com encargos dos recursos de capital ordinário, e outro, equivalente a US\$ 4,5 milhões, em moeda local (10%), com encargos dos recursos do Fundo de Operações Especiais. O saldo, equivalente a US\$ 22,5 milhões (50%), seria financiado com recursos de contrapartida local. O quadro da página seguinte , detalha, por categorias de investimento, como deveriam ser alocados os recursos. (*)

3.2 - O GAT e a Difusão de Tecnologia

No Sub-Programa GAT seriam testadas e adaptadas tecnologias de exploração agropecuária em pequenas propriedades do Trópico Semi-Árido, com o objetivo de determinar a viabilidade técnica e econômica dos mesmos, para sua posterior difusão, via crédito e extensão rural, pelos programas especiais de desenvolvimento que operavam na região. (**) Projeto Sertanejo e o Programa POLONORDESTE, principalmente.

(*) - FONTE: Programa de Desarrollo Científico para El Trópico Semi-Árido del Nordeste - Brasil - 1983

(**)- FONTE: PDCT/NE/CNPq/BID-UFPB/SUEP-Regulamento Operativo do Programa - Vol. I-Setembro:1983.

CNPq- PROGRAMA DE DESARROLLO CIENTIFICO Y TECNOLOGICO

Costo por Componentes y por Categorías de Inversión
(US\$000 AGOSTO 1982)

	Subprog. GAT	Subprog. Inves- tición	Costos Generales	Costos Finan- cieros	Subtotal	Préstamo OC	Préstamo FOE	Aporte Local	Costo Total	%
1. Ingeniería y Administración	-	140	5.390	-	5.530	-	-	5.530	5.530	12.3
1.1 Elaboración del Proyecto	-	140	-	-	140	-	-	140	-	-
1.2 Administración Central	-	-	1.345	-	1.345	-	-	1.345	-	-
1.3 Subunidades Ejecutoras	-	-	4.045	-	4.045	-	-	4.045	-	-
2. Costos Directos	1.112	8.416	119	-	9.654	5.428 5.433	3.434	732 1.022	9.654	21.5
2.1 Obras y Construcciones	-	3.434	-	-	3.434	-	3.434	-	-	-
2.2 Equipos	1.004	4.005	119	-	5.128	5.128	-	732	-	-
2.3 Materiales	115	977	-	-	1.092	300	-	1.092	-	-
3. Costos Concurrentes	1.115	4.559	258	-	5.930	4.950 5.250	-	680	5.930	13.2
3.1 Capacitación Personal	283	3.456	-	-	3.746	3.746	-	380	-	-
3.2.1 Consultoría	575	1.101	258	-	1.934	1.254	-	680	-	-
3.2.2 Evaluación GAT	250	-	-	-	250	250	-	-	-	-
4. Costos Operativos	3.723	3.985	-	-	7.718	-	-	7.718	7.718	17.2
4.1 Personal Incremental	2.090	1.499	-	-	3.589	-	-	3.589	-	-
4.2 Viajes y Viáticos	619	1.291	-	-	1.910	-	-	1.910	-	-
4.3 Material de Consumo	327	-	-	-	327	-	-	327	-	-
4.4 Servicios de Terceros	687	1.205	-	-	1.892	-	-	1.892	-	-
5. Sin Asignación Específica	2.745	5.192	2.133	-	9.668	1.887	767	7.014	9.668	21.4
5.1 Esqueleto de Costos	1.404	2.900	1.366	-	5.670	1.007	454	4.209	-	-
5.2 Imprevistos	841	2.290	867	-	3.998	880	313	2.805	-	-
6. Costos Financieros	-	-	-	8.300	6.500	5.735	299	466	6.500	14.4
6.1 Intereses	-	-	-	5.809	5.809	5.555	254	-	-	-
6.2 Comisión de Crédito	-	-	-	466	466	-	-	466	-	-
6.3 Comisión de Insp. y Vig.	-	-	-	225	225	180	45	-	-	-
Total	8.200	22.300	8.000	8.500	45.000	18.000	4.500	22.500	45.000	100.0
Porcentaje	18.2%	49.6%	17.8%	14.4%	40%	10%	50%			

QUADRO 1

Entretanto, observa-se que é nesta perspectiva de difusão de tecnologias que é possível detectar, com maior profundidade, a ideologia da dominação, via modernização no campo, fato também já colocado e analisado por diversos autores, entre eles, PADILHA (1984), HABERMAS (1971), FIGUEIREDO (1984), ALGMANY, (1988) além de outros.

Constata-se porém, lamentavelmente, que técnica e economicamente o Subprograma GAT tornou-se, em parte, inviável, diante dos altos custos e poucos resultados.

Entretanto, supunha-se que as experiências bem sucedidas do Sub-Programa GAT seriam transferidas aos demais agricultores das propriedades circunvizinhas interessadas, através da estratégia de efeito demonstração, utilizando-se de programas especiais de crédito e assistência técnica que já operavam na região, tais como os projetos Sertanejo e POLONORDESTE e os Programas dos respectivos Estados, levados a cabo pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATERs.

Porém, entre todas as informações colhidas sobre a difusão, quer nos demais relatórios de avaliação sobre o GAT e nas pesquisas "in-loco", constatou-se que esta difusão não ocorreu no Estado da Paraíba, pois embora os agricultores vizinhos demonstrassem interessados, foram bloqueados, vez que o crédito rural que seria efetuado através de articulações com os demais programas existentes na região, na verdade, nunca foi conquistado pelos pequenos produtores de áreas vizinhas.

Mais uma vez constatam-se as contradições entre o planejamento e a prática das ações. Vê-se que os possíveis vizinhos imitadores das tecnologias testadas não conseguiram o crédito para sua implantação, embora demonstrassem interesse em fazê-lo. Por que não foram programados recursos destinados a esse crédito, para difusão? Este aspecto não era prioritário do Programa?

Por que atrelar o crédito, à disponibilidade de outros programas similares já existentes na região ?

Procurou-se identificar no Sub-Programa GAT, alguns pontos básicos para responder a estas questões. Parte-se do pressuposto de que a filosofia dos projetos de modernização agrícola - apesar de usar uma retórica completamente controvertida que aparenta prestar ajuda aos agricultores - não demonstra está dirigida no sentido de solucionar, efetivamente, os problemas dos pequenos produtores: a atuação da Universidade foi positiva para os chamados pequenos produtores? Esse " novo " é significativo ou não? Este programa é novo por quê ? Por que o interesse do Banco Mundial nesta questão ?

De acordo com a crença dos técnicos, a pequena produção só é viável quando utiliza tecnologia para maior barganha no mercado, concluindo-se que: os interesses explícitos e implícitos no projeto não são os mesmos do pequeno produtor. Porém, existe todo um aparato técnico para convencê-lo e justificar através do consumo de novos produtos (como geladeira e fogão a gás, por exemplo) a aparente melhoria do seu nível de vida.

Parece claro, a utilização de ofertas ilusórias para incentivar o pequeno produtor a atender aos interesses governamentais, em troca de alguns poucos bens embora perecíveis pela ação do tempo. Não há planejamento para ensinar-lhe o exercício da cidadania e a conseqüente libertação da dependência econômica. Portanto, " presentes " dessa natureza que não resolvem a base dos seus problemas, parece mais um exercício de dominação.

MARCUSE (1956 :) Esclarece, com muita evidência, essa questão:

() " A legitimação da dominação assume um novo caráter: qual seja, o da referência à sempre crescente produtividade e domínio da natureza, que ao mesmo tempo provê o sustento dos indivíduos, dando-lhes uma vida cada vez mais confortável ". (citado por HABERMAS, 1983 : 314)

Deve ficar claro que não se trata de negar o caráter positivo da ciência e da tecnologia como meio de promover o progresso da humanidade (PORTO: 1992). Porém observa-se que sua implantação deve fazer parte de um processo sistêmico no qual sejam consideradas, também, as culturas das partes envolvidas, suas aspirações e reais necessidades. Concomitantemente, é preciso que sejam implantados os componentes estruturais essenciais para o desenvolvimento da comunidade; a infra-estrutura fundiária, a educação e os meios específicos para a produção. Assim, sugere-se que haja um completo sistema, verdadeiramente integrado de ações, que resulte na real melhoria da qualidade de vida no campo, com amplas repercussões também nas cidades.

Observa-se, no entanto, que os planejadores não inovaram tenham inovado neste sentido, quando dos planos para o PDCT / NE - GAT pois a opção por treinamento, utilizada por estes programas, por exemplo, já tem sido bastante adotada pelos demais programas anteriores que, igualmente, não obtiveram sucesso junto aos pequenos produtores.

Por outro lado, o modelo das ações extensionistas no Brasil, consideradas por PADILHA (1984), identifica que além de querer inserir a pequena produção agrícola com fortes traços camponeses em esquema de reprodução capitalista cada vez mais monetarizados e mercantis, pretendem metamorfosear a grave questão agrária, em simples problema tecnológico a ser resolvido numa dimensão essencialmente individualista. Neste caso, o crédito rural surgiu como uma força compressor, mais interessado nos excedentes comercializáveis e no consumo de produtos e insumos industriais, provocando uma progressiva padronização nos serviços de assistência técnica, deixando de lado, tanto no discurso como na prática, as suas conotações mais sociais e cooperativas. Passou então o sistema Brasileiro de Extensão Rural a executar um trabalho concentrador, imediatista, anti - ecológico, elitista e tecnicista. Nesse quadro é que já no governo Geisel, pressionado pelo aprofundamento da questão social, realizou-se uma descompressão política, e pensou-se, conseqüentemente, em legitimação social. Assim, seguramente, o Banco Mundial, neste período, preocupado com as ameaças ao sistema dominante, contribuiu para uma guinada distributivista da política agrícola. Passou-se a enfatizar a

preferência pelos pequenos e médios produtores e a se enfatizar as chamadas tecnologias adaptadas.

Embora isto tenha sido a tônica nos anos 70, a essência do modelo em nada mudou. Tudo se passava como se a difusão de tecnologias resolvesse as questões sociais de pobreza e exclusão no estrito campo da ciência e da tecnologia.

Assim, no sentido de HABERMAS, a difusão e a adaptação de tecnologias se expressaram em um processo cada vez mais aprofundado de racionalização dos setores "tradicionais" ainda não atingidos pelo processo modernizante: os chamados pequenos produtores rurais.

Assim, nesta ótica, as inovações redentoras, podem ao invés de melhorar a situação dos pequenos produtores, produzir o seu contrário, como tem ocorrido, embora atenda a interesses industriais, produtores de insumos e máquinas agrícolas modernas. Entretanto, tais impactos contrários ao que prevê o discurso dos difusionistas de tecnologias não foram suficientes para evidenciar a essência capitalista autoritária e excludente da modernização agrícola. É com base nesta mesma problemática que PORTO (1990) escreveu:

" O processo de modernização e industrialização da agricultura, verificado nas últimas décadas não tem como variável explicativa chave a busca de uma racionalidade para o setor agrícola em si; explicando-se ao contrário, pela busca de uma racionalidade agrícola que seja adequada à racionalidade do sistema econômico como um todo "
(PORTO, 1990: 101)

Aqui remete-se novamente a questão da educação; como conseguir essa almejada mudança, sem fundamentar um processo educacional no campo? Entende-se que sem

este princípio, as decisões superficiais adotadas por esses programas são contraditórias, elementares e autoritárias.

Pode-se afirmar, que em geral, portadores das práticas de geração, adaptação e difusão de tecnologias não tem compreendido, conforme afirma PADILHA (1984) a tecnologia como produto de um modo de produção e como suportes de relações sociais determinadas. A sua própria formação escolar mistifica o conhecimento científico-tecnológico como algo subsistente, socialmente neutro, eticamente bom. Daí a crença sedimentada de que ciência, tecnologia, desenvolvimento e produtividade são necessariamente instrumentos de bem estar social.

Assim, essa ideologia de difusão de tecnologia é definida por BORDENAVE (1988) como crença de que o desenvolvimento acontece quando se introduzem, entre os agricultores, novas idéias de maior eficiência produtiva, de maneira que as inovações, sejam difundidas e os agricultores efetivamente as adotem. Os mais aptos ao adotarem rapidamente as inovações, serão imitados por outros, de modo que seu exemplo pode gerar uma reação em cadeia, até chegar aos agricultores mais resistentes. O modelo supõe assim, um fenômeno de adoção em cadeia que exige vinculações efetivas entre pesquisadores, extencionistas e informadores, entre "agentes de mudança" e agricultores. Tudo isto é planejado de tal forma, até a conquista de adoção pelos retardatários.

Daí a estratégia de efeitos demonstração, com a qual o GAT quis promover mudanças em cadeia, a partir de experimentos de adoção e tecnologias adotadas.

Neste contexto, a ideologia que fundamenta tal estratégia, está baseada na convicção de que a adoção de tecnologia é adoção de uma nova mentalidade, instrumentalizada por "pacotes tecnológicos", que garantem a neutralidade quanto aos impactos sociais e às estruturas agrárias intocáveis e superlotadas de conflitos sociais.

Assim, a tecnologia se reveste em sujeito da mudança e, os adotantes em objeto, instrumentos dessa mudança.

Neste sentido HABERMAS (1971) afirma, que, na sociedade não há em nenhum sentido um jogo mútuo de interesses, há sim, uma moldura institucional que conforma a sociedade que é, de fato, composta por atores distintos, com diferentes interesses e objetivos conflitantes. Diante da realidade social conflitante, a dominação conduzida pelo Estado autoritário dá lugar às práticas manipulativas da administração técnico-operacional.

Este caráter de manipulação, conforme explicita HABERMAS, pode se traduzir numa crença largamente difundida pelos portadores da modernização agrícola, de que um projeto de adoção de novas tecnologias, conhecimentos e habilidades pelos agricultores, ensinados por técnicos e instituições descomprometidas com as lutas e os interesses concretos daqueles que trabalham no campo, pode superar a pobreza.

Assim, se desmistifica a idéia de que a sociedade, mantendo as suas relações sociais de produção intocadas, poderia ser transformada por meras adaptações técnicas. Desmistifica-se a neutralidade dos técnicos, a fantasia da harmonia social e um Estado com sua estrutura institucional acima dos grupos sociais e seus interesses conflitantes. Neste sentido, a organização social dos produtores seria o fator básico da mudança e a adoção de tecnologia, o resultado desta mudança e não o contrário. A tecnologia seria instrumento e não sujeito. A organização dos produtores pressupõe disputa de políticas públicas que atendam aos seus reais interesses, pautados numa visão de sociedade composta de várias classes sociais com interesses conflitivos e até antagônicos, e por um reconhecimento de que o Estado como campo de disputa e de intermediação de interesses reflete estas instâncias sociais e a correlação das forças existentes.

Neste sentido, FIGUEIREDO (1984) afirma, que enquanto a natureza da tecnologia adotada não for revelada naquilo que implica dominação, não será possível propor alternativas viáveis à política tecnológica vigente. Assim, a política tecnológica no âmbito

da agricultura pode se apresentar com diversas faces, já que nela se condensa diversos interesses em jogo. É nesta ótica, segundo FIGUEIREDO, que ela não pode se colocar neutra e racionalmente acima das classes e grupos nela envolvidos, mas reflete, essencialmente a articulação de interesses e a natureza do sistema político que a define. Desta forma, a questão tecnológica só se resolve com sua politização. Esta politização porém, não se envolve a nível de decisões individuais, mas resulta de uma série de circunstâncias, entre elas a posse da terra como reivindicação primeira dos trabalhadores rurais, quando o governo, no sentido de neutralizar o poder político dos trabalhadores que retomam as suas iniciativas de lutas através de suas organizações de classe, tem adotado medidas de despolitização da questão agrária.

Assim, de acordo com a autora, enquanto o governo se esforça para despolitizar a luta pela terra e a medida em que os trabalhadores rurais expressam em suas lutas os interesses por melhores condições de vida e de trabalho, é de se esperar uma politização do problema tecnológico na agricultura, responsável central pelos problemas que atingem na atualidade, os trabalhadores do campo. Tal politização, assim, não deverá implicar no abandono da luta pela reforma agrária, ao contrário, permitirá especificá-la e organizá-la como um projeto político alternativo.

3.3) Módulos: A Contradição entre Planejamento e Ação

"Em cada fazenda ou propriedade rural participante seriam implantados de 2 a 4 tipos de exploração agropecuária aqui denominados "módulos", que utilizariam uma parte da área total da propriedade. As características particulares da propriedade determinariam quais dos sete "módulos" seriam implantados e aprovados em cada caso. Em todas as propriedades se incluiria pelo menos um módulo de agricultura irrigada e um de agricultura de sequeiro, além de um ou dois dos cinco módulos restantes. Os demais cinco módulos eram os seguintes: Módulo de Apicultura - Módulo Caprinocultura - Módulo Piscicultura - Módulo Reflorestamento - Módulo Biodegestor." (PDCT/NE - 1983:09)

Durante a execução do programa, verificou-se que a organização e participação aparecem como atividades de responsabilidade direta de instituições

executoras do Programa GAT, ou seja as atividades de organização e participação dos pequenos produtores ficaram sob a responsabilidade direta dos técnicos da Universidade. Assim é que os técnicos foram orientados para determinar quais módulos deveriam ser implantados, enquanto que os agricultores deveriam aceitar, sem opção de questionamento, sobre suas necessidades primordiais.

Tal determinação evidencia a contradição entre o planejamento e a ação, cuja participação é colocada nos planos como algo "novo" nos Programas governamentais porém na prática, a implantação ocorre da mesma forma autoritária como nos demais programas anteriores.

Quanto ao módulo reflorestamento, por exemplo, que diante de sua fundamental importância deveria ser priorizado para uma implantação, embora citado no GAT, não se encontra aplicação em nenhuma das propriedades pesquisadas, e nem constando dos projetos para implantação.

Observa-se porém, que o reflorestamento programado refere-se, apenas, à produção de madeiras para utilização como lenha, a fim de ser empregada nas atividades de sobrevivência imediata, como alimentação, por exemplo.

Por que, então, não priorizar, também, o reflorestamento que contribuiria fundamentalmente para a solução definitiva da seca? Por que não há real interesse no reflorestamento?

Outrossim, é necessário conhecer: o que plantava o pequeno produtor antes do GAT e o que passou a plantar com a introdução do Sub-Programa?

Constatou-se que plantava feijão, mandioca e milho principalmente, visando a sua subsistência, e algum excedente que conseguia produzir, trocava no mercado por

produtos que não conseguia produzir na sua gleba. Com a introdução do Sub-Programa, passou a utilizar nova tecnologia e assim a produzir culturas viáveis para o mercado tais como: coco, banana, laranja e palmas, marginalizando, entretanto, a produção de subsistência. Porém, após o término do Sub-Programa voltaram a produzir para subsistência, abandonando as caras tecnologias, pois o uso destas ficou inviável, pelo alto custo que envolve, entre outros fatores.

Esta foi possivelmente uma das constatações mais contraditórias que se encontrou nos resultados do GAT.

Por outro lado, ocorreram ainda alguns efeitos negativos, em algumas propriedades testadas, em consequência do uso dos adubos químicos que acompanham as novas tecnologias como: empobrecimento do solo, (morte de algumas espécies) desenvolvimento de resistências (pelo uso continuado de inseticida), além de algumas ervas daninhas introduzidas por adubos externos, que empestaram o solo e até o momento desta pesquisa permanecem.

Com relação à irrigação, parte forte do programa, a nível de projeto, era colocado o seguinte:

" O módulo de irrigação será implantado numa área de aproximadamente um a quatro hectares, dependendo da disponibilidade de água na propriedade, e do método de irrigação utilizado. Foram projetados cinco modelos de agricultura irrigada que, de acordo com experiências prévias, resultam apropriados para as diferentes características e necessidades das pequenas fazendas do Semi-Árido. O módulo de irrigação requer a utilização de uma fonte de energia para levar a água desde a fonte (não perenizada, reservatório ou poço) até lotes irrigados. Nos casos onde não houvesse energia elétrica acessível, seriam usadas basicamente bombas acionadas por motores diesel. O Programa pretendia continuar experimentando e aperfeiçoando o uso de fontes energéticas alternativas, como moinhos de vento, painéis fotovoltaicos gaseificadores a carvão, biodegestores, etc.. " (PDCT/NE-1983 :09)

Observa-se que o módulo de irrigação foi implantado nas propriedades selecionadas, porém sempre em uma área mínima estabelecida de um hectare apenas, mesmo nas propriedades situadas a jusante do grande manancial " Açude de Boqueirão ". Inclusive, esta foi uma reivindicação efetuada pelos agricultores, quando responderam à esta pesquisa: sugeriram que a área irrigada fosse um pouco maior para alcançar resultados compatíveis com todo o investimento.

Quanto à fonte de energia necessária à irrigação constatou-se que foram utilizados os motores a diesel.

Entretanto, os agricultores participantes do GAT informaram que o custo pelo uso do motor diesel é bastante caro, pois consome muito combustível. Assim, os motores entraram em desuso, após o fim do Programa, já que os agricultores não podiam comprar o óleo. Por outro lado, a potência dos motores diesel utilizados pelo GAT, era de pequena capacidade, conforme informaram os proprietários, tornando-se ineficientes para bombear a água do açude que baixou o nível após a seca, exigindo assim, um motor de maior potência, além de maior quantidade de tubulações para alcançar a água reduzida.

Além destes aspectos, as demais fontes energéticas alternativas já citadas não foram implantadas.

Constata-se assim, que a não implantação das fontes de energia programadas (como moinhos de ventos, biodigestores, etc.) contribuíram para inviabilizar a continuidade independente do GAT, após o encerramento do Programa, já que estas fontes alternativas poderiam ser utilizadas com baixo custo de produção, ao contrário do que ocorre com o motor diesel.

Por que a preferência por motores diesel, se as fontes alternativas envolviam recursos locais, mais simples e portanto, com maior perspectiva de uso ? e por que não o motor movido à eletricidade, já que esta estava a poucos metros de muitas propriedades?

São essas ingerências administrativas que, muitas vezes, levam ao fracasso os projetos. Simplesmente justificar o não uso do motor elétrico, porque este tipo de atividade não era contemplado no programa, deixa perceber o nível de irracionalidade a que são submetidas muitas das ações do programa.

Módulo Biodigestor

" O Módulo Biodigestor seria instalado em algumas propriedades das áreas que não dispõem de energia elétrica, a fim de se obter melhores condições de vida para a família do agricultor mediante a produção de gás metano como uso para o combustível doméstico. O Biodigestor utiliza esterco de gado como matéria prima, e pode cobrir as necessidades de iluminação e cozinha de uma propriedade que disponha de animais suficientes. O conjunto de dois a quatro módulos em uma determinada propriedade constituiria o que passa-se a denominar "sistema de produção " de 95 agricultores e, portanto, a implantação de 95 " sistema de produção " (com 1 a 4 módulos cada um), para a referida prova e experimentação de tecnologias, a nível de pequenas propriedades. " (PDCT/NE - 1983:11)

O módulo Biodigestor não foi implantado pelo GAT no Estado da Paraíba. Segundo a informação de alguns técnicos entrevistados, esse projeto ficou inviável, diante dos altos custos que exigia, assim como também ocorreu com o Módulo Psicultura.

Pergunta-se: por que seus custos não foram estimados, quando da elaboração do Programa? Por que, então, constou da programação?

Quanto ao número de módulos previstos para cada propriedade selecionada variou entre 3 e 4 em cada uma, sendo de tipos variados, mas constando módulo de irrigação para todas.

Sobre o número do "sistema de produção" foi previsto e implantado a quantidade em 95 sistemas distribuídos entre as cinco Universidades participantes do Programa. Na Paraíba, foram implantados 20 sistemas.

Finalmente, diante de todas estas observações, em que , entre outras, comparar a racionalização tecnológica e sua implantação junto ao pequeno produtor rural, verifica-se, durante a execução do programa, conforme afirmam CAVALCANTI (1986) e SCHULZE e RAMALHO (1991) que os agricultores, embora possuindo sua própria racionalidade tecnológica, concordaram e aplicaram as tecnologias recomendadas pelo GAT. Houve ainda o consenso entre os agricultores pesquisados, que o GAT trouxe vantagens para sua roça, principalmente, elegendo a irrigação como a técnica de maior vantagem do GAT.

Entretanto, a maior dificuldade apontada pelos agricultores é a falta de recursos e de poder de decisão para enfrentar riscos nas práticas mais audazes, como a comercialização de seus produtos em cidades mais distantes.

E neste aspecto, eles relacionaram sua situação de pobreza, principalmente, à inflação e ao governo, aplicando-os pela suspensão do crédito subsidiado, conforme afirma SCHULZE e RAMALHO (1991) Acusam, ainda, os políticos de não darem à agricultura a importância que ela merece.

Partindo daí , pode-se inferir que a racionalidade tecnológica na agricultura não depende apenas da mudança de mentalidade do homem do campo, conforme observou SCHULZE, mas também, pela consecução de recursos econômicos para realizar essa concretização.

3.4 - A Avaliação Institucional do GAT; A Ausência da Crítica

"A orientação e assessoria técnica ao Sub-programa GAT serão proporcionadas pela SUDENE, que destina para este fim uma equipe de 30 técnicos pertencentes à Coordenação de Pesquisa do Trópico Semi-Árido - SUDENE/TSA, que por sua vez é parte integrante da Assessoria Especial de Desenvolvimento Rural dessa entidade (essa mesma equipe foi responsável pela execução do projeto de Conservação de Água e Sistemas de Irrigação - CASI, da Cooperação Técnica ATN-TF -1603/BR-1).(. . .) A assessoria da SUDENE seria efetuada em todas as etapas do projeto, inclusive na : a) seleção de pessoal para integrar as

equipes técnicas dos núcleos; b) elaboração dos planos anuais de trabalho; c) diagnóstico e seleção das propriedades rurais onde seriam implantados os sistemas de produção; d) elaboração de projetos executivos para a implantação dos módulos de produção a nível de propriedade; e) seleção de experimentos de pesquisa vinculados ao GAT; e f) apoio as Subunidades Executoras na : 1) supervisão de desempenho dos módulos implantados e do desempenho dos módulos técnicos do GAT, assim como: 2) a fiscalização técnica dos sistemas de produção.” (PDCT/NE-1983: 13)

Para cumprir essas funções, a equipe técnica da SUDENE/TSA estava organizada nos seguintes grupos:

Grupo de Irrigação	10 técnicos
Grupo de Agronomia	10 técnicos
Grupo de Zootecnia	03 técnicos
Grupo de Fontes Energéticas Alternativas	03 técnicos
Grupo de Planejamento	05 técnicos

(PDCT/NE - 1983 : 13)

Entretanto, em que pese a competência da equipe técnica da SUDENE, observa-se que várias das intenções citadas não foram cumpridas, quando da execução do Sub-Programa GAT.

Por exemplo, um dos principais planos não concretizados pela equipe técnica, gerando dificuldades diversas, logo no início, foi a falta do diagnóstico das propriedades rurais o que dificultou a seleção das unidades agrícolas onde seriam implantados os sistemas de produção.

Assim, refere-se LIMA (1988) no Relatório Final de Avaliação sobre o GAT:

Na ausência de uma metodologia definida de seleção, esta fase tornou-se bastante problemática.

" A primeira grande dificuldade para a execução do Sub-Programa foi a seleção de propriedades. Desde o início, diversas críticas foram feitas à forma como as propriedades eram selecionadas. A falta de uma metodologia clara de seleção, dificultou no início a sua realização. Somente em 1985, quando algumas propriedades já haviam sido selecionadas é que a SUDENE veio elaborar uma metodologia de seleção, que reduziu as dificuldades da execução do Sub-Programa, dando maior respaldo à sua realização. Todavia, o retardo na elaboração da metodologia levou a que a execução do Sub-Programa fosse iniciada com propriedades selecionadas sem critérios claros. (. . .) o Sub-Programa não contou com um número significativo de propriedades selecionadas e beneficiadas no primeiro ano de implantação. Ocorreram várias substituições durante o período de atuação. Isto significa uma descontinuidade na execução do Sub-programa e graus diferenciados de absorção de tecnologias assim como de sua difusão. "

Percebe-se assim, que vários custos efetuados na seleção das propriedades cujos proprietários desistiram posteriormente, poderiam ter sido evitados se todas as partes comprometidas tivessem cumprido o seu papel.

Surpreende também tais omissões, já que as despesas referentes a essa assessoria estavam previstas no Programa.

Monitoria e Avaliação do GAT

" O desenvolvimento do Sub-Programa GAT deveria ser acompanhado desde o início por um sistema de avaliação contínuo, baseado em registros das quantidades e valores de insumos e de produção de cada módulo. A avaliação seria realizada por um grupo independente e deveria compreender a análise de dados gerados pelo Programa, através de informações das Universidades, agricultores e outras entidades envolvidas nos programas de desenvolvimento da região. O objetivo seria verificar os resultados técnicos, sociais e econômicos. " (PDCT/NE/CNPq) - 1983: 86)

Entretanto, constata-se pelos registros encontrados, que esta avaliação foi sensivelmente prejudicada, conforme citações do " Relatório Final de Avaliação sobre o GAT (1989 :08) :

" ... o modelo de Relatório previsto pelo CNPq não pode ser seguido, (...) sobretudo, pela forma assistemática com que foi implantado" o Programa e pela inexistência de uma equipe permanente de avaliação que cuidasse da coleta e sistematização dos dados."

Este relatório consta, ainda, das seguintes informações:

" O presente relatório é uma tentativa de aproximação de um Estudo Intensivo. Infelizmente a falta de uma verdadeira pesquisa do tipo de " ex-ante" e seu conseqüente relatório levou a que a equipe utilizasse, como parâmetro analítico, os dados colhidos na fase de seleção das propriedades. Desta sorte, o quadro da realidade, antes da implantação do Programa, foi reconstituído a partir de dados coletados por um questionário incompleto e mal preenchido, utilizado como elemento, quase subjetivo, para seleção das propriedades. (. . .) Por outro lado, salienta-se a indefinição da SUEP quanto à constituição da equipe de avaliação. As ' demarches ' para a presente avaliação iniciaram em finais de 1987 somente sendo concluídas em final de 1988. Quer dizer, um tempo precioso foi perdido, além de o processo inflacionário haver reduzido os recursos disponíveis para esta atividade a quase nada." (Id. ibdi - 07.)

Parece evidente que ocorreram muitas falhas, meramente por falta de preparo administrativo dos participantes do Programa, somando-se às demais falhas existentes a nível dos interesses maiores nos planos governamentais que implicaram em contradições e, conseqüentemente, comprometeram os seus resultados.

Além disso, também ocorreu a falta de papéis definidos, ou seja, falha na estrutura racional, pois não basta apenas traçar um organograma para se conseguir um funcionamento eficiente. É necessário, sobretudo, a capacidade de organização e articulação para se atingir os objetivos.

Aliás, parece estranho o fato de que apesar de tantos órgãos envolvidos (SUDENE, EMBRAPA, EMATER, Universidade e CNPq), tantas lacunas e falhas

elementares tenham acontecido, contribuindo assim, para o insucesso do programa, no tocante ao chamado pequeno produtor.

Outra preocupação referente ao programa para o Nordeste Rural, é relativa ao desperdício de recursos humanos, uma vez, que o investimento em treinamento com equipe de pessoal técnico, em cada Programa implantado, é muito alto, sendo contratadas sempre pessoas diferentes, onerando os custos, diante das altas cifras empregadas para esse fim.

Além destas, as despesas com todo o pessoal de apoio como motoristas, combustível, secretárias, auxiliares diversos, automóveis, ônibus, camionetas, telefones, diárias, além dos demais componentes que formam a estrutura organizacional, fazem com que os recursos disponíveis para esses Programas Governamentais, sejam diluídos de tal forma no meio do caminho que quase nada chega ao seu destino final.

Por outro lado, os diferentes níveis de estrutura empregados para implantar os programas, acarretam pesados investimentos e problemas com excesso de burocracia.

Quanto à participação do pequeno produtor como parte da política e gestão do Programa, detectou-se que tais aspectos só aparecem nas lógicas formais, sem levar em conta os tipos de estratégias que se coadunem com os reais interesses dos chamados pequenos produtores.

Entende-se a necessidade de romper com o paradigma economicista, pois esses são parâmetros importantes para planejadores e conceptores de programas que se utilizam da metodologia dos dados mensuráveis. É necessário estudar-se essa questão a partir de um paradigma que permite sair das aparências sabiamente alimentadas pelas elites modernizadoras.

Entende-se assim, que este foi mais um Programa autocrata, pois as premissas dos pequenos produtores não foram consideradas.

3.5 - As Avaliações Institucionais do GAT: Uma Visão Crítica

Em 1988, o CNPq realizou a avaliação do GAT, consolidando aquelas feitas em anos anteriores. Avaliou-se todas as instituições participantes do PDCT. No relatório publicado no Informativo da SUEP, convênio UFPB/ CNPq/BID, junho de 1989-Semi-Árido nº 07, os resultados foram avaliados englobando os seguintes aspectos: a qualidade científica dos projetos, as possibilidades de transferência imediata dos produtos tecnológicos das pesquisas aos usuários; a potencialidade de utilidade pelos usuários e a dificuldade de adoção. Foram utilizados, nesta avaliação, 21 consultores "ad-hoc", pertencentes a várias instituições de pesquisas do país. No âmbito da UFPB foram avaliados 28 projetos nas áreas de recursos edáficos, recursos hídricos, energia não-convencional, agro-industrial, produção animal e plantas xerófilas.

Resultados: apenas 1 projeto atingiu o índice máximo de eficácia, e 10 projetos foram classificados como de boa qualidade. Com relação a 86, a avaliação considerou que a UFPB obteve uma melhoria nos índices de eficácia de 27 projetos em 11% (52% em 1986, contra 63% em 1987). Isto, graças à recuperação de 04 projetos que até 86 não tinham apresentado nenhum resultado. Só os apresentados em 87, foram considerados de boa qualidade. Fala-se de interrupção de atividades e atraso na elaboração de relatórios, atrasos nas liberações de recursos, falta de interesse da maioria dos pesquisadores e omissão de dados nos relatórios. Apresenta-se uma relação de bens e de Bolsistas de Formação de recursos humanos, aprovados com recursos do programa, além de uma listagem de projetos de pesquisa. Apresenta-se ainda, a listagem de equipamentos adquiridos na primeira fase do GAT e setor beneficiado pela UFPB, inclusive veículos além de Quadros demonstrativos de recursos previstos e aplicados até dezembro de 1988.

Encerra-se a avaliação com expressões altruísticas como por exemplo, que a UFPB nunca esteve tão presente em todo o Estado da Paraíba, desenvolvendo estudos para superação das dificuldades que enfrenta o homem do Semi-Árido e atuando como agente de mudança. O PDCT/NE, segundo o relatório técnico de acompanhamento e controle, chamado de avaliação, “ possibilitou a reencontro da Universidade com a realidade de sua região “.

Fala-se ainda: do compromisso multicampi da UFPB em fase de consolidação, do trabalho de difusão controlada de tecnologias junto ao pequeno produtor em 13 Municípios da Paraíba, nas microregiões do Curimataú, Cariris, Seridó, Depressão do Alto Piranhas, Sertão de Cajazeiras e de Catolé do Rocha. O relato fala da maior conscientização dos pesquisadores em busca de soluções para a região seca, engajamento dos alunos de graduação e pós-graduação, desenvolvimento de tecnologias e aumento de produção científica.

Observa-se, entretanto, que nenhuma referência sequer foi efetuada sobre a difusão e adoção pelos produtores de tais tecnologias; dos resultados palpáveis e passíveis de melhoria das condições de vida ou pelo menos de viabilidade técnica de tais projetos a nível de execução e resultados. Não se fala nos problemas da relação técnico e produtor inerentes a este tipo de projeto que pressupõe uma relação social de dominação /imposição de conhecimento ou seu contrário. Fala-se, porém, em eficácia e eficiência, termos que são básicos do chamado “ tecnicismo “ que nutrem um agir racional com respeito a fins, que por sua vez, informa mais a preocupação com a legitimidade das instituições e seus agentes, quanto aos interesses dos quais são os portadores, do que com os beneficiários dos discursos que os justificam: os pequenos produtores rurais, objetos de ações supervalorizados pelo poder da tecnologia e da modernização.

Observa-se, porém, uma relação de violência simbólica e prática de exclusão dos ineficientes, dos inaptos, dos incompetentes.

Assim, para um significativo número destes pequenos produtores, diante de tais programas como o GAT, a consequência imediata foi a expropriação, conforme afirma PORTO (1992) que em muitos casos, vêm acompanhadas da prática de violência. Essas expropriações acontecem diante da necessidade deste trabalhador abdicar de suas práticas tradicionais para adotar as técnicas convenientes da agro-indústria dita modernizada, como única condição em que pode permanecer como produtor.

Dessa forma, pode-se detectar diversas maneiras de se praticar a violência simbólica no processo de dominação, entre outras por exemplo, pela imobilização da força de trabalho em atividades ditas inovadoras em detrimento das lavouras de subsistência.

Entretanto, entre todas as formas praticadas por esse tipo de violência, se dá através da desqualificação física e cognoscitiva do trabalhador, conforme constata a autora, afirmando ainda que esse efeito concreto permanece velado, não explicitado.

" Assim, torna-se também relevante analisar e denunciar como decorre de tais processos uma reelaboração da noção de corpo, fruto de uma inversão discursiva, onde, em nome da razão tecnológica o corpo passa a ser priorizado como instrumentalizador de trabalho. Descaracteriza-se sua unidade físico-espiritual: reduz-se o físico a condição de instrumento, máquina. E esvazia-se o espírito ao desqualificar o saber que informa-va até então este produtor sobre seu processo de organização do trabalho. Violência física e simbólica se fundem (...) " (PORTO, 1992:21)

Diante de tais aspectos de dominação que percorrem sempre o caminho entre o simbólico e o concreto, a autora detecta, ainda, instauração legitimada do "discurso oficial da modernização, ao mesmo tempo em que encobre sua função de dominação".

A autora defende ainda, que não se trata de considerar apenas o aspecto negativo da tecnologia, no que se entende que é completamente justo, pois que esta poderá trazer até bastante benefício para os trabalhadores. O que se procura destacar é a necessidade de estender os benefícios dessa tecnologia moderna aos trabalhadores, levando-se em

consideração a sociedade e os interesses nela dominantes e como pensam fazer com os homens e com as coisas. Tal fim de dominação é "material" e, neste sentido pertence à própria forma de razão técnica (MARCUSE, 1965: 46)

Mas, a dominação também é simbólica, espiritual, ao difundir através de técnicas de efeito demonstração uma concepção de mundo como superior sobre um mundo rural considerado "atrasado", "tradicional" composto de "inaptos", conforme se viu anteriormente.

Neste caso, como considera CHALOULT (1988) a avaliação não é considerada um instrumento pedagógico, dialógico e participativo de confronto de experiências e conhecimentos entre os agentes sociais envolvidos nos projetos, de superação de não conhecimentos entre técnicos e produtores. Entretanto, o contrário, o que se chamou e se fez de avaliação no âmbito do GAT, foi uma prática de verificação de metas, cumpridas ou não, foi um controle burocrático para fins administrativos, determinados pelo próprio discurso fundamentado em princípios de eficiência e eficácia.

Diante de todos estes aspectos, há necessidade, portanto de desmascarar-se a força do estranho, conforme afirma SOUZA MARTINS (1994), de desencantar a força da dominação, da racionalização, traduzidas nos projetos governamentais para o Nordeste rural como modernização agrícola, que converge com o sistema de valores, crenças e imagens dominantes, reforçando e pondo em prática a exclusão secular do campesinato da cidadania. Há necessidade de se refletir acerca do interesse que guia o conhecimento e sua aplicabilidade na produção do social, de se refletir sobre a conexão entre conhecimento e interesse, já que o conhecimento se torna principal matéria prima da expansão capitalista, tendo como finalidade a dominação de todas as esferas da vida, e na qual os imperativos técnicos subestimam a reflexão e a discussão de princípios e propostas éticas.

3.6 - *Resumo do Capítulo*

Neste capítulo tentou-se efetuar uma análise crítica ao Programa PDCT/NE-GAT, com base no documento - projeto inicial - elaborado pela CNPq / BID.

O objetivo principal da análise foi desvendar a estrutura de interesses subjacente a esse Programa Governamental, sendo este, um dos instrumentos utilizados pela ciência e tecnologia, para implantar a racionalização no campo e por essa via legitimar os objetivos finais pretendidos, que trata de inserir os pequenos produtores rurais na economia de mercado, mais do que mesmo melhorar suas condições de vida.

Nesta análise considerou-se, também, as avaliações que vários outros pesquisadores realizaram anteriormente, entre estes, alguns participantes do Sub-Programa GAT como: MADEIRA (1986) LIMA (1988), RAMALHO (1988) RAMALHO e SCHULZE, (1991), SCHULZE e RAMALHO, (1991) MACHADO, (1992) SOUZA, (1993) JORDÃO (1993).

Analisando o projeto inicial, verifica-se que a seca tem sido apenas uma parte do problema que a região Semi-Árida tem enfrentado, uma vez que existem várias soluções para superar a falta de chuvas regulares, porém não são adotadas, preferindo-se optar por decisões paliativas e assistencialistas que não solucionam definitivamente, a situação, mas ao contrário, só a tem agravado.

Não se tem promovido o apoio básico e duradouro ao pequeno produtor, através da construção de açudes públicos, educação integral, entre outros meios para dotá-los das condições sociais. Essas medidas básicas e fundamentais, ficaram longe dos objetivos, metas e estratégias emancipatórias de programas como o PDCT/NE - GAT.

Observa-se que a chamada "falta de tecnologias adequadas" não tem impedido o pequeno agricultor de realizar uma boa produção, quando a natureza lhe é favorável, já que as estatísticas de sua produção identificadas no próprio programa em análise, demonstra exatamente o inverso: a pequena produção é responsável por aproximadamente 90% dos alimentos produzidos na região Nordeste. (*)

Sabe-se entretanto que a seca poderia ser superada por decisões políticas bem dirigidas, pois a questão é muito mais política do que climática (GELFA AGUIAR, 1985)

Por outro lado, a tão preconizada participação do pequeno produtor por parte dos programas governamentais, inclusive o "GAT", não tem acontecido, e neste aspecto, o fato "novo" que este programa pretendia implementar, foi substituído pela continuidade em relação aos programas anteriores, pois ele repete o velho modelo difusionista de efeito demonstração e assistencialismo, sendo, portanto, contraditório com a estratégia participativista.

Constatou-se, também, outro ponto contraditório no planejamento de ambos os sub-Programas, ou seja, entre o Sub-Programa Pesquisa e o Sub-Programa GAT, quando o maior volume de investimento (49,6%) do montante foi dedicado às pesquisas que, tinham o objetivo implícito de fortalecer a infra-estrutura física das Universidades envolvidas, através da construção de laboratórios e aquisição de novos equipamentos, enquanto que apenas 18,2% foi destinado ao Sub-Programa GAT que atuou diretamente junto ao pequeno produtor, (17,84% foram destinados à custos gerais + 14,4% para custos financeiros) - conforme QUADRO 1- página 73).

(*) FONTE: Programa de Desenvolvimento Científico para o Trópico Semi-Árido do Nordeste - Brasil - 1983

Evidencia-se, portanto, que mais uma vez o pequeno produtor foi "usado" para justificar tais investimentos, mesmo considerando a relevância destes, no sentido de fortalecer as pesquisas científicas na Universidade.

Constatou-se ainda, que lamentavelmente, nenhum dos objetivos pretendidos, foi alcançado, uma vez que o Sub-Programa GAT tornou-se inviável, diante dos altos custos e poucos resultados.

Observou-se ainda, que embora a tecnologia seja utilizada por estes programas com a finalidade de difundir a modernização no campo, fica claro que não se trata de negar o caráter positivo da ciência e da tecnologia como meio de promover o progresso da humanidade (PORTO, 1992). Porém, a sua implantação deve considerar as culturas das partes envolvidas, e, concomitantemente, os componentes essenciais para o desenvolvimento da comunidade: a infra-estrutura fundiária, e a educação principalmente. Assim, haverá um sistema integrado de ações, sugerindo-se que resultariam na melhoria da vida no campo, com amplas repercussões nas áreas urbanas, naturalmente.

Entretanto, ficou evidente, que sem considerar a cultura das partes envolvidas, os programas governamentais, como o "GAT", situam-se, na prática, da mesma forma autoritária como os demais programas anteriores.

Entende-se ainda que tais formas de intervenção autoritárias, dominadoras e economicistas, visando ao processo de dominação, são maneiras de praticar a violência simbólica sobre a população subordinada, tornando o trabalho escravo pela força da imobilização.

Há, portanto, necessidade de se refletir sobre o interesse que guia o conhecimento e sua aplicabilidade na produção do social, já que o conhecimento se torna matéria-prima da expansão capitalista, tendo como finalidade a dominação de todas as esferas da vida, subestimando a reflexão e as propostas éticas.

Capítulo 4 - As Des-razões do GAT: A Fala dos Atores e Outras Falas

"Na constituição da racionalidade tecnológica, não há ordem científica puramente racional, o processo de racionalização tecnológica é um processo político"

MARCUSE

4.1 - Considerações Preliminares

As des-razões ou irracionalidades do PDCT/NE - GAT, neste capítulo, se referem ao desvelamento da razão instrumental, informada pelas falas dos agentes entrevistados e diretamente engajados neste programa de geração e adaptação de tecnologias.

Assim, jargões técnicos, (superposições e paralelismo de ações, etc.) bem como outras expressões que apreendem os fenômenos na aparência, como " falta de educação do pequeno produtor", "atraso de recursos", "não receptividade à tecnologia", entre outros, serão considerados enquanto reveladores de práticas, conteúdos e situações submetidas à racionalidade econômica e técnica, racionalidade meios / fins, que Horkheimer considerou como "razão formal". Também para THIOLENT (1980:66):

" A racionalidade formal ou técnica é utilizada para justificar racionalizações sociais em conformidade com interesses particulares, o que, muitas vezes, ocorre sem levar em conta uma visão do conjunto superior desses interesses. A discussão sobre tecnologia, ou mesmo a definição desta como modo de ação social, não basta para constituir-se

em orientação crítica. De fato, quando essas considerações estão desligadas de uma crítica da racionalidade, o caráter social da tecnologia, explicitamente, reconhecido, torna-se mais um aspecto a ser dominado ou racionalizado de um modo único que seria racional uma vez por todas."

Esta razão técnica ou formal, supostamente livre de valores, remete à necessidade de jargões técnicos, isto é, encarna uma lógica formal que reconhece apenas exterioridades e as evidências dos fatos e das situações. Tais expressões, como sinais da racionalização técnica ou formal, não evidenciam as contradições sociais, apresentando-se como visões parciais e fragmentárias da realidade como coisa, incluindo aí a coisificação do homem submetido às normas técnicas. Nestes termos, o domínio da Razão Instrumental pode ser considerado como racionalidade dos meios para chegar a qualquer fim que se desse a um sujeito, independentemente de uma avaliação dos fins e sem consideração do todo objetivo, seria um dos elementos comprometidos com a desumanização, a manipulação das massas e o autoritarismo (THIOLENT, 1980). É nestes termos que devem ser consideradas as des-razões do GAT.

Submeter o GAT a uma reflexão crítica é tentar ir aos subterrâneos das falas dos entrevistados para apreender o pensamento no seu todo e não apenas a racionalidade técnica ou formal que as preside. Tais falas podem revelar o que MARCUSE (1969) chamou positividade da Razão, que destituída de sua dimensão crítica e emancipatória se afirma no capitalismo, principalmente na sua fase monopolista e contemporânea, como Razão Instrumental.

A razão instrumental deixou de lado a exigência de pensar o pensamento, transformando-o em coisa, em ferramenta a serviço do progresso, em instrumento operacional dirigido a fins (HORKEIMER e ADORNO, 1991). É a razão do processo técnico, reificando-se para coisificar os homens como objetos de manipulação técnica. A sua unidimensionalidade (MARCUSE, 1969) se traduz e se afirma como única racionalidade possível, já que fora dela, tudo é considerado especulação, pré-conceitos, ideologias, atitudes e práticas "irracionais". Incluem-se neste quadro, aquelas visões que consideram as atitudes e práticas do homem rural como "irracionais", apegadas à

tradição, à ignorância, às superstições, práticas " irracionais" de cultivos e de relacionamento com o mercado.

Tais visões impõem um agir instrumental sobre um agir comunicativo, (HABERMAS, 1987) próprio de um outro modo racional, de uma outra racionalidade com relação a valores que consiste em formas de condutas em conformidade com valores éticos, morais ou religiosos, que se traduzem em prescrições e obrigações relacionais e solidários, entre sujeitos que reciprocamente se reconhecem com tais e como iguais. No caso dos chamados " pequenos produtores rurais", tais prescrições se transformam em imperativos e estariam fundadas em princípios de honra, patrimônio, família e autonomia (WOORTMANN, 1990). A terra não é mercadoria; é patrimônio da família. Por sua vez, tal patrimônio é espaço de realização e asseguração da autonomia, da liberdade de ação, a razão de ser de grupo doméstico e de sua reprodução social.

A positividade da Razão destrói a sua dimensão crítica obscurecendo a falsidade do presente para transformá-la em instrumento de aparato econômico, abrangente de todas as esferas da vida em uma sociedade administrada. Nela, a racionalidade técnica se torna racionalidade da dominação, subordinando os próprios administradores, tecnocratas e técnicos. Esta subordinação pode ser pensada a partir da escola, do ensino superior, da Universidade, dos quais são produtos treinados, ultra- especializados, mutilados pela de-formação, pela semi-educação, pela irracionalidade de destituir a Razão de sua dimensão crítica, criativa, dialógica, interativa. Neste quadro, atua também outros canais, como o da Indústria Cultural que termina salvaguardando a Universidade de toda crítica ou ampliando a deformação da razão em outros espaços, transformando os agentes em meros executantes de algo que se encontra objetivamente programado e que lhe é estranho, que lhe é exterior. O fetiche mercantil se instala como agir instrumental no mundo das coisas.

4.2 - PDCT/NE-GAT: Quando os fins se tomam os meios

Sem deixar de se levar em consideração os méritos e a meritocracia* daqueles que articularam um "poderoso" lobby institucional de mobilização de recursos financeiros para dotar universidades nordestinas de infra-estrutura técnica e científica e de recursos humanos, necessários a compatibilizá-las com as demandas potenciais do desenvolvimento regional, assentados no desenvolvimento técnico e científico, não se pode deixar, também, de contextualizá-los no âmbito dos padrões modernizantes exigidos à acumulação do capital.

Além disso, deve-se levar em consideração a mobilização de recursos financeiros para incrementar uma base científica e tecnológica universitária voltada para o interior semi-árido.

** . . . através de um empréstimo de 45 milhões de dólares, dos quais uma parte era com contrapartida local (...) conseguir recursos para treinar professores, equipar laboratórios, enfim dar uma ênfase à questão do semi-árido nas universidades do Nordeste (...) era preciso investir mais nas Universidades do Nordeste que tinham mais problemas com o semi-árido. (...) a ideia, digo, a preocupação era enfatizar fortemente a atuação das Univesidades no Semi-árido. Os objetivos eram esses, forçar com direcionamento de recursos humanos, materiais, equipar laboratórios que se preocupassem com a questão do semi-árido. (L.C.A.) Técnico Entrevistado)*

Isto se reveste de maior importância, se for levado em consideração a tendência à concentração de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico vinculados mais diretamente aos setores mais dinâmicos da economia com epicentro no Centro - Sul do País. Isto, de certa forma, está diretamente associado à concentração de recursos estatais e privados nas universidades e institutos de pesquisa naquela região.

(*) Meritocracia - posição nos altos escalões seguindo critérios de méritos institucionalizados e sancionados como qualificação, titulação e o mérito.

" o Programa esbarrou em fatores que já se esperava, de 100% das pesquisas, se foram aproveitadas 30% é muito ... por vários fatores, entre eles a burocracia. A grande burocracia inviabiliza as práticas da pesquisa. Era muita morosidade. As grandes queixas era a falta de recursos. Entre a pesquisa e a aplicação prática há um longo caminho a percorrer que requer muitos anos de aprimoramento Idem(Entrevistado)

Neste sentido, a burocracia que devia ser um meio para "racionalizar" em termos de "eficiência" a gestão dos recursos, se tornou ela mesma um fim, mas também os recursos financeiros que deviam ser um meio, se tornaram um fim em termos de especulação financeira embutida nos empréstimos externos.

" A revista VEJA publicou, há dois meses atrás, uma entrevista (nas páginas amarelas) com um professor da USP, criticando os empréstimos internacionais. Ele concluiu que essas dívidas são muito caras - com grandes prejuízos - e seria melhor que não se contralisse esses empréstimos, mas sim a Bancos Nacionais. (H. P. G)(Entrevistado)

Entretanto,

"é preciso cuidado com o que os jornais de São Paulo falam sobre o Nordeste. Esta política negativa para com o Nordeste as vezes inibe os programas. O PDCT/NE trouxe vantagens. Várias infra-estruturas foram criadas dentro da Universidade; blocos (construção) motores etc. Idem (Entrevistado)

Mas, o pragmatismo na busca dos meios como fins em si mesmo levou a criação da SUEP

" para desburocratizar, porém depois ela ficou muito pior" M.G.B. (Entrevistado) (...) pois o prioritário era correr com o documento em busca de recursos para adquirir equipamentos, não tínhamos tempo para aprofundar um objeto de pesquisa mais adequado. Vários projetos (às vezes eram feitos à queima-roupa ". S.G.(Entrevistado)

Tais falas revelam o pré-condicionamento dos indivíduos como objetos de administração transformando as energias dos pesquisadores envolvidos no programa, numa participação passiva diante de uma burocracia impessoalizada e incontrolável que se reproduz como um fim em si mesmo, acobertando outros fins - alguém ganha na especulação dos meios (recursos) financeiros para obter os fins (juros e lucros), conforme entrevista anterior.

"Comparando com outros programas, vemos que o GAT mesmo com restrições mas conseguiu os resultados propostos. O GAT era um programa tímido, seu objetivo era tirar conclusões e não melhorar a vida em geral. Satisfez seus objetivos. H.P.G " (Entrevistado)

"Não me entusiasmei ainda com o PEASA. (substituto da SUEP)** Só quando eu ver o desenrolar burocrático. Se for como a SUEP. . . não espero resultado melhor. Se a verba vier, vai ser através da Reitoria. Só dá certo se a verba vier direto pela Universidade, sem órgão de intermediação. Os objetivos do programa não foram atingidos. Muitos projetos paravam por falta, digo, diante de vários problemas". Idem Entrevistado).*

Na escala hierárquica da burocracia, que muitos entrevistados denunciaram, a gerência administrativa da SUEP agiu na prefixação de normas, nos padrões de atividades e critérios de acessos de interesses, no carreirismo profissional e na sobrevivência de técnicos. As normas técnicas ao invés de dinamizarem às emperraram, e parecem ter feito da SUEP e do Programa em apreço um depósito de parasitismos alicerçados no poder técnico e na crença da indispensabilidade técnico - administrativa fundada na meritocracia. A técnica nestes termos, se torna mito. A racionalidade, sua razão de ser, mesmo "irracionalmente", inviabilizou o Programa já que:

"A superestrutura desnecessária criada para administrar o programa, consumiu muito dinheiro em veículos, combustíveis, diárias, motoristas, tudo isso nas estradas diariamente, para lá e para cá, consumindo demais. Eram muitos veículos, cujos motoristas tinham mais valor que os pesquisadores e coordenadores do Núcleo.

(*) PEASA - Programas e Estudos e Ações do Semi - Arido

(**) SUEP - Sub - Unidade de Execução de Projeto

Tais absurdos praticados foi desgastando os pesquisadores e muitos desistiram no meio do caminho. Esse PEASA que agora vem, não me entusiasma, não consigo acreditar nele, depois de tudo que vi: ele está começando pelo avesso, ou seja, a SUEP, digo, o PDCT/NE começou com os recursos na frente, os pesquisadores apresentavam seus projetos e assim conseguiram os equipamentos e meios necessários para desenvolver as pesquisas. Muitos projetos apareceram. Muitos eram bons, embora outros fossem vazios, feitos apenas para atrair dinheiro, mas para quase nada serviam" P.V.A.(Entrevistado)

Mas por trás da racionalidade técnico - burocrática está a irracionalidade de desvios e desperdícios de recursos públicos, quando os meios se tornam fins para atender interesses de uma estrutura de poder centralizada.

"Os pesquisadores / coordenadores de Núcleo quase não viam os resultados financeiros, pois todo o dinheiro ficava com os coordenadores gerais. (. . .) Solicitamos a compra de uma Kombi em nosso projeto (...) para efetuar experimentos de pesquisa de solo em vários locais. A Kombi foi comprada, (...) quando finalmente nos entregaram, já haviam passados 3 anos e a Kombi estava uma sucata. (...)melhor fazer pesquisa independente. Sou pesquisador do CNPq. Posso enviar meus projetos diretamente. Para que me integrar a essa estrutura que só fez complicar e absorver recursos ?

Essa estrutura toda para gerar pesquisa, não funciona na Universidade. Todos os Núcleos criados estão desativados e se algum estiver funcionando, não está pesquisando, está sim só mantendo o pessoal, mas ocioso. Idem (Entrevistado)

Mas, as acusações ao burocratismo do PDCT/NE supõe a perda de sua perspectiva de projeto, de criatividade, de agilidade em corresponder ao fluxo das demandas e tomar iniciativas que repercutissem numa maior des-regidez de sua estrutura administrativa. Mas, o problema não está em tornar o programa mais racional, está na sua transparência política-administrativa. Aí busca-se resposta à indagação: a quem serve a burocracia e sua racionalidade operante, em função da reprodução do "status quo" e quem se beneficia dela? É claro, que isto tem que ser visto como uma forma de exercício do poder por intermédio de um quadro administrativo. A burocracia não tem como objetivo o aumento da eficácia administrativa e redimensionamento de recursos materiais e humanos em termos de rendimentos, mas a reprodução das relações de

poder inerentes à sociedade em que o sistema socio-econômico e político se funda na desigualdade, na qual, entre outras coisas, os que se apropriam dos meios determinam os fins: forma de dominação.

"Começando pelas pesquisas de "cima para baixo" de maneira obrigatória. (...) Não existe interação entre os técnicos de gabinete com os técnicos de campo e os pequenos produtores. Acho que é por isso que estes programas não avançam. Existem outras dificuldades de apoio físico e material da Universidade, cuja estrutura não é adequada nem apropriada para pesquisa. F.M.S.S. (Entrevistado)

Desta forma, a estrutura burocrática estabelece a incomunicação como forma de comunicação. A estrutura do PDCT/NE - GAT parece reproduzir a própria dominação tecnocrática da universidade já que

"A Universidade não tem uma política de envolvimento com a comunidade. Existem outras dificuldades de apoio físico e material da Universidade, cuja estrutura não é adequada nem apropriada para pesquisa. Outro problema da Universidade é certo cartorialismo: é proibido fazer outras experiências quando o professor é RETIDE na Universidade. A Universidade não deve ter medo de soltar os professores e nem seus alunos Idem (Entrevistado)

Outras falas expressam as estruturas operacionais, próprias de Razão Instrumental, como anti-democráticas.

"A maioria dos coordenadores de pesquisa desistiram. As causas foram: a falta de habilidade da direção da SUEP, falta de ambiente mais democrático para discutir as coisas. Exemplo: os consultores da área de irrigação não conheciam os conceitos básicos técnicos das pesquisas. Eram inabilitados para a função. A falta de recursos perturbava os trabalhos, mas a falta de motivação para superar obstáculos era ainda mais forte. Se houvesse motivação, nós poderíamos até adiantar os trabalhos usando dinheiro do nosso próprio bolso, enquanto os recursos chegavam" F.M.S.S. (Entrevistado)

Em tal contexto, o PDCT/NE não podia ser de outra forma; reproduzir a própria dominação totalitária operante na Universidade, da qual faz parte ativa.

4.3 - O PDCT/NE - GAT: Projeto Inconcluso

Se "a grande burocracia invisibilizou as práticas das pesquisas" conforme um entrevistado, o pensamento dos tecnoburocratas que criaram o PDCT / NE - GAT era que ele fosse um projeto de pelo menos 10 anos, de forma a se consolidar de modo sustentável, e prevendo-se, inclusive, reduzir-los os excessos de trâmites burocráticos.

"Este foi um passo adiante. O primeiro projeto deveria ter sido renovado por mais um período, quer dizer, era para o Governo brasileiro ter tentado fazer um novo crédito para o PDCT II. Só que os recursos terminaram. O CNPq chegou a discutir a elaboração de um segundo Projeto, mas aí muito mais aberto sobre as ciências agrárias, sobre a agricultura (...) mas este projeto não foi adiante porque o Governo achou que não era prioritário (...) e morreu prematuramente, pois deveria ter durado pelo menos 10 anos. Depois os Reitores todos se comprometeram na época com o CNPq para dar segmento ao Programa. Mesmo acabando os Projetos as Universidades deveriam manter as SUEPs'. Deveriam continuar para se transformarem numa espécie de Instituto Interdisciplinar do Semi-Árido, sendo desmembrado na Paraíba e no Ceará, etc (...) As instituições são muito sujeitas à mudança dos dirigentes, muda Reitor, o Prefeito, o Chefe do Departamento e sempre ignoram os compromissos assumidos pelos anteriores. As universidades não cumpriram os compromissos com o CNPq. O problema é que as Universidades além de não cumprirem isso, simplesmente tiraram o corpo fora (...) aqui mesmo (...) a SUEP ficou anos e anos aí, depois que acabou o dinheiro do BID, ficou um pouco do CNPq e quando acabou o dinheiro do CNPq, então o próprio atual Vice - Reitor da UFPB queria dismantelar e praticamente dispersar tudo que tinha, isto é, a memória, os recursos, a infra-estrutura (...) pelos departamentos e isto é uma miopia muito grande. Não é brincadeira, foram 45 milhões de dólares (...) só a Paraíba recebeu 10 milhões, daria perfeitamente para ter uma espécie de instrumento, núcleo ou uma pessoa jurídica nova". L.C.A - Técnico (Entrevistado)

Não se indaga a quem serviu o Programa, não se faz uma avaliação crítica de seus pressupostos, de sua verticalidade, de seu burocratismo, da malversação dos recursos,

de sua gestão anti-democrática. Não se esclarece os diferentes interesses comprometidos com os seus reais resultados e a estrutura de poder que inviabilizou os projetos daqueles bem intencionados. Ao contrário se reivindica uma "pessoa jurídica nova", uma estrutura autonomizada", juridicamente necessária à reprodução "ex-post" do "ex-ante".

Muito mais que isto, não se questiona a quem serve a própria Universidade e qual o seu lugar na reprodução do social. Tal programa não pode ser pensado isolado da Universidade que o criou e nem a Universidade pode ser pensada fora da sociedade e do Estado que lhe sustêm. Por sua vez, isto não pode ser refletido sem os recursos de uma teoria crítica de sociedade para se pensar em um projeto coletivo e consciente, inerentemente emancipatório, capacitando os seus agentes a explicitarem transparentemente seus interesses. A interdisciplinaridade no âmbito do PDCT / NE - GAT se não aconteceu, se expressou nos moldes bancários. O PDCT/NE - GAT não foi um projeto interdisciplinar na essência do termo, foi o "Banco" repassador de recursos para diferentes projetos encaixados em linhas de pesquisas pré-definidas que se assemelhavam a linhas de crédito, de financiamentos de um banco. É claro, que para se ter acesso aos recursos, se tinha uma burocracia e suas malhas de coerção através de um corpo de normas técnicas pré-definidas.

"O projeto foi elaborado para sua atuação interdisciplinar. Portanto, além de envolver o pessoal das ciências agrárias, deveria conter, também, pessoas de outras áreas, como economia, engenharia e todas as demais para realização do projeto. Aqui mesmo na Paraíba, teve muitos projetos elaborados por pessoas de diversos departamentos" H.M.A. (Entrevistado)

Mas esta interdisciplinariidade, também não funciona a nível dos experimentos de campo:

"É da maior importância a participação da área humanística em projetos como esse, pois envolve várias áreas do conhecimento quando da implantação e requer a participação de profissionais de diversas áreas (...) Houve equívoco, na forma da avaliação do nosso trabalho. Há necessidade que o pessoal da área de humanas viabilize o nosso discurso técnico para o agricultor. A falta de organização do agricultor não é problema nosso. Depois de detectado deve ser trabalhado pela área de

humanas e não por nós. Não acho justo atribuir a nós esses problemas já existentes com esses pequenos produtores que são do campo humano e social e que nós não somos culpados. (. . .) já dá muito trabalho para detectar todos os problemas técnicos, digo, tecnológicos neste campo. Dal precisamos da área de humanas para nos ajudar. Acabou-se dizendo que não houve sucesso do programa porque não tínhamos um bom discurso com o agricultor. Acho que isso não é justo. Quem deve viabilizar o nosso discurso é a área de humanas (. . .) H.M.A. (Entrevistado)

A fala, entre outras questões - que serão tratadas mais adiante - expressa o domínio da Razão Instrumental que reproduz a semi-educação, a semi-formação produzida pela Universidade.

"Como podemos notar, não basta uma crítica humanista ou humanitária ao delírio democrata, pois esse é apenas um efeito de superfície de um processo obscuro no qual conhecer e poder encontram sua forma particular de articulação na sociedade contemporânea. (. . .) O homem passa a relacionar-se com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos através de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu. Em seu lugar surgem milhares de artificios mediadores e promotores de conhecimento que constroem cada um e todos, a se submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da racionalidade vivida e que indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participar do saber. Este discurso competente não exige uma submissão qualquer, mas algo profundo e sinistro: exige a interiorização de suas regras, pois aqueles que não os interioriza corre o risco de ver-se a si mesmo como incompetente. (CHAUI, 1993: 12)

"Essa política negativa para com o Nordeste, às vezes até inibe Programas" H.G.P.(Entrevistado)

Também não foi só por fatores políticos: como ausência de Estados com forte expressão política, como a Bahia e o Maranhão, que a Proposta do PDCT - II não foi aprovada.. O projeto foi considerado não prioritário pelo Governo, em uma conjuntura de recursos escassos e de rolamento de uma enorme dívida interna e externa.

Se as metas estratégicas do PDCT - NE - I e por extensão do PDCT/NE - II não foram alcançadas, se sua racionalidade com respeito a fins estratégicos não ocorreram por fatores intervenientes não previstos, é de se esperar que o PEASA seja resultado de concertos e de consenso de uma multiplicidade de interesses, mesmo que organizados pela hegemonia de alguns, conquanto que sejam esclarecidos e transparentes.

Em suma, o que fazer, como fazer e para quem fazer e com que intenção fazer, em termos de geração, adaptação, difusão e consumo de tecnologia. Isto deve ser resultado, por um lado, dos diferentes sujeitos sociais envolvidos e, por outro lado, do conhecimento científico existente, incluindo todas as formas de conhecimento, inclusive, dos "consumidores" que deverão ser considerados, também, sujeitos.

4.4 - O Problema é a Falta de Educação

Cerca de 70% dos entrevistados, no âmbito do Sub-Programa Geração e Adaptação, de Tecnologia (GAT), incluindo coordenadores, supervisores e técnicos de campo dos núcleos instalados no Município de Boqueirão (PB), consideram a "falta de educação" dos produtores como um dos principais fatores que levou os projetos ao fracasso ou a resultados negativos. É claro que a escolarização como resultado de um processo educativo emancipador mais amplo, deve ser um processo de descoberta e ao mesmo tempo, uma arma dos "pequenos produtores" rurais em uma sociedade letrada.

Entretanto, as falas dos técnicos carregam, além de uma visão estereotipada sobre o "pequeno produtor rural", uma concepção fragmentada da realidade, produzida por uma educação universitária unidimensional, a-crítica e tecnicista, mas mistificada como competente e especializada. Esta des-razão, se interioriza e se multiplica em todas as falas e em todas as suas práticas como autoritária, anti-dialógica. A começar pelo fato de não conceberem os "pequenos produtores" como sujeitos do ato de conhecer e transformar a realidade, mas como objetos passivos de um agir instrumental, desconhece suas reais necessidades e interesses. Não levam em consideração suas práticas e sua

cultura como conhecimento na construção e reconstrução permanentes de sua realidade, em condições cada vez mais adversas. Como diz COHN (1986:45):

"Educação / formação cultural pela auto reflexão crítica significa para ADORNO a busca de autonomia, de auto-determinação Kantiana, do homem enquanto sábio fazendo uso público de sua razão superando os limites da liberdade trazidos pela barbárie, pela semi-cultura. O homem enquanto sábio se torna cidadão do mundo, supera a dimensão do privado, do doméstico, do paroquial, das normas e imposições mil! E isso é plenamente educativo, formativo. Existe pois um potencial pedagógico inestimável no esclarecimento. Para ADORNO as medidas educativas, por mais abrangentes que sejam, dificilmente poderão evitar o aparecimento dos construtores e ideólogos da barbárie. Mas a educação pelo esclarecimento pode fazer alguma coisa no sentido de modificar a atitude dos que praticam os atos bárbaros".

Ou seja, a partir daqueles que estão na escola, na Universidade. É desta educação que o campo precisa para transformação da própria ação costumeira. Também de um agir emancipatório que ao incorporar o agir racional com relação aos fins, recusa a sua tentação unidimensional, fragmentada, totalitária dos produtores da barbárie capitalista. Portanto, recusa a tentação da barbárie que se impõe pelo viés da difusão de "pacotes tecnológicos" imposto por um paternalismo, face mesma da dominação, que pode produzir entre outras coisas, a deformação das consciências, deformação do espírito criador e inovador que os pequenos produtores têm mostrado ao construir diversas formas e estratégias de reprodução social do grupo doméstico em situação adversa, tanto na sua relação com a natureza hostil como em relação à sociedade envolvente.

Mas, como disse um dos técnicos entrevistados:

"Há necessidade de educá-los para facilitar o entendimento deles, pois há prejuízos no trabalho por causa desta falta". (F.M.S.S.)

Outro entrevistado acredita que:

" Outra dificuldade e grande necessidade do homem do campo, é a educação. A falta de instrução prejudica muito eles e os deixa atrasados ou com dificuldades de entender novas idéias. Não vi nem uma prioridade para a educação no meio rural". (P.V.A.)

Um dos coordenadores entrevistados achou que:

"as deficiências de entendimento, o despreparo deles quanto ao nível de informação, prejudicava muito". (H.M.A.)

Tal coordenador entrevistado até apresentou uma visão unilateral para comparar os agricultores do centro-sul e os do Nordeste:

" quando participamos de reuniões com agricultores do Sul, até ficamos com inveja deles, por seu superior nível de informações. Isso se deve a uma gama de informações que eles tem recebido de seus antecessores que vieram da Europa com muitas informações sobre agricultura. Ao longo do tempo, o agricultor do Nordeste não teve oportunidade de agregar as informações geradas nos diversos campos do conhecimento. A deficiência que ele tem em suas funções básicas, impossibilita-o de ter uma informação melhor do mundo desenvolvido de hoje, e isso somado a comunicação do pessoal que vai trabalhar com ele, isso dificulta a absorção deles para nova tecnologia."

Acredita-se que estas falas em termos qualitativos, já sejam suficientes para exemplificar as visões de mando dos técnicos sobre o "pequeno produtor".

É interessante frisar que a concepção dualista moderno atrasado, própria da ideologia da modernização conservadora da agricultura, que tais entrevistados expressaram em suas falas, não comporta a crença de que a "falta de educação" seja, necessariamente, um requisito que impede o processo de adoção de tecnologias agropecuárias.

Neste sentido, ALVES (1988: 32) considera que a:

" característica que marcou o Serviço de Extensão Rural como distinto de fomento foi a Teoria de Comunicação que orientou a sua ação - Os pontos principais são:

1 - Os agricultores são capazes de aprender mesmo quando são analfabetos;

2 - A mensagem técnica necessita ajustar-se às exigências do público a que se dirige;

3 - A difusão de nova idéia é tanto mais rápida quanto mais intensa e diversificada pela bateria de métodos usados, sejam eles de alcance individual, sejam grupais ou de massa;

4 - O ensinar - fazendo constitui a maneira mais efetiva de motivar e de convencer os agricultores. Por força do ofício, eles acreditam mais no que veem do que no que leem ou ouvem;

5 - Afinal de contas, para o agricultor é indiferente a tecnologia moderna ou costumeira. O que importa é o lucro;

6 - Os agricultores como ocorre com todo mundo, aprendem por partes. Tem sua atenção despertada pela nova idéia. Adquirem interesses. Depois o desejo de conhecê-lo melhor. Tornam-se conhecidos de suas vantagens. Põe-na em prática, ou seja, experimentam-na e a adotam ou a rejeitam (grifos do autor). Esta é a cartilha" da Extensão Rural no Brasil desde sua criação e expansão a partir dos anos 50. É conhecida ao "pé da letra" por qualquer técnico extensionista da EMATER. Como disse um dos técnicos entrevistados, parece mesmo que:

"A Universidade está muito dissociada da comunidade. A comunidade precisa tanto dela e a burocracia, o cartorialismo impedem essa aproximação. A Universidade é conservadora e todo mundo sabe disso. É preconceituosa, não desce ao menor. Acha todos vagabundos."

Tais concepções, das quais os técnicos entrevistados são portadores, com seus desvios, com ausência de uma visão mais crítico - histórica da realidade sobre a qual se impõem, tem sua lógica própria e obedecem a mecanismos determináveis da racionalidade técnica, positivista, sob a qual a produção da ciência e da tecnologia é ideologicamente comprometida e destorcida.

A desbarbarização do homem do campo, segundo ADORNO, no texto "A Educação após Auschwitz", não se coaduna com o sistema escolar existente. Suas formalidades e estruturas não atendem adequadamente ao homem do campo, mesmo sendo uma escola informal. Neste sentido são necessárias outras alternativas como organização de grupos educacionais, de equipes de voluntários que percorram as áreas rurais, informando, ensinando, através de discussões, cursos, alternativas de formação cultural suplementares. (BUCCI, 1984)

Convergindo, o trabalho empreendido por Ana Lígia Barbosa (UFPB - 1984), intitulado "Em Busca do Trabalho", estudo sobre os egressos do Ensino Técnico Agropecuário da Paraíba, também conclui sobre a dissociação do ensino rural com a realidade do campo, mostrando que:

"em nenhum período de nossa evolução histórica, os cursos agrícolas tiveram importância significativa para a formação de mão-de-obra qualificada destinada à produção agropecuária e, que tenha contribuído significativamente favorecendo o desenvolvimento da agropecuária, pois na forma que se apresentaram e que continuam sendo ministrados, tais cursos têm se mostrado irrelevantes (. . .) Por outro lado, é também inegável que a forma predominante da produção agropecuária na base da grande propriedade também repercute negativamente para o problema (...) nosso Estado mostrou que os CTAs (Colégio Técnico Agrícola) estão em crise particularmente no que se refere à formação profissional oferecida e sua vinculação ao mercado de trabalho. Por isso, precisam ser repensados e transformados, levando-se em consideração a estrutura sócio-econômica, onde eles estão inseridos. A escola formadora da força de trabalho especializada, apresenta-se até certo ponto, artificial e , também, distanciada da realidade social concreta e, conseqüentemente, do mercado de trabalho" (A. BARBOSA, 1984: 142)

Assim, também Medeiros de AGUIAR (1984: 183) expressou:

"a educação alienante induz processos de migração campo-cidade para aquela população aparentemente mais apta e que, mesmo alfabetizada, ocupa posições altamente desqualificadas no mercado de trabalho, por ausência de quaisquer noções e práticas de um processo de amannualização conforme explica a filosofia da existência".

Nesse mesmo sentido, constatou CHALOULT (1980: 29)

" O Planejamento, programação e execução dos PDRIs (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste) não respeitam a realidade dos agricultores e são assim um fator a mais de alienação das massas. Um exemplo deste desrespeito à realidade dos agricultores é o calendário escolar que não está adaptado ao ano agrícola dos produtores. A não participação faz com que os problemas vitais dos produtores não estejam atacados pelas intervenções previstas pelo Estado (. .)

Fica evidente que a escola do meio rural, bem como outros processos e estratégias ou projetos de formação educativa e cultural, devem ter o compromisso com a educação integral de sujeitos capazes de romper de forma solidária, dialógica e participativa, com uma racionalidade mistificadora que desumaniza.

4.5 - As Satisfações e Insatisfações de Pesquisadores e Técnicos

Condicionados pela Razão Instrumental, a satisfação e , principalmente as insatisfações dos técnicos revelam um desencantamento do mundo frente à burocracia da Universidade e do Programa em apreço. Tais insatisfações, por outro lado, expressam a crítica formal a estes fatos, redundando em resignação e "escapismos" individualistas:

"Este programa tinha tudo para dar certo. Não alcançou maiores resultados porque foi mal administrado. A superestrutura desnecessária criada para administrar o programa consumiu muito dinheiro. (. . .) Tais absurdos praticados foi desgastando os pesquisadores e muitos desistiram no meio do caminho (. . .) Essa estrutura toda para gerar pesquisa não funciona na Universidade. Todos os Núcleos criados estão desativados (...) Acho melhor fazer pesquisa independente. Sou pesquisador do CNPq. Posso enviar meus projetos diretamente. P'ra, que me integrar a essa estrutura que só faz complicar e absorver todos os recursos ? (P. V. A. -)
(Entrevistado)

Mas,

"O GAT cumpriu seus objetivos (idem)"

Além do horizonte de apreensão dos transtornos burocráticos do GAT, os entrevistados, num misto de recusa e resignação, escapam para

soluções imediatistas e individualistas, cujo "autonominismo" é produto do próprio instrumentalismo técnico - científico que os aprisiona. Tal instrumentalismo encarna-se nos agentes como um meio para maximização de interesses particulares:

"Acho que o GAT atingiu seus objetivos. Para mim foi vantajoso, também principalmente pela experiência" (P.D.) (Entrevistado)

"Os problemas que ocorreram foram causados pelas longas demoras nos recursos. Trabalhei com o Projeto Sertanejo antes. Este projeto era bem mais amplo, com bem mais recursos. Não dá para comparar porque o Sertanejo era bem mais rico. Para mim foi vantagem, trabalhar o GAT. Foi uma experiência válida para um início profissional. (J. D. N. Entrevistado)

"As falhas que ocorreram foram devido fundamentalmente, à falta de liberação de recursos em tempo hábil. Muitas vezes, diante do atraso das verbas, as culturas recém plantadas ou aguardando para plantar morriam todas, além de vários outros prejuízos causados pelas longas esperas. Para mim foi vantagem trabalhar com o GAT, por vários motivos: fui atraído para a UFPB e melhorou meu salário" (A.D.B.) (Entrevistado)

"Participei do programa desde a sua criação. Desisti de continuar por falta de motivação, logo nos primeiros anos. Anteriormente, já fazia pesquisas para CNPq. Tenho muita crítica ao GAT começando pelas pesquisas de cima para baixo (. . .) Existe uma desintegração entre a área humanística e tecnológica, tanto nos pequenos quanto nos grandes grupos. Deve-se estimular os professores a criar suas pequenas empresas; fazer disso aqui um mercado persa. É uma grande potencialidade que se desenvolve e fica escondida aqui dentro " (F.M.S.S.) (Entrevistado)

"Aconselhei-o a não aceitar o cargo, pois ele iria receber muitas pancadas mas ele aceitou. Havia uma boa gratificação e ele não quis perdê-la" Idem (Entrevistado)

Nas falas, expressam-se os interesses individuais dos técnicos entrevistados. As vantagens. Nem de longe aparece uma visão mais interativa, de um projeto mais acima dos interesses individuais, um projeto institucional de uma Universidade que se quer vocacionada para os problemas da Região Semi-Árida. Isto tem como custo a própria irracionalidade utilitária dos meios, a recusa de formas mais solidárias e democráticas de

trabalho, interação de conhecimentos e interesses para consecução de metas previstas, necessária a própria preservação da imagem do Programa e da Universidade, dos próprios pesquisadores e sua própria projeção na comunidade científica nacional, senão a própria preservação das vantagens e interesses individuais. Instala-se, ao contrário, um confronto de todos contra todos na concorrência para tirar vantagens.

4.6 - A Fala dos "Pequenos Produtores" Sorteados

A nível dos "pequenos produtores rurais" sorteados pelos mecanismos seletivos dos mais aptos (os inovadores potenciais) e por extensão, estrategicamente os demais, o PDCT - GAT revela a Razão Instrumental ao conceber tais agricultores como objeto de um instrumentalismo técnico-científico que racionaliza os meios para maximalização de interesses particulares. Fundamentada no individualismo utilitário, ao racionalizar os meios, a razão técnica impõe sobre as comunidades rurais e os agricultores selecionados a condição única de serem usados instrumentalmente, já que:

"de uma vez que o agricultor concordava em participar do projeto e a parte da terra era separada para este trabalho, ele deveria obedecer a nossa orientação. Se ele queria fazer do seu modo, ele tinha todo o restante de suas terras para fazer de outro jeito. Mas, com aquele pedaço em experimento ele tinha que obedecer" (H.M.A) (Entrevistado)

"Participei de algumas reuniões com os técnicos. Gostava das reuniões. Ensinavam a gente trabalhar. Perguntavam a opinião da gente mas explicavam a deles que era melhor" (F.B.L.) (Agricultor Entrevistado)

Mas, longe de ser concebido como processo educativo dialógico de interação de conhecimento e trabalho no processo de conhecer e transformar a realidade, no GAT

"Não existe interação e integração entre os técnicos de gabinete com os técnicos de campo e dos pequenos produtores. Acho que é por isto que estes programas não avançam (F.M.S.S.) (Entrevistado)

"A intenção fundamental do GAT era difundir um modelo. Era montar um modelo para ele ser copiado. É a maneira de enxergar a coisa" (Idem Entrevistado)

Neste caso, o GAT devia ensinar ao homem do campo, os mais aptos a buscarem seus próprios fins. A isto tudo devem ser subordinados os valores, a família, as práticas, as crenças, os modos de viver e de transformar de uma comunidade de vida e de trabalho. A ação costumeira ou tradicional deve ser expurgada como "atraso". E agricultores vistos como agentes desse "atraso", devem se limitar a imitar o agir instrumental dos técnicos. Adaptarem-se, já que os técnicos pensam por eles.

"Os técnicos vinham toda semana. A gente fazia tudo o que eles diziam. (F.B.L.) (Agricultor)

"Tudo que os técnicos me ensinaram, eu fazia. Não houve dificuldades. (J.V.A) (Agricultor)

A perspectiva técnico - manipulatória do mundo rural que o GAT deteve racionalizando os meios com vista a individualismo dos fins, teria como "custos" o rompimento da tradição, do "atraso", da ação costumeira, que, entretanto, não se realizou.

" Não continuo mais com as técnicas da Universidade, por vários motivos técnicos. A banana ficou difícil de comercializar, a seca deixou a água muito longe e assim não dá para usar o motor da Universidade que é muito pequeno para puxar a água de longe. Antes precisava de 36 metros de cano, agora preciso de 80 metros. Voltamos a produzir pimentão como fazíamos antes" (R.L.S.) (Agricultor)

"Gostei de trabalhar com o Programa. Não deu para continuar com as outras plantações. A cana nunca prestou, arrastava no chão. É a falta d'água que prejudica. A terra que veio com o Projeto trouxe muita "tiririca". Não conseguimos acabar com ela, prejudica muito a plantação. Desgraça a terra. Das técnicas que os técnicos ensinaram, ficamos com algumas, mas outras não. Por exemplo, no preparo da terra, voltamos para o uso do quadrado, pois com o sulco, gastava muita terra" (N.G.O.) (Agricultor)*

Como se vê, os agricultores não deixam de adotar as novas técnicas pela "falta de educação".

A adoção das novas práticas expressa pelas falas dos agricultores, esteve associada a maior ou menor sobrecarga de trabalho e possibilidades de mercado. Na fala anterior, viu-se que um agricultor entrevistado não adotou a prática do sulco, porque esta prática gastava muita terra, ou seja, exige maior sobrecarga de trabalho, além de consumir mais água que é fator limitante na região. Por sua vez, isto significa maior dispêndio com combustível, onerando os custos de produção. O abandono da prática ensinada pelos técnicos é racional, segundo o cálculo do agricultor, certamente também em termos de diferenciais de produtividade entre uma prática e outra pouco significativa, tornando-se mais compensador ficar com as técnicas anteriores ao Projeto. Já o abandono de culturas, traduz, entre outras coisas, uma sobrecarga de trabalho sem retorno, nem técnico e nem econômico:

(*) Tiririca - espécime vegetal, parecida com uma graminea, mas é da família botânica das ciperacias. Com grande capacidade de reprodução, se torna uma invasora de difícil combate.

Entretanto, entende-se que a maior capacidade de discernimento adquirida no processo educacional, a análise crítica consciênte dos conhecimentos auferidos, caso lhes fosse proporcionada essa capacidade, tudo isso faria aumentar as chances de desenvolvimento pleno.

"A cana nunca prestou, arrastava no chão" (N.G.O.) (Agricultor)

Ou expressa a oneração dos fatores de produção e / ou as dificuldades de comercialização do produto:

"Perguntavam a opinião da gente, mas explicavam a deles, que era melhor; voltamos para o sistema antigo, já há 3 anos. Voltamos a nossa técnica que é mais barata. (F.B.L.) (Agricultor)

"Os equipamentos deram problemas. (...) A bananeira produziu muito bem. Mas o comércio dela era muito ruim. A banana nanica não presta para o comércio. A pacovan sim". Idem (Agricultor)

Como se pode deduzir das falas dos agricultores, a não adoção das técnicas novas nada tem de "atraso", de apego a valores. Por outro lado, o GAT se revela como um projeto técnico fechado em si mesmo, pragmático e ao mesmo tempo voluntarista, não levando em consideração além das experiências e cultura dos produtores, o próprio contexto social abrangente. Não se previu, por exemplo, os fatores de mercado, a oneração dos custos de produção, o aumento da sobrecarga do trabalho familiar, os fatores locais limitantes como a questão da água, a falta de energia elétrica, etc. Se houve irracionalidade no projeto, não foi relacionada a sua adoção, mas a sua própria difusão, não se racionalizando e harmonizando os diversos fatores de produção, incluindo o desperdício da força de trabalho.

Foi graças aos valores do tipo tradicional, que a atividade dos agentes modernizadores não foi inócua, (SOUSA MARTINS, 1975) já que para os agricultores foi uma experiência que aumentou seus "estoques" de conhecimento:

" Voltaria ao projeto se ele voltasse. O equipamento ainda está ajudando a gente, se não a gente já tinha parado de produzir. O projeto trouxe vantagens para a gente. Como sugestão seria ampliar a área do Projeto. Ainda conservamos a laranja. Só ela. A laranja por aspersão seria melhor. Os vizinhos tinham medo de perder a terra para o projeto. Mas depois queriam participar também, quando viram os resultados. A irrigação por aspersão seria melhor para a produção. O gasto com diesel é muito grande. A média de gasto era 200 a 300 litros por mês."

É claro, que a aspersão gasta mais água (fator limitante) e portanto, mais energia (oneração dos custos). Mas, tal fala parece revelar o fascínio pelo novo, pela nova experiência, o fetiche da tecnologia oportunizado em parte, pelo projeto em pauta. Entretanto, esses fatos produzem, na população, a imagem de um estranho que não atende as suas expectativas, que dela se distancia e cujos ensinamentos são destituídos de valor. A interdependência paternalista com relação aos técnicos leva o produtor a adotar meios que lhe são de pouca utilidade e nenhuma rentabilidade. Isto acontece pelo menos enquanto os técnicos e o programa estão presentes nas áreas rurais. Acabando-se o projeto, não é raro, os agricultores em geral voltam às práticas anteriores. Não é raro, encontrarem-se, nos sítios, equipamentos subutilizados ou não utilizados, representando um capital fixo sem remuneração e, a longo prazo, perecível devido à corrosão, quebra de peças, etc. Foram adquiridos pelo paternalismo dos projetos, não são devidamente utilizados pela oneração de seu uso (ver SOUSA MARTINS, 1976). Como bem denotam as falas, a seguir transcritas:

"Ainda tenho o motor. Mas com a seca é mais complicado usar motor. É preciso mais cano para puxar a água, pois o motor tem que ficar perto da água. Às vezes, não dá para puxar a água, pois já vem com lama. A energia seria a melhor coisa. O óleo diesel fica muito caro". (N.G.O.) (Agricultor)

"A área do projeto foi pequena. O motor era a diesel e ficava caro. Se fosse uma área maior, tinha sido melhor. Entraria novamente no projeto, mas só com bomba elétrica (R.L.S.) (Agricultor)

"Na época do projeto, melhorou bastante nossa vida. A gente não gastava nada com essa produção. Mas agora parou. Só ficamos com a laranja, mas sem usar a técnica da Universidade, sem irrigação, pois agora usamos a água de terceiros. Não temos mais água aqui, depois da seca (...) como sugestão, digo que as técnicas do Projeto eram muitas boas,

mas a irrigação para bananeiras, precisa de bastante água e por xique xique não dá. É melhor com tubo janelado". Idem (Agricultor)

"Esse projeto trouxe muita coisa boa para a gente. Infelizmente não teve mais. Melhorou a vida de nós. Voltei para a técnica de antes. Para melhorar aqui, a gente precisa de água e recursos. (A.F.S.) (Agricultor)

Tais falas mostram que a modernização do GAT, expressando-se na racionalização técnico-científica não produziu adotantes de tecnologia no sentido de inovadores de fato, de abandono de técnicas tradicionais ou costumeiras. Por outro lado, a persistência dos padrões costumeiros dos agricultores na utilização dos fatores de produção não significa aversão ao novo, ao moderno, quando os meios mobilizados e orientados para rentabilidade dos fatores de produção (terra, trabalho e capital) são remunerados em termos de mercado, em outros termos, obtenção de rentabilidade do capital empregado. Como disseram dois agricultores:

"A bananeira não prestou. A comercialização é ruim para a banana nanica. A banana me deu prejuízo, mas outros foi bom. Se fosse banana pacovan, ainda continuava". (N.G.O) (Agricultor)

"Como sugestão seria ampliar a área do Projeto. Poderia ampliar a área do côco. São 192 pés por hectare. Anotei todo o acompanhamento da produção no caderno. Se tivesse energia a produção era muita, pois o motor a diesel fica muito caro (. . .) Tudo que ganho na produção reinvesto na propriedade. Daria para sobreviver só da plantação destes 192 pés de côco". (J.V.A.) (Agricultor)

Fica claro, pelo exposto, que só é possível adotar tecnologia, quando não se faz necessário absorver os custos de produção, para tornar possíveis a venda dos produtos agrícolas pelos limites de preços que o mercado pode pagar. Neste caso, tais afirmações sobre "resistência à mudança", "falta de educação" e noções similares são precárias, dada a existência de fatores econômicos, e não tecnológicos, que estimulam ou geram essas resistências nas áreas rurais; (Ver SOUSA MARTINS, 1976) Neste caso, a instrumentalidade técnica do GAT, despossuída de uma visão de uma teoria da sociedade, de uma percepção da

totalidade, ao não levar em conta as várias dimensões sociais, econômicas e culturais, da questão de adoção de tecnologias, termina operando uma Irrracionalidade. Tal Irrracionalidade de uma concepção unidimensional da realidade supervaloriza, para os agricultores, a técnica como boa, como uma coisa neutra, fascinante, agregada do próprio discurso competente dos técnicos, permitindo as transferências "negativas" do Projeto para os produtores, para sua "falta de educação e outros atributos semelhantes.

4.7 - A Pedagogia da Imposição

Nesse quadro, a instrumentalidade técnica se torna dominação. A técnica se trasmuta em uma prática tecnicista e descontextualizada, da des-razão: o modelo de efeito-demonstração.

A sua força está no "ver para crer":

"O efeito demonstração funciona. Todos os vizinhos querem, porém falta o crédito para eles". (P.D.) (Entrevistado)

"O efeito-demonstração é viável, porém, sem dinheiro, é impossível copiar. Os vizinhos sempre querem participar, depois de verem os resultados, mas ficam impedidos por falta de crédito. (J.D.N.) (Entrevistado)

"Como o programa não implantava exatamente o que o pequeno produtor queria, ele não se interessava totalmente". (F.M.S.S.) (Entrevistado)

Tal modelo de difusão já foi objetivo de ensaios e estudos críticos. Ressalta-se o trabalho de THIOLENT (1984) que privilegia a sua dimensão pedagógica, ou seja, de instrumento de difusão do saber técnico, de adestramento técnico. O autor questiona o efeito-demonstração pelo privilegiamento da persuasão e recepção do uso de técnicas e não a problematização de sua criação e uso. Para ele, a ideologia difusionista já não é

mera ilusão já que ela acompanha a extensão das práticas capitalistas no campo e é divulgada por agentes especializados e treinados com este objetivo. Nesta concepção difusionista, o mundo rural é visto como um mundo composto de indivíduos estatisticamente distribuídos em cinco categorias: os inovadores, adiantados, a maioria adiantada, maioria atrasada e retardatários. Tal distribuição remete a uma posição genérica entre os indivíduos modernos (adiantados) e os tradicionais (atrasados). Trata-se de uma representação de um mundo rural sem classes, e por tanto sem conflitos. O único conflito reconhecido é uma oposição entre o moderno versus o atrasado, que, aos poucos, pode ser superado pela difusão do modernismo por intermédio de diferentes canais de comunicação. A ideologia da modernização entende promover valores e atitudes positivas, associadas à modernização tecnológica.

Para o autor, pelo mecanismo de efeito demonstração, a tecnologia aparenta-se neutra, a respeito dos efeitos negativos de certas técnicas, porém, as inovações são tidas como coisas novas, sem uma problematização do real. As análises científicas reduzem-se em análises fundamentadas e calcadas em normas técnicas e valores que compõem uma determinada visão do mundo. Repousando na crença de manipulação meramente técnica do mundo, tais normas acabam sendo uma escala de preferência ou julgamento de pessoas e das situações investigadas. A difusão de tecnologia se torna, assim, uma relação social de dominação, impondo-se à racionalidade técnica como destino irrecusável aos agricultores.

Uma fala dos agricultores entrevistados no Município de Boqueirão, parece ser magistral para ilustrar tal questão:

"Participei de algumas reuniões com os técnicos. Gostava das reuniões. Ensinavam como a gente trabalhar. Perguntavam a opinião da gente mas explicavam a deles que era melhor. Voltamos para o sistema antigo, já há uns 3 anos. Voltamos a nossa técnica que é mais barata". (F.B.L.) (Agricultor)

Portanto, as diferenças entre "agriculturas modernas" e agriculturas atrasadas" não se reduzem ao tempo tecnológico e não depende meramente de uma

instrumentalidade técnica que, através de “pacotes tecnológicos” ou “módulos”, resolvam tais defasagens com soluções práticas, por mais que os efeitos didáticos do efeito-demonstração tenham sido aprovados.

“Não houve dificuldade para prática, o que os técnicos diziam, agente cumpria” (F.B.L.) (Agricultor)

“Nunca houve dificuldade entre nós e os técnicos da Universidade. Agente procurava fazer tudo como eles diziam para aprender mais com eles. Com essas técnicas ficava mais fácil, produzir. Entregava banana direto na indústria. Mas depois passou a dar problemas para ela receber. Ai paramos de produzir”. (R.L.S.) (Agricultor)

Como pode ser visto, também não foi o analfabetismo e nem ignorância dos agricultores que impediram a viabilidade dos projetos, cujos “módulos” continham a banana nos seus sistemas de produção e comercialização. Por que, tal culpabilidade aos “pequenos produtores” pelos insucessos de projetos agrícolas do GAT ? Ora, numa relação social de dominação “o pau se quebra sempre nas costas do mais fraco”, como expressa um certo ditado popular, ou seja, a técnica é coisa sempre boa, neutra, e entende-se como técnica todo o apoio montado para se chegar ao produto final: “o pequeno produtor modernizado”. Portanto, à técnica, à sua impessoalidade, não cabe nenhuma mancha de culpa pelo seu próprio insucesso. Ela está isenta pela sua própria neutralidade de valor. Remeter a culpa dos insucessos do GAT ao técnico, seria decretar a própria falência da Razão Instrumental, seria desmistificar o discurso técnico científico e sua prática seria decretar a falência da própria instituição científica, portanto, a quem cabe a culpa? Aos “pequenos produtores” deseducados, analfabetos, ignorantes e outros esteriótipos.

Aqui a pedagogia da imposição da des razão, apresenta a sua face mais autoritária. Não é na relação cotidiana técnico agricultor, na in comunicação entre sujeito-técnico versus objeto-pequeno produtor que ela mais se revela. Nem na imposição de um saber que se afirma o seu lado mais autoritário. É exatamente no momento da resposta, dos resultados que o seu lado mais cruel, mais cínico, mais totalitário, mais irracional se desnuda, ao decretar a “incompetência” dos agricultores.

Mas, com isto, com os insucessos de programas como o GAT atribuídos "cientificamente" aos agricultores, se atinge os objetivos inconfessáveis: se produz material "empiricamente comprovados" que permite alargar as barreiras materiais e simbólicas, impostas secularmente pelas elites poderosas econômico e politicamente, que têm impedido as populações pobres do campo de participar da política, de gozar os benefícios das políticas públicas e lutar por elas como direito de cidadania. Tais políticas quando chegam a estas populações, chegam "de graça," são "paternalistas", visam tirar resultados:

"O GAT foi um programa tímido. Seu objetivo era tirar conclusões e não melhorar a vida em geral. Satisfez seus objetivos". (H.P.G.) (Entrevistado)

É claro que, também os objetivos a serem atingidos não previram o imprevisível, dada a sua formalidade técnica cega, dada à sua visão a-histórica e fragmentada da realidade, já que:

"a falta de educação no campo complicou muito" (P.D.) (Entrevistado)

É evidente que tais resultados, portanto, já estavam dados antes do início do Programa, já que o "ajuste dos meios adequados aos fins" opera no horizonte "tentativa erro-acerto" próprio de um ensaio experimental. Nesta perspectiva, se tais resultados fossem positivos era porque, finalmente, o GAT conseguira quebrar as barreiras que impediam a adoção de fatores modernos no campo (ignorância, desinteresse, acomodação, crença, apego à tradição e as práticas ultrapassadas por parte dos agricultores) e se fossem negativos, era porque, a teoria estava coberta de razão: o campo é atrasado, o agricultor é ignorante e analfabeto, não tem condições de adotar fatores e práticas modernas e, mudar sua vida. Esta é a "ladainha" embutida em todos os projetos dos programas chamados de desenvolvimento rural. E o GAT incorpora o mesmo ideário modernizante daqueles.

Afinal,

"de uma vez que o agricultor concordava em participar do projeto e a parte da terra era separada para este trabalho, ele deveria obedecer a nossa orientação. Se ele queria fazer de seu modo, ele tinha todo o restante de suas terras para fazer de outro jeito. Mas com aquele pedaço em experimento, ele tinha que obedecer. (H.M.A.) (Entrevistado)

Mas,

"o pequeno produtor estava muito influenciado pelas vantagens financeiras do programa. Isto dificultou muito o trabalho. Aqueles que procederam dessa maneira leviana, foram justamente os que desistiram. Mas existiam grupos bons que ajudavam. Entretanto, as deficiências de entendimento, o despreparo deles, quanto ao nível de informação prejudicou muito" Idem (Entrevistado)

Já não é mais o atraso de recursos financeiros e o despreparo dos técnicos, os fatores responsáveis pelos insucessos do GAT:

"A experiência dependia muito dos recursos humanos, tínhamos certeza das dificuldades com recursos humanos" Idem (Entrevistado)

Ou a

"grande burocracia inviabilizando a prática das pesquisas".(F.M.S.S.) (Entrevistado)

Dentro deste quadro, os próprios técnicos, os donos do poder técnico, tornam-se eles próprios, pela semi-educação, manipulados. No jogo da dinâmica burocrática da organização, perseguem a filosofia da eficácia, sem consciência de que estão reproduzindo a trama social da dominação. Isto a nível de programas de difusão e adaptação de tecnologia como o GAT, é uma simples miniatura de uma realidade bem mais ampla, pois a condição histórica das sociedades capitalistas contemporâneas é a in-comunicação, a semi-formação, a semi-educação, a des-razão.

De certa forma, pode-se considerar que de alguma maneira, se reproduz em programas como o GAT, a pedagogia que treinou, habilitou, qualificou, instruiu os próprios técnicos, através de processos acríticos e a-históricos próprios da razão formalizada: seriação e fragmentação do conhecimento, organização dos currículos privilegiando o enfoque positivista ou seja, os cursos e os conhecimentos trabalhados pela Universidade, para não falar da escola em geral, perderam seu vínculo com as exigências das necessidades sociais e atrelaram-se a interesses de grupos que detêm o poder, revelando a lógica da dominação.

Os técnicos engajados no GAT, que é o caso em estudo, são produtos desta racionalidade instrumental da Universidade, como é nosso caso particular.

Impõe-se assim a dominação, cujas raízes mais profundas e mais abrangentes da Razão Instrumental, se reproduz numa escala mais particular, através de programas como o PDCT/NE - GAT. A Razão Instrumental como se viu até agora, se apresenta como um controle totalitário da natureza e com a tentativa de dominação incondicional do homem na sociedade contemporânea, impedindo a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar, de decidir conscientemente. A Teoria Crítica coloca as exigências de uma pedagogia emancipatória frente a sociedade capitalista moderna que, através da Razão Instrumental, reproduz ampliada e universalmente os interesses dominantes.

Com essa pedagogia emancipatória se faz necessária a luta pelo resgate da formação cultural através da intransigência da razão. (PUCCI, 1994)

4.8 - Por Uma Pedagogia Emancipatória

Como pode até agora ser visualizado, o PDCT/NE-GAT se afirmou como Razão Instrumental, que em última instância, reproduz os interesses das classes dominantes. Com a promessa de ajudar os "pequenos produtores" a mudarem suas práticas de

cultivo e por consequência, os valores que as orientam, terminou sendo um processo de reprodução das tramas sociais de dominação.

Mas, para que haja uma transformação no campo, partindo dos que lutam para viabilizar a promoção sócio-econômica e cultural dos que trabalham na agricultura, é importante, segundo ROMEU PADILHA (1984) que os trabalhadores do campo se mobilizem, se organizem e se conscientizem em torno de seus interesses, suas reivindicações, suas necessidades e seus esforços concretos em prol da superação das condições objetivas e subjetivas em que se encontram. A isto o autor chama de educação libertadora, e acha que o extensionista encontra-se em uma situação privilegiada para participar deste processo, já que ele foi preparado para agir no campo da tecnologia da produção, e é justamente aí no processo produtivo, que se definem e se reproduzem as relações sociais de produção.

Além disto, ROMEU PADILHA propõe a politização dos extensionistas para enxergar e agir na realidade, desmistificando a ciência e a técnica, através de uma extensão rural comprometida com a democratização da sociedade e dando primazia aos segmentos populacionais majoritários entretanto, mais excluídos do campo.

Ao contrário do PDCT/NE-GAT, uma prática emancipatória na Geração e Difusão de Tecnologia, é antes de tudo, um processo educativo, e por ser educativo deve ser interativo, participativo, dialógico. Neste processo, as decisões são coletivas e ao mesmo tempo, geradoras de uma práxis inovadora capaz de abrir caminhos de democratização mais amplos.

Tal processo educativo, permite aos agricultores, tomar a sua palavra como sujeitos do ato de conhecer e transformar sua realidade histórico-cultural. O homem é um ser de relações e não só de contatos, não está apenas no mundo, mas com o mundo. Sem comunicação, sem diálogo não há relações efetivas, não há envolvimento, não há laços de solidariedade, não há compromisso, e o ser humano emudece e se petrifica.

Como se pode ver, numa comunidade solidária de sujeitos falantes, atuantes e conscientes, como reivindica Habermas é incompatível com a ação instrumental, técnica, monológica, autoritária, que recusa a crítica, a criatividade, as capacidades de conhecimento dos sujeitos de cooperação.

Não se trata, no entanto, do manuseio meramente instrumental do conhecimento técnico científico, cheio de "boas intenções" e de sua imposição às comunidades camponesas com outros valores, tentando convencê-los, inclusive apelando para o individualismo utilitário (o pequeno produtor). Significa, antes, um processo interativo, relacional, solidário, de superação de ignorâncias e conhecimentos, tanto dos técnicos educadores quanto dos agricultores na transformação da realidade, resgatando-se a dimensão plural, negativa, inovadora, e criativa da razão.

Finalmente, em um processo dialógico que os sujeitos atuantes se conhecem e se fazem ser reconhecidos em suas diferenças, em seus interesses, em seus conhecimentos, e aprendizado para conhecer mais na transformação da realidade. Só nesta ótica um programa de geração de tecnologia pode se tornar emancipador. Assim, a tecnologia e a ciência, vulgarizadas, questionadas, desmistificadas, se destituirá de suas pretensões irracionais de racionalidade única, e deixarão de ser fim, para ser meio no processo de descoberta das potencialidades humanas próprias, que vão sendo atualizadas, colocadas em ação e desenvolvidas como processo educativo.

4.9 - Resumo do Capítulo

Neste capítulo, tentou-se mostrar que as des-razões ou irracionalidades do PDCT/NE - GAT revelam a Razão Instrumental. A racionalidade técnica, formal, ao se afirmar como a única racionalidade possível, se impõe autoritariamente, destituindo a ciência e a tecnologia de seu potencial crítico e emancipador.

Tal racionalidade pôde ser apreendida através da reflexão das falas dos atores sociais que estiveram engajados no PDCT/NE - GAT. Observam-se, com o suporte da reflexão crítica, como a racionalidade dos meios para chegar a qualquer fim, independente de uma avaliação dos fins e sem considerar o todo objetivo, seria um dos elementos comprometidos com a desumanização, a manipulação e o adestramento dos indivíduos.

A positivização da Razão destrói a sua dimensão crítica obscurecendo a falsidade do presente, para transformá-la em instrumento do aparato econômico, abrangente de todas as esferas da vida, em uma sociedade administrada, calculada.

Nela, a racionalidade técnica se torna racionalidade da dominação, subordinando os próprios administradores, tecnocratas e técnicos. Esta subordinação pode ser pensada a partir da escola, da Universidade, das quais os agentes, os técnicos são produtos treinados, ultra - especializados, e de - formados em sua capacidade crítica inerente à razão, pela semi-educação. Tal de - formação é irracional ao destituir a Razão de sua dimensão crítica, negativa, criativa, dialógica, interativa.

No mundo das coisas, da mercadoria, a Universidade é reprodutora e produto deste processo de mistificação da razão técnica, mas também pode e deve se tornar espaço de seu desvelamento. Pode contra-atacar contra a des - razão.

Por outro lado, se mostrou que, no âmbito do PDCT/NE-GAT, os meios se tornaram fins submetidos à Razão Instrumental, como imagem e semelhança da Universidade que lhe gestou e lhe deu conteúdo e forma para a ação. A Universidade ao se adequar à fase contemporânea do capitalismo, teve que responder às suas exigências, adotando os mecanismos de racionalidade dos meios adequados para serem produtos finais que são meios adaptados (produtos tecnológicos e recursos humanos) a uma lógica de mercado. Em tal situação, a dominação técnica e autoritária vigente na Universidade impõe-se pela assimilação mecânica e pragmática dos meios adequados aos fins, em que os fins se assemelham aos meios.

Mostrou-se que a "falta de educação dos produtores" considerada pela maioria dos entrevistados, como, responsável pelos resultados negativos do projeto, escondia, de certa forma, a realidade e reproduzia os termos vigentes da dominação. As falas dos técnicos foram analisadas em seus esteriótipos, próprios de uma concepção fragmentada do mundo da vida, produto de uma educação acrítica. Concepção esta mistificada como competente, autorizada, porém, irracional, autoritária.

Observou-se como as irracionalidades atribuídas ao "pequeno produtor", eram expressão mesma da irracionalidade das técnicas, já que os únicos agentes engajados no Programa que se mostraram mais racionais foram os "pequenos produtores". Estes munidos de outra racionalidade, sustentada em outros valores e em outras lógicas de agir, não adotaram as tecnologias porque as suas práticas tecnológicas costumeiras, eram mais racionais, mais baratas, frente a um mercado que inviabilizou as técnicas do GAT, com base em fatores produtivos onerosos dos custos de produção não correspondente a preço de mercado remuneradores de tais fatores e insumos produtivos modernos, além da mão-de-obra. Some-se à tal aspiração, a falta de uma alternativa de crédito adequado as condições reais de sobrevivência dos grupos familiares de produção agrícola e a falta de alternativas de realização de seu valor da produção agrícola.

Em seguida, se analisou a pedagogia impositora utilizada pelo PDCT/NE-GAT, ou seja, os conteúdos e as práticas difusionistas de efeito - demonstração, como relação social de dominação. Expressão mesma da semi - formação, da des - razão, e da incomunicação entre técnicos e agricultores, que se afirmam monologicamente sugerindo a nulidade da pessoa, dos indivíduos que deveriam protagonizar o processo de geração, adaptação e adoção de tecnologia. Com isso, se atinge a objetivos determinados, já implícitos em programas como o GAT: a desqualificação dos agricultores engajados em tais programas. Afinal, nas falas dos técnicos, em última estância, não foi a "grande burocracia que inviabilizou a prática das pesquisas" ? Os responsáveis pela ausência do sucesso do GAT, entretanto são os "pequenos produtores". Com isto, são reproduzidas "matéria-prima" que alarga e alimenta a concepção dominante de anular todas as formas de vida que não se adequam ao quadro do agir instrumental. Desta forma, entre outras questões, tais programas cumprem a função ideológica de ampliar e

reforçar a desvalorização do conhecimento popular e a desqualificação do campesinato e de seu patrimônio cultural, de aprofundar a discriminação que sobre ele exerce a sociedade envolvente e que só vê uma dimensão: de produtores de mercadorias. Isto nega aos agricultores o seu papel de sujeito do curso de suas próprias vidas, de protagonistas da mudança social de sua própria realidade, de seus direitos elementares de cidadania.

Em seguida, e finalmente, se propõe uma pedagogia emancipatória, conforme as contribuições dos autores frankfurtianos, com especial atenção na teoria do agir comunicativo de Jurgem Habermas. Uma pedagogia da emancipação deve se contrapor àquela visão das práticas de efeito-demonstração, fundamentadas numa concepção de que a adoção de tecnologia deve ser um processo psicológico, essencialmente individual, pelo qual uma pessoa adere "livremente" a verdade de uma novação redentora. Ao contrário, se propõe uma pedagogia que desmistifique a razão instrumental, que questione, indague, reflita o processo e as condições histórico-sociais de geração e adaptação de tecnologia, e não somente o seu uso. Sugere-se que o processo de geração, adaptação e difusão de tecnologia deva ser um processo educativo, no qual interajam agricultores e técnicos com seus reais sujeitos, confrontando conhecimentos, experiências, explicitando interesses e divergências, problematizando a geração, adaptação e uso de tecnologias como prática de produção do saber técnico e científico. Neste processo, agricultores e técnicos devem analisar cada momento do processo, modificando-o, substituindo-o, experimentando-o como processo de ação comunicativa, que resgate a função crítica, inovadora, espontânea e criativa da razão.

Considerações Finais: Tirando Lições e Não Conclusões

1 - Este trabalho oportunizou numa reflexão crítica do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Nordeste - Sub-programa Geração e Adaptação de Tecnologia (PDCT/NE-GAT) no Estado da Paraíba, a partir de uma análise do conteúdo do próprio projeto e entrevistas realizadas com técnicos e "pequenos produtores rurais" engajados na experimentação de seus módulos produtivos, especificamente no Município de Boqueirão - Paraíba. Optou-se por uma análise respaldada nas contribuições dos pensadores da Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt, notadamente Horkheimer, Marcuse, Adorno e principalmente Habermas. Essas contribuições ajudaram a desvencilhar a irracionalidade operante da Razão Instrumental, ao se impor como racionalidade técnica, formal, unidimensional, como única forma de racionalidade possível, destituida de razão, sem poder crítico, negativo, dialógico, interativo, criador e transformador, à sua dimensão emancipatória. Daí, a irracionalidade da racionalidade técnica, que transforma os meios, o lucro, em seu próprio fim, reproduzindo e ampliando as condições sociais de dominação e exploração favoráveis à reprodução ampliada do empreendimento capitalista, bem como os mecanismos de legitimação favoráveis a classe dominante e proprietária dos meios de produção (inclusive os meios de produção cultural).

2 - A razão técnica ou formal supostamente livre de valores, remete à necessidade de jargões técnicos na apreensão dos fenômenos da realidade, isto é, encarna uma lógica formal que reconhece apenas as exterioridades e as evidências dos fatos e das situações. Tais expressões como racionalização técnica ou formal não evidenciam as contradições sociais, apresentando-se como visões parciais e fragmentárias da realidade como coisas, incluindo aí a coisificação do homem submetido à normas técnicas. Nestes termos, o predomínio da Razão Instrumental, isto é, o fato de que a racionalidade seja considerada como racionalidade dos meios para chegar a qualquer fim que se desse a um sujeito, independentemente de uma avaliação dos fins e sem consideração do todo objetivo, seria um dos elementos comprometidos com a desumanização, a manipulação das massas e o autoritarismo. (THIOLENT, 1980) Foi nestes termos que se considerou as des-razões do GAT.

3 - Submeter o GAT a uma reflexão crítica foi tentar chegar ao subterrâneo das falas dos entrevistados, para apreender a racionalidade técnica ou formal que as preside. Tais falas podem revelar o que MARCUSE (1969) chamou positivização da Razão, que destituída de sua dimensão crítica ou emancipatória se afirma no capitalismo, principalmente na sua fase monopolista e contemporânea como Razão Instrumental.

A Razão Instrumental deixou de lado a exigência de se pensar o pensamento, transformando-o em coisa, em ferramenta a serviço do progresso, em instrumento operacional dirigido a fins (HORKHEIMER e ADORNO, 1991). É a razão do progresso técnico sobrepondo-se para coisificar os homens como objetos de manipulação técnica. A sua unidimensionalidade (MARCUSE, 1969) se traduz e se afirma como única racionalidade possível, já que fora dela tudo é considerado especulação, pré-conceito, ideologia, atitudes e práticas "irracionais" para des-racionalizar a Razão. Incluem-se neste quadro, aquelas visões que consideram atitudes e práticas do homem rural como "irracionais", apegados à tradição, à ignorância, às superstições, às práticas "irracionais" de cultivos e de relacionamento com o mercado.

4 - No caso dos chamados pequenos produtores rurais, tais imperativos estariam fundados em princípios de honra, patrimônio, família e autonomia. (WOORTMANN, 1990) A terra não é mercadoria, é patrimônio da família. Por sua vez, tal patrimônio é o espaço de realização e assegurador da autonomia, da liberdade de ação, a razão de ser do grupo doméstico e de sua reprodução social. Ligado ao patrimônio terra, se funda e se transmite outros patrimônios, por exemplo, o patrimônio moral e cultural como normas e prescrições de condutas, como conhecimentos herdados e transmitidos daquilo que constitui a individuação, que como socialização dos indivíduos, nesse quadro institucional, é contraditório ao individualismo próprio do agir instrumental utilitário do capitalismo moderno.

5 - O agir Instrumental não conseguindo apreender uma realidade cujas categorias culturais como terra, família, honra, liberdade, hierarquia e trabalho expressam a ação comunicativa enquanto interação simbolicamente mediada (intersubjetividade), submete-a a imperativos técnicos, cuja dominação é operada pela anulação dos "pequenos

produtores" como sujeitos do curso de suas próprias vidas e de seu agir nas esferas da vida cotidiana, do "mundo - da - vida" como diz HABERMAS (1990). Neste caso:

"A espontaneidade da esperança, a arte de assumir uma posição, a experiência da relevância ou indiferença, e, acima de tudo, a resposta ao sofrimento e a opressão, o desejo de autonomia adulta, a vontade de emancipação e a felicidade da descoberta de sua própria identidade - tudo isso é eliminado para todo o sempre do interesse compulsório da razão. (HABERMAS, 1990:46)

6 - Esta positivização da Razão destrói a sua dimensão crítica, obscurecendo a falsidade do presente para transformá-la em instrumento do poder econômico abrangente de todas as esferas da vida, em uma sociedade mecanizada, calculada. Nela, a racionalidade técnica se torna racionalidade da dominação, subordinando os próprios administradores, tecnocratas e técnicos. Esta subordinação pode ser pensada a partir da escola, do ensino superior, da Universidade, dos quais são produtos treinados, ultra-especializados, mutilados pela de - formação, pela semi-educação, pela irracionalidade de destruir a razão de sua dimensão crítica, criativa, dialógica, interacional. Neste quadro, atua também, outros canais, como os da indústria cultural que termina salvaguardando a Universidade de toda crítica ou ampliando a deformação da Razão em outros espaços, transformando os agentes em meros executantes de algo que se encontra objetivamente programado e que lhe é estranho, que lhe é exterior.

7 - Pela análise crítica de tal projeto, percebe-se como uma "engenharia de alienação", reflete a semi-educação universitária, já que a Universidade funciona como uma fábrica de profissionais liberais e de tecnocratas com pouco ou nenhum interesse de averiguar as reais causas da "pobreza e do atraso" do homem do campo. Suas falas focalizam apenas a superfície dos problemas, nunca os substratos estruturais que sustentam a dominação ao enfraquecerem a dimensão crítica da razão, pelo predomínio da razão técnica, que coincide com os fins em si mesmos. O PDCT/NE-GAT se apresenta como espécie de extensão universitária, que como ação instrumental, procurou oferecer aos agricultores envolvidos, os resíduos mais frívolos daquilo que a Universidade pôde produzir, uma ação assistencial e paternalista que torna tais agricultores objetos carentes e passivos, ao invés de uma ação educativa, e portanto, interativa e dialógica que

procurasse torná-los participantes de um verdadeiro esforço comunitário de conhecer e transformar a realidade.

8 - Os dados da pesquisa empírica analisados à luz da Teoria Crítica de Frankfurt, revelam que a Universidade prepara uma elite de professores e técnicos necessários para a manutenção dos privilégios das classes e grupos sociais dominantes. Assim como para oferecer ao "povo", no caso, aos agricultores, uma semi- formação, um treinamento alienado que os incapacita para a ação emancipatória, não lhes permitindo compreender a sua própria situação, a não ser interiorizando a condição de "ignorantes", de "rudés", de "carentes de informações e educação", de "analfabetos". Entretanto, quando muito, lhes oferecem o aprendizado de habilidades formalmente indispensáveis para a sua sobrevivência. Tais ações, ao invés de proporcionar um processo de saber e transformar a realidade, se expressam muito mais como instrumentos e formas de controle e dominação social, senão de acomodação, de forma que as elites possam se perpetuar no poder.

9 - Nesta ótica, programas modernizantes tipo GAT, se impõem como única racionalidade possível e base de legitimação da própria dominação.

Sob a razão instrumental, os agricultores são objeto da ação técnica que se impõe sobre eles através de agentes de uma pretendida modernização. Os técnicos, são também instrumentos, são capital humano, meio de um Estado tecnoburocrático fetichizado nas suas consciências. Como produtos da semi- educação, não estão capacitados para usar a razão no sentido de um processo educativo capaz de promover a autodeterminação humana, mediante um agir comunicativo como reivindica HABERMAS. Ou seja, um agir comunicativo mediante o qual se proceda a interação dialógica que confronte racionalidades diferentes, valores e normas diversas, conhecimentos e experiências do mundo da vida, modos de ver e agir distintos na produção e transformação da realidade. Só assim, possivelmente, tais agentes, no caso de projetos tipo "GAT", técnicos e agricultores por exemplo, tornam-se sujeitos do ato de conhecer e transformar a realidade. Assim, na razão comunicativa, todos os conhecimentos e práticas são questionados, todos os valores e normas são refletidos, todas as experiências e vivências são confrontados, afirmados ou negados, na busca do consenso e da reciprocidade.

10 - A ação comunicativa põe em transparência as relações sociais e intersubjetividade de cada um dos sujeitos nela envolvidos. A ação comunicativa ao contrário daquela ação instrumental revelada pelo "GAT", pressupõe uma visão e uma ação de dentro da realidade, permitindo compreendê-la, a partir do cotidiano, do mundo vivido, das experiências compartilhadas pelos sujeitos da ação.

A razão comunicativa está, entretanto, pré-existente no mundo vivido, embora possa estar sufocada pela predominância da ação instrumental. É a partir dela, resgatada e ampliada pelos sujeitos da ação, em uma determinada situação, que se pode reorientar a própria ação instrumental, numa perspectiva emancipatória.

Este processo se apresenta hoje, nos vários campos de manifestação da vida, nos movimentos sociais, nas ONG'S e outras expressões coletivas organizadas.

11 - Neste sentido, entende-se que, também a Universidade, com todo o potencial que dispõe em seus recursos humanos e materiais, também pode superar o caráter reprodutor, próprio do agir instrumental em que se envolveu, tornando-se espaço do esclarecimento, próprio da ação comunicativa. Desta forma, ela poderia expandir seus conhecimentos científicos, através de agentes preparados para um agir comunicativo com a comunidade, contribuindo assim, com determinação, para o avanço da qualidade de vida na sociedade em geral.

12 - No caso específico do campo, a própria Universidade, através de seu processo de extensão, intermediaria os meios adequados a proporcionar uma sobrevivência humanizada à luz do agir comunicativo.

13 - Assim é que, mesmo, não sendo objetivo direto deste trabalho apontar soluções, é possível, porém codificar um conjunto de meios, conforme indicações defendidas por diversos estudiosos da questão rural no Brasil, entre estes SORJ (1980): terras para o trabalhador - Reforma Agrária, educação rural básica para dotá-los de discernimento necessário sobre a transformação de sua realidade, cooperativas independentes (auto-gestoras) exploração dos recursos hídricos naturais, através de poços, barragens e açudes públicos, além do reflorestamento necessário para recuperar a desertificação danosa do solo. Para aplicar esses procedimentos, são necessárias duas

condições fundamentais: vontade política por parte dos que detêm o poder e principalmente, a vontade política coletiva e organizada dos agricultores.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo . Campesinato: lógica econômica e política públicas - UNICAMP, 1991.

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação - Paz e Terra - São Paulo , 1985.

ADORNO/HORKHEIMER . Dialética do esclarecimento, Zahar - Rio de Janeiro ,1985.

AGUIAR, Ronaldo Conde. Abrindo o pacote tecnológico. Polis / CNPq, 1986.

ALGMANY, C. H . Do extencionismo rural à transferência de tecnologia - Análise de Projetos de Assistência Técnica à Agricultura Brasileira - Itaguaí, UFRJ / CPDA - Dissertação de Mestrado, 1988 (Mimeo.)

ALMEIDA, Jalcione Pereira . Tecnologia "moderna" versus tecnologia "alternativa": a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura - UFRGS Dissertação de Mestrado - Porto Alegre , 1989. (Mimeo.).

ALMEIDA, Jalcione Pereira de. O confronto entre as posições tecnológicas. UFRGS , 1989. (mimeo.)

ALVES, Eliseu. Pobreza rural do Brasil . Desafios da extensão e da pesquisa. CNPA / CODEVASF, 1987.

AMSTALDEN, Luis Fernando F. Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira. - UNICAMP. Ano, nº 1, 1981.

ANDRADE, Manoel Correia de. As alternativas do trópico semi-árido. Revista Brasileira de Tecnologia. Vol. 12, Nº 1. Jan. Mar., 1981.

ANDRADE, Manuel Correia de . Classes sociais e agricultura no Nordeste - Massangana, 1985.

ARAÚJO, Ana Lígia da Cruz Barbosa . Em busca do trabalho - estudo sobre os egressos do ensino técnico Agropecuário da Paraíba - 1974/1981 - UFPB - Dissertação de Mestrado - Campina Grande , 1984 (Mimeo).

ARAGÃO, Lúcia Maria de Carvalho . Razão comunicativa e teoria social crítica em Jurjem Habermas - Tempo Brasileiro - Rio de Janeiro , 1992.

ASSOUN, Paul . Laurent, Marxismo e teoria crítica . Zahar - Rio de Janeiro, 1981.

BENJAMIN, Horkheimer e Habermas . Conhecimento e interesse - Textos Escolhidos - Os Pensadores - São Paulo - Abril Cultural, 1983.

BRANDÃO, Ivaldo Mário Cavalcante. Um projeto alternativo para a pequena produção algodoeira no agreste paraibano. Dissertação de Mestrado, UFPb, Campus II, 1992. (Mimeo.)

CASTRO, Ana Célia et alli . Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: Síntese das Transformações - Benagre - Brasília , 1979.

CASTRO, Josué de . Geografia da fome - Antares - Rio de Janeiro , 1987.

CAVALCANTI, Clovis de Vasconcelos. Et alli . Nordeste do Brasil; um desenvolvimento conturbado. Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, Recife - Pe, 1981

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa . Planejamento e objeto das políticas para o pequeno produtor: A complexidade do êxito - UFPB/CH - Campina Grande - S/D. (Mimeo).

CHALOULT, Yves . Política do estado e desenvolvimento rural integrado no Nordeste - (Versão Preliminar) Rio de Janeiro , 1980 (Mimeo).

_____. Yves. Uma política de legitimação do estado e rearticulação da pequena produção rural. Revista Raizes, Nº 4-5, Jan.84/Dez. 85., UFPB, Campus II.

_____. Yves Governo de transição com velhas práticas: o que sobra para o trabalhador rural? IN: Revista Nordeste Rural, Vol. I, Nº 2, Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro, Recife-Pe, 1988.

CHAUÍ, Marilena, Cultura e democracia, o discurso competente e outras falas, Cortez - São Paulo , 1993.

COHN, Gabriel. Theodor Adorno . Teoria crítica e educação - Citado por Bruno Pucci: A questão da formação cultural na escola de frankfurt - Vozes - Petrópolis , 1994.

CRUZ, Dalcy da Silva. Agricultura brasileira: terra, capital e política governamentais. Revista Nordeste, o que há de novo? UFRN - Apoio CNPq - Natal - RN, 1988.

III Curso Internacional de planejamento e desenvolvimento rural integrado - POLONORDESTE - Salvador - BH - Junho/Dezembro , 1983.

DELPEUCH, Bertrand . Em defesa de uma agricultura camponesa. Rio de Janeiro - FASE , 1989.

DIAS BORDENAVE, Juan e Martins De Carvalho, Horácio . Comunicação e planejamento - Rio de Janeiro - Paz e Terra , 1979.

Diretrizes e política agrícola para Estado da Paraíba. Secretaria de Agricultura, 1991/95.

DUQUÉ, Ghislaine. Estrutura fundiária e pequena produção. Revista Raizes, Nº 4-5, UFPb, Campus II, C.Grande - Pb.

FIGUEREDO, Vilma . Produção social da tecnologia - EPU - São Paulo , 1989.

FIGUEIREDO, Vilma - Coord. Estado, sociedade e tecnologia agropecuária - UNB - FINEP - Brasília , 1989.

FILHO, José Juliano de Carvalho e Ana Maria Castelo . A ação do estado e as possibilidades da pequena produção - Análise Econômica - Ano 8 - Nº 13 - Março , 1990.

FIOCRUZ, Programa RADIS. Revista Dados. "O mapa da fome" - Documento de Política Nº 14 - Julho / Agosto de 1993.

FRANCO, Adriana Corte . Atuação da tecnocracia no desenvolvimento do capitalismo no Brasil - Modernidade e Pobreza - V Encontro de Ciências Sociais - ANAIS Vol. I - Recife-Pe , 1991.

FREITAG, Barbara . A teoria crítica ontem e hoje. São Paulo, Brasiliense , 1986.

- _____. Teoria da ação comunicativa e psicologia genética: um diálogo Habermas e Piaget. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1982.
- GEUSS, Raymond, Teoria Crítica . Habermas e a escola de frankfurt - Papyrus São Paulo - 1988.
- GONÇALVES, José Pedro Rodrigues . Determinações sócio - econômicas da introdução do uso intensivo de agrotóxicos no Brasil - Instituto de Saúde Coletiva - UFMT - ANAIS DA 2ª Reunião Especial da SBPC - Cuiabá - MT , 24 a 28 Abril 1995.
- GOLD, David A. & LO, Claurence Y. H. Recientes desarrollos en la teoria marxista del estado capitalista - Madrid, Editorial Revolucion , 1985.
- GRIGNON, Claude . " O camponês inclassificável" Actes de la Recherche en Sciences Sociales (4), 1975
- GUANZIROLL, Carlos E. "Surpresas da reforma agrária" - UF Revista Ciência Hoje - Maio/Junho , 1994.
- HABERMAS, Benjamin, Horkheimer. Técnica e ciência enquanto ideologia. Textos Escolhidos. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- _____, J. O discurso filosófico da modernidade, Lisboa - Publicações Dom Queixote, 1990.
- _____, J. Teoria e praxis - Madrid - Editorial Tecnos, 1990.
- HERRERO, Xavier. Racionalização comunicativa e modernidade. Revista Síntese Nº 37, 1986.
- HORKHEIMER, M. Adorno F. W. O conceito de iluminismo - Os Pensadores - São Paulo - Abril Cultural , 1980.
- IVO, Anete Brito Leal. Questão agrária e crise no aparelho do estado. Revista do Nordeste. O que há de novo? UFRN - Natal - Rn, 1988
- IBASE, CPT, CEPAC . O genocídio do Nordeste - 1979/1983 - Vozes - São Paulo , 1988.

- JACOBI, Pedro. Movimentos sociais e políticas públicas. Cortez, São Paulo, 1989.
- JORDÃO, Mercília Tavares. Utilização das pesquisas e tecnologias do sub programa GAT - PDCT/NE - UFPB - CAMPUS II - O NÚCLEO DE SOUSA - Dissertação de Mestrado - UFRPE - Recife - PE, 1993. (Mimeo.).
- LIMA, Romúlo de Araújo. Avaliação do GAT/PB. Relatório final. UFPB/Campus II - C. Grande - Pb, 1989.
- LEITE, Pedro Sisnando. Opções para o desenvolvimento rural do nordeste. Avalia os Primeiros Programas Especiais para o Desenvolvimento do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste - Nº 2, Abril / Junho, Fortaleza - Ce, Vol.16, 1985.
- LEITE, José Alfredo A. A sócio - Economia do semi-árido - Governo do Estado da Paraíba - João Pessoa, PB, 1985
- LÊNIN, V.I - O estado e a revolução . Hucitec - São Paulo ,1987.
- LIMA, Josemar Souza et. alli . Alimentos para uma sociedade de excluídos - PM/SL - ANAIS da 47ª Reunião Anual da SBPC Vol I - São Luiz - Ma 09 , à 14 Julho de 1995.
- MATIAS/SALAMA . O estado super desenvolvido - Brasiliense - São Paulo , 1983.
- MAGALHÃES, Gilberto da Rocha . A ideologia da modernização - UFPB - Campina Grande - Dissertação de Mestrado , 1994.
- MACHADO, Rosa Tereza Moreira . Avaliação organizacional de casos do sub-programa geração e adaptação de tecnologias (PDCT/GAT) Escola Superior de Agricultura de Lavras - Dissertação de Mestrado - Minas Gerais , 1992. (Mimeo).
- MADEIRA, Margot Campos / Célia Carvalho . Avaliação do GAT - uma primeira análise - Informativo da SUEP Nº 05 - SUEP , Setembro/86
- MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial, Rio de Janeiro - ZAHAR ,1969.
- MARTINE, George . Os impactos sociais da modernização agrícola - Caetés - São Paulo , 1987.

Fases e faces da modernização agrícola brasileira - Projeto BRA/87/006 - OIT/PNUD/IPLAN - Fevereiro , 1989

A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia ? IPEA - Brasília - Revista de Planejamento e Políticas Públicas, Nº 3 , 1990.

MARTINS, José de Souza . Capitalismo e tradicionalismo, estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil - Pioneira - São Paulo , 1975.

MIRANDA, Ricardo N. Avaliação do polonordeste. Revista Econômica do Nordeste, Vol. 21 - Nº 1 - Fortaleza - Ce, Janeiro/Março, 1990.

NOVAES, Regina Reyes . Nordeste, estado e sindicalismo. O PAPP em questão - CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Rio de Janeiro , 1994.

OLIVEIRA, Nelson . Estado e pequena produção - Cadernos do CEAS - Janeiro/Fevereiro - Nº 143 , 1993.

OLIVEIRA LIMA, Lauro . Estórias de educação no Brasil: De Pombal a Passarinho - Rio de Janeiro - Brasília / Rio , 1974.

PADILHA, Romeu de Figueredo . Extensão rural no Brasil - Novos Tempos - Revista Brasileira de Tecnologia - Brasília, Julho/agosto , 1984.

PDCT/NE- Avaliação Do Programa - Informativo da SUEP - UFPB - Nº 04 , Abril/86.

PDCT/NE - CNPq . Manual operativo do programa - Brasília, 1983.

PDCT/NE II, Transcrição da minuta elaborada pelo CNPq para consulta ao BID-UFPB - Informativo SUEP Nº 07 , Junho/89

PDCT/NE - O PDCT na UFPB , Informativo da SUEP Nº 06 , Março/88.

PDCT/NE- CNPq. Regulamento operativo do programa. Brasília, DF, 1983.

PALMEIRA, Moacir Diferenciação social e participação do Campesinato citado por Romano, I.O " Identidade Política do Campesinato" - IN: Relações de trabalho e relações de poder. Mudanças e Permanências. Fortaleza Imprensa Universitária / UFCE, 1986.

PIRES, Maria Idalina da Cruz . Josué de Castro - (Cientista da fome) Coleção homens e mulheres do nordeste - Paulinas - São Paulo , 1982.

Programa de desenvolvimento científico e tecnológico para o Nordeste - PDCT - Nordeste - Resumo - Brasília , 1983.

Projeto tecnologias alternativas . FASE - Boletim do Projeto T.A. Ano II - Nº 4/5 , 1986

Programa de Desarrollo Científico Y Tecnológico Para el Trópico Semi -Árido Del Nordeste, Brasília , 1983.

PUCCI, Bruno (Org.) . Teoria crítica e educação - A questão da formação cultural na escola de frankfurt - VOZES / UFSCAR - Petrópolis / São Carlos , 1995.

PORTO, Maria Stela Grossi . A Tecnologia como forma de violência - ANPOX - Caxambú - Minas Gerais , 1992 (Mimeo).

Programa de revigoração da produção agropecuária paraibana. Governo do estado da Paraíba, maio de ,1991.

RAMALHO, Deolinda Maria de Sousa. A pobreza, um problema da sociedade moderna. debate teórico. Cadernos de Ciências sociais Nº 3 - DSA - UFPB - Campus II, Campina Grande - Pb, 1992.

RAMALHO, Deolinda de Sousa/Margot Schulze. Modernização agrícola do semi-árido paraibano: uma tentativa bem sucedida? Informativo da SUEP Nº 08 UFPB, Janeiro/1981.

_____ . Relatório final de avaliação - PDCT / NE - GAT - UFPB , 1988.

REIS, Elisa Pereira . Interesses Agro- exportadores e construção do estado: Brasil de 1930 a 1980 - Economia e movimentos sociais na américa latina - Org. Bernardo SORJ et Alli - Brasiliense - São Paulo , 1985.

RODRIGUES, Minervina França. Serviço de extensão rural pública no Brasil: alguns aspectos da intervenção do estado no campo - modernidade e pobreza - V Encontro de ciências sociais do nordeste anais Vol. II - Recife - Pe , 1991.

SAMPAIO, Yone . O setor público e as secas: uma reflexão sobre a ação governamental em relação às secas nos últimos anos - Revista econômica do Nordeste. Vol. 18, Nº 1 - Janeiro/Março - Fortaleza-Ce , 1987.

SALES, Ivandro da Costa et alli . Aprendizagem da participação e organização de pequenos produtores - CADERNOS CEDES Nº 12 - Ed. CORTEZ , 1984.

SANDRONI, Paulo . Questão agrária e campesinato - Polis - São Paulo , 1980.

SABAG, William (Org.) . Programa de desenvolvimento científico e tecnológico para o nordeste - PDCT/NE - resumos da produção científica - Programa do Trópico Semi-Árido (PTSA/CNPq) - Recife , 1992.

SCHWARZ, Alf . Lógica do desenvolvimento do estado e lógica camponesa. Tempo Social, Revista Sociologia - USP - São Paulo, 1º Sem. ,1990.

SCHULZE, Margot Barbosa / Deolinda RAMALHO - O Projeto GAT como percebido pelos agricultores: uma análise preliminar da racionalidade tecnológica - UFPB - Informativo SUEP Nº 08 Campina Grande - Janeiro , 1991.

SEIXAS, Annik Brunnette Ghislaine Scailet. O rural na globo a construção simbólica do conhecimento científico e tecnológico. Dissertação de Mestrado. Viçosa-MG, 1990. (Mimeo.)

SERVOLIN, Claude . A racionalidade da agricultura individual e a necessidade da intervenção do estado - Paris, Senil , 1989 - Cap. 3 - Traduzido por Guislaine DUQUÉ.

SILVA, José Graziano da . A modernização dolorosa - Zahar - Rio de Janeiro , 1982.

_____ . Para onde vai a agricultura ? UNICAMP , 1979.

SILVA, Ivonilzo Correia da. O CNPq e a irrigação no semi-árido no nordeste. CNPq, Recife-Pe, 1985.

SORJ, Bernardo et alli . Camponeses e agroindústria Zahar - Rio de Janeiro , 1992.

SOUZA, Luiz Gonzaga . Avaliação socio - econômica do projeto GAT - Revista Anís Nº 4 - UFPB - Campina Grande , 1993.

SORJ, Bernardo . Estado e classes sociais na agricultura brasileira - Guanabara - Rio de Janeiro ,1980.

SOBRAL, Fernanda Antônia da Fonseca . Universidade e formação de recursos humanos para ciência e tecnologia - Universidade de Brasília - Anais da 45ª Reunião Anual da SBPC - Vol. II - Recife - Pe , 11-16 Julho 1993.

SOBRAL, Fernanda Antônia da Fonseca. Ciência, tecnologia e poder - os interesses sociais na pesquisa. Tese de Doutorado. UNB, Brasília, 1988.

SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste . Secas no nordeste - 1979/1983 - Recife - Pe , 1983.

_____ . As secas do Nordeste - uma abordagem histórica de causas e efeitos - Recife - Pe , 1981.

Informações gerais sobre o Nordeste do Brasil e a SUDENE - Recife - Pe , 1987.

Termos de referência da avaliação tecnológica de difusão social do GAT / PDCT / NE - UFRPe / Mar. Recife - a Pe, 1984.

TEODÓSIO, Joel Regueira . Autarquias especiais: autonomia ou dependência para as universidades - Encontros com civilização brasileira - Rio de Janeiro - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica. Investigação social. Polis. São Paulo, 1987.

_____ . Crítica da racionalidade e reavaliação de tecnologia - Cedes No 7 - Setembro , 1980.

TRIGUEIRO, Michelangelo Glott Santoro . Estrutura da prática tecnológica: a pesquisa e a sociedade na agropecuária brasileira - U N B - Dissertação de Mestrado - Brasília - DF , 1987. (Mimeo).

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel (et alli) . Reflexões sobre a agricultura brasileira, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

WERTHEIN, Jorge (org.) . Educação rural no terceiro mundo - Paz e Terra - Rio de Janeiro , 1985.

WEBER, Max . Os três tipos puros de dominação legítima - Organizado por Gabriel Cohn - Ática - São Paulo , 1989.

WEID, Jean Marc Von der. Alguns comentários sobre a problemática da pequena produção agrícola no Brasil. Proposta Nº 27. FASE, 1985.

WEITZ, Raanam . Desenvolvimento rural integrado - BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A - Fortaleza - Ce, 1979.

WILKINSON, John. O Estado a agroindústria e a pequena produção. Hucitec - CEPA / Ba, 1986.

WOORTMANN, Klaas. Com parentes não se nequeceia, campesinato como ordem moral - Anuário Antropológico / 87 - Universitária de Brasília - Tempo Brasileiro , 1990.

VIANNA, Pedro Jorge Ramos. Análise do plano Brasil novo. Revista Econômica do Nordeste. Vol. 21, Nº 2, BNB, 1990.

VILELA, Sergio Luiz de Oliveira. Águas públicas / riquezas privadas. Dissertação de Mestrado, UFPb, C. Grande - Pb, 1991. (Mimeo.)

XAVIER, Jurandir Antonio . A contemporaneidade da questão regional - Universitária - UFPB , 1992.

_____ - Desenvolvimento versus regressão - União - Campina Grande , 1992.

ANEXOS

Entrevista com Técnicos de Campo

- Qual era o objetivo principal do GAT ?
- Você acha que os objetivos do GAT foram alcançados ?
- Você trabalhou em outro Programa voltado para a Agricultura ? Quais ?
- Você conhece o Projeto Sertanejo ?
- Em sua opinião, que diferença havia entre o GAT e o Projeto Sertanejo ? Que comparação você faria entre o GAT e os outros programas que você já participou anteriormente ?
- Que vantagens monetárias o projeto trouxe para você ? (gratificações com gasolina ? mais salário ? que outras vantagens ?
- Como as Instituições (EMATER, UNIVERSIDADES, etc) justificaram para você, a execução desse programa ?
- O trabalho que você desenvolveu no Programa teve resultado ?
- Você sabe como foram selecionados os produtores beneficiados pelo Programa GAT ?
- Como foram selecionados os tipos de cultura para implantação ? quais os critérios ? quem selecionou ?
- Você sabe informar se foi realizado um diagnóstico das áreas onde se implantaram os projetos ?
- Se foi realizado, quem fez, como fez, o que ajudou na seleção dos projetos ? Você participou dessa etapa em que nível ?
- Como a população da área (ou propriedade selecionada) participou do GAT ? em que nível ?
- Como os agricultores participaram do GAT ?
- O que o GAT fez especificamente ?
- Como ocorreu o planejamento e implantação desses Programas, em que nível ?
- No período de implantação, execução e acompanhamento desse projeto, surgiu algum tipo de problema, dificuldade ? quais ?
- Quais as principais falhas do GAT ?

- Que aspectos produtivos você identificou neste Programa ?
- Que instrumento e metodologia foram usados para verificar os resultados do GAT ? (fichas, acompanhamentos, reuniões, visitas, seminários, relatórios, etc)
- O que você entende por efeito demonstração ?
- Você acredita que efeito demonstração funciona ? Por quê ?
- Os produtores tiveram dificuldades em adotar a tecnologia recomendada pelo projeto?
- Você acha que a tecnologia recomendada era compatível com a situação do pequeno produtor? era o que ele estava precisando ?
- Quais as principais dificuldades que você encontrou neste projeto ?
- Em que teoria se baseia este Programa, que treinamento participou para trabalhar com esses fatores não favoráveis a adoção ?
- Os produtores que fizeram parte do programa adotaram as tecnologias recomendadas ?
- Que resultados eram esperados do Programa e que resultados foram alcançados , a nível do selecionado e dos vizinhos ?
- Em que etapa da experiência foram adotados ?
- Por quais pessoas, o produtor diretamente envolvido e os vizinhos ?
- O Programa foi adequado à realidade social, por que ? foi adequado ao Semi-Árido por quê ?
- Teve retorno econômico ? quais ? e social ?
- Você acha que os resultados do GAT (tanto positivo e negativo) foram os mesmos do Projeto Sertanejo ? em que ?
- Que órgãos foram envolvidos para que os resultados fossem alcançados ?
- Como se deu a participação de cada um, em que nível ?

Entrevista com o Pequeno Produtor

- Como o Sr. entrou no Programa GAT ?
- O que lhe prometeram ?
- Quais as motivações que o levaram a participar ?
- De quais reuniões, encontros e cursos o Sr. participou e quais os assuntos ?
- O que aprendeu nestas reuniões ?
- Como foi selecionado ?
- Que tipo de trabalho os técnicos do Programa desempenharam na sua propriedade (visitas, dias de campo, etc)
- O que os técnicos diziam quando o Sr. não cumpria ou quando cometia falhas ?
- Além do Sr. (você) quais membros da família participaram do Programa ?
- Quais as maiores dificuldades que o Sr. teve nas tarefas de execução do Programa ?
- Quais foram as falhas da assistência técnica ?
- Como sua família participou do projeto e em que partes ?
- Descreva todas as etapas do projeto
- O que o Sr. achou de cada uma dessas etapas ?
- O que deu certo e o que não deu ? por quê?
- O que os técnicos lhe ensinaram ? o que o sr. (você) aprendeu ? e como ?
- Que vantagens o Programa trouxe para o sr. (você) ? por quê ?
- Que desvantagens ? por quê ?
- Quais os vizinhos que também participaram do Programa ?
- O que seus vizinhos acharam do Programa ?
- Algum vizinho adotou a experiência ? por quê ?
- O Programa melhorou sua vida e do vizinho ? Por quê ? em que ? como ? onde ?
- Como os técnicos convenceram o vizinho para entrar no Programa ? o que disseram e o que prometeram ?

- O Sr. aceitou participar do programa pelas promessas ou porque via vantagens ? quais vantagens esperava?
- Por quê o Sr. acha que foi selecionado ? porque era amigo do técnico ? do Prefeito ? do Vereador ? que outras pessoas lhe ajudaram a participar ?
- O Sr. (você) mudou o jeito de trabalhar com a agricultura, mudou em que, por que, onde, em que fase ?
- O Sr. (você) continua fazendo o que os técnicos lhe ensinaram ? se acha bom e deixou de fazer, por que deixou ?
- Por quê o Sr. (você) abandonou as técnicas ?
- Que atenções o Sr. recebeu dos técnicos ?
- Para o Sr. , (você) houve alguma falha no GAT ? Quais ?
- O Sr. pode nos mostrar os resultados no local ?
- Que sugestões o Sr. daria para melhorar outros futuros programas ?
- O Sr. gostaria de participar novamente, se fôsse convidado ?

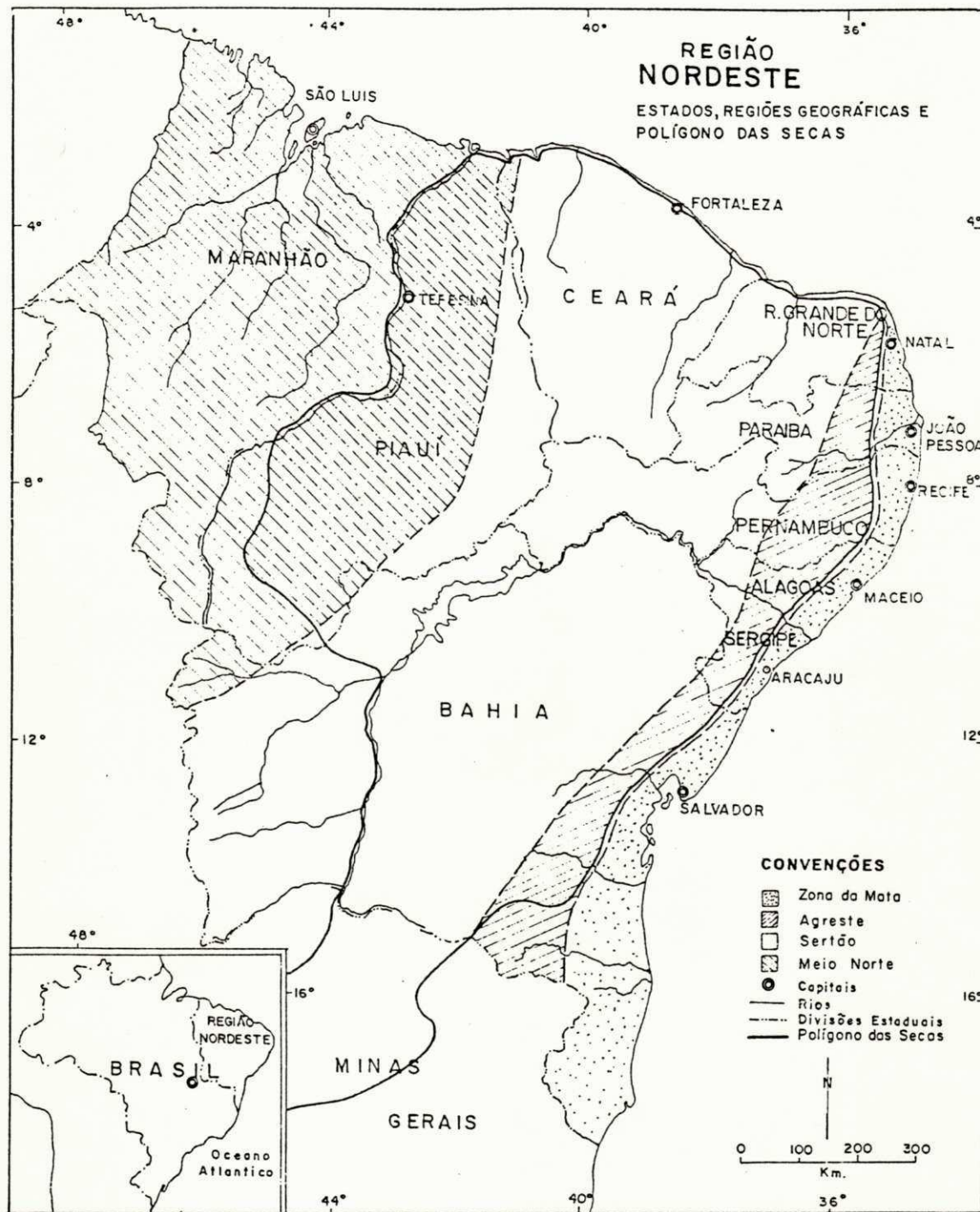
Entrevista com o Coordenador do GAT na Paraíba

- Como você escolheu os pesquisadores que trabalharam com você no GAT ?
- Em sua equipe de pesquisa, havia uma Socióloga ?
- O que você tem a dizer da contribuição dela ? Como se deu isto ?
- Houve integração dos técnicos das diferentes áreas ?
- Qual o balanço final que você fez do GAT ?
- Para quem foi mais produtivo o GAT ? Agricultor - Técnico - Pesquisador ?
- Se você fosse, hoje, coordenador de um programa semelhante a este o que você não faria ? (em relação ao que foi feito)
- Para você, qual foi a falha maior do GAT ?

Entrevista com o Coordenador do PDCT / NE - PB

- De onde partiu a idéia do GAT ?
- Quais resultados eram esperados ?
- Uma das exigências dos órgãos financiados do GAT (BID principalmente) era a avaliação do projeto. O Sr. tinha conhecimento dessa exigência ?
- Como foi feita a avaliação ?
- Como essa avaliação foi recomendada pelo BID ?
- Quem coordenou o GAT na Paraíba ?
- Como e por quê o Sr. escolheu o Coordenador ?
- O Sr. como Coordenador do PDCT/NE-PB teve algum tipo de problema com as autoridades da Universidade (Reitor - Pró-Reitor), como isso aconteceu ? Como foi o relacionamento ?
- Que principais problemas ocorreram no GAT ?
- Que resultados foram alcançados ?

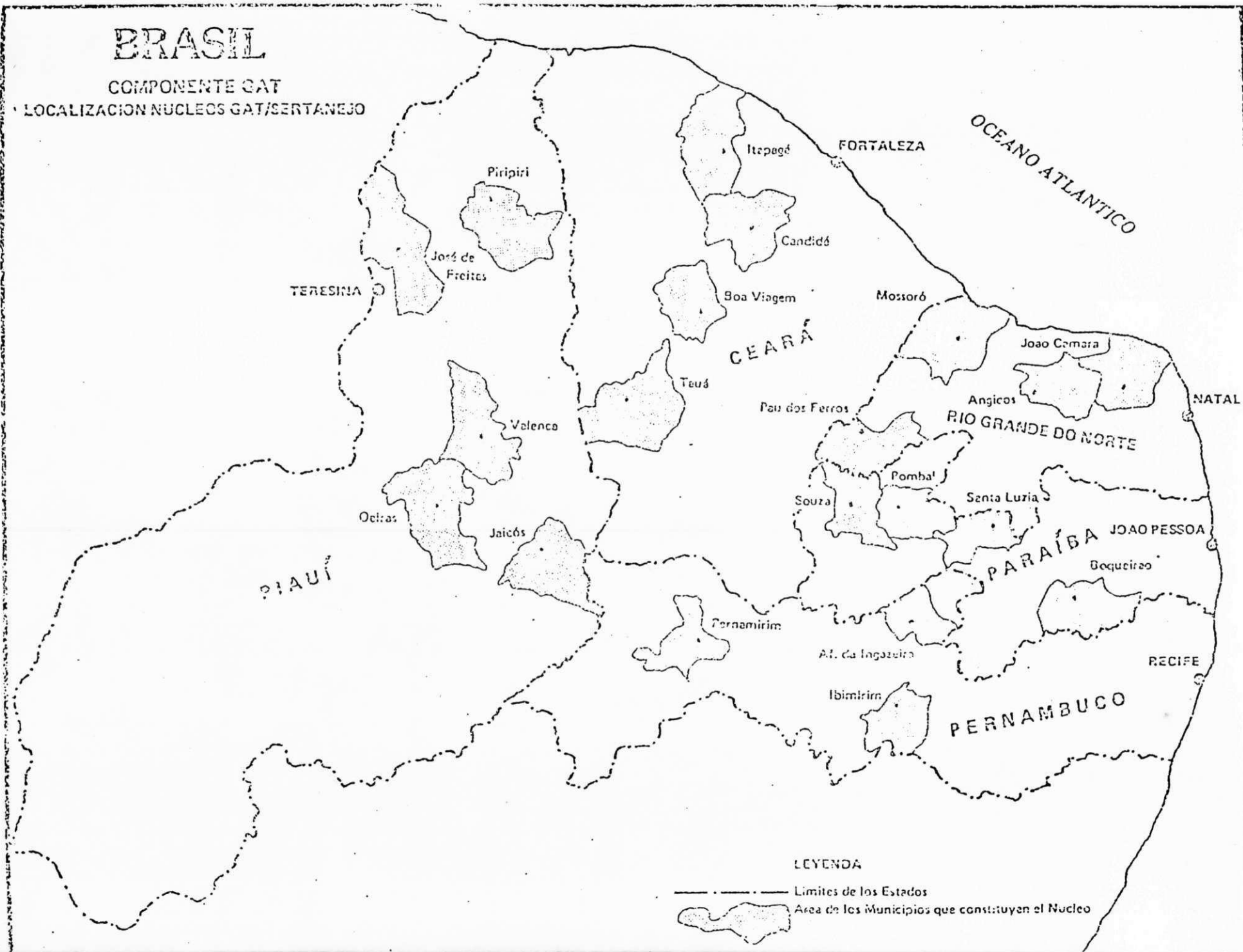
MAPA 1



BRASIL

COMPONENTE GAT

LOCALIZACION NUCLEOS GAT/SERTANEJO

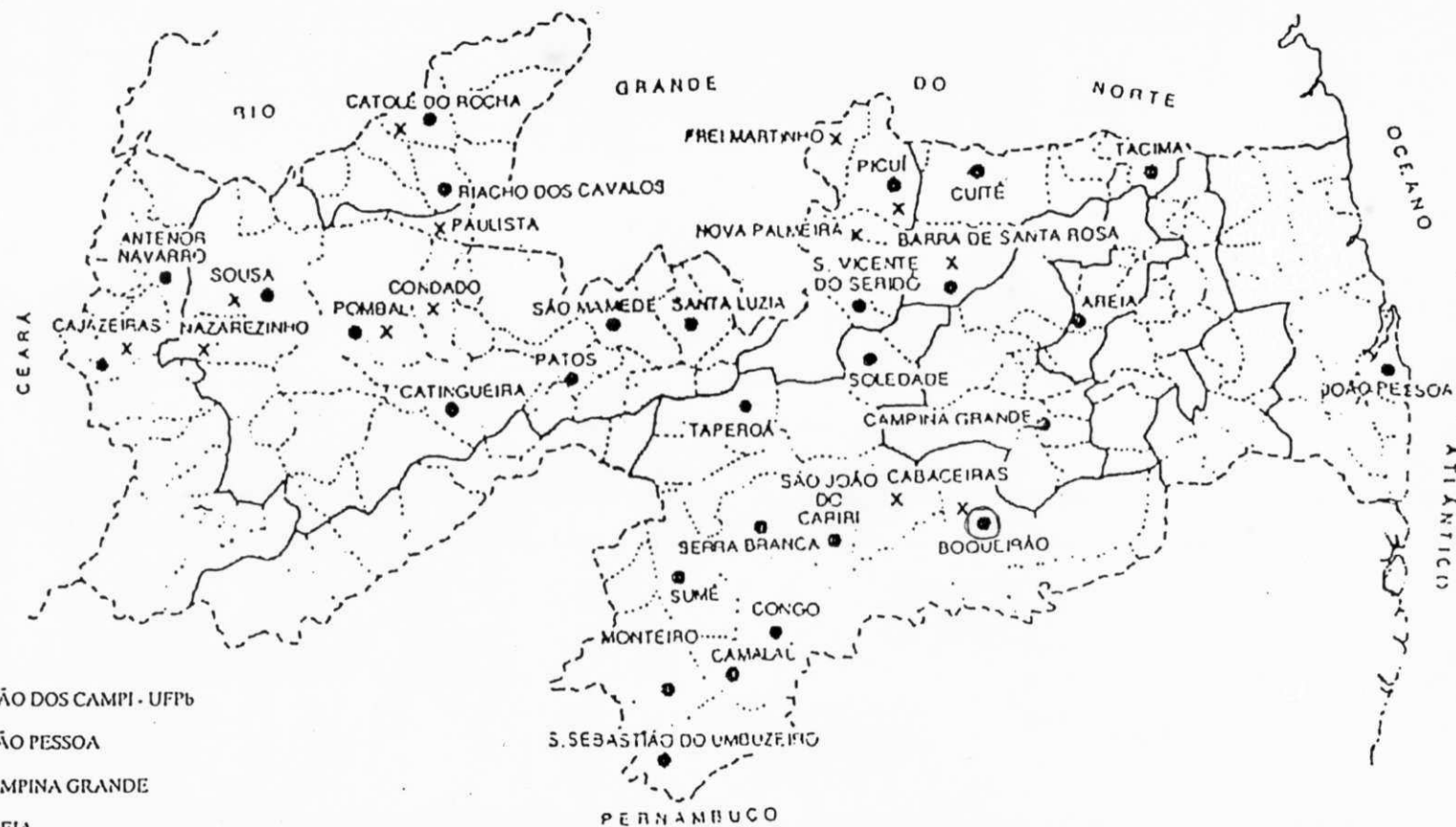


MAPA 2

LEYENDA

- Limites de los Estados
- ▨ Area de los Municipios que constituyen el Nucleo

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES DO PDCT NA PARAÍBA



LOCAÇÃO DOS CAMPI - UFPb

- I JOÃO PESSOA
- II CAMPINA GRANDE
- III AREIA
- IV BANANEIRAS
- V CAJAZEIRAS
- VI SOUZA
- VII PATOS

● Atividades de Pesquisa

x Atividades do GAT (Geração e Adaptação de Tecnologias)